

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PPGED – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VICENTE ANTONIO BATISTA FONSECA

**A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA DE PATOS DE MINAS: ENTRE PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES (1930-1945)**

UBERLÂNDIA
2026

VICENTE ANTONIO BATISTA FONSECA

**A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA DE PATOS DE MINAS: ENTRE PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação, como exigência parcial para a qualificação de defesa da dissertação, para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Selmo Haroldo de Resende

**UBERLÂNDIA
2026**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F676 Fonseca, Vicente Antonio Batista, 1986-
2026 A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA DE PATOS DE MINAS [recurso eletrônico] : ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES (1930-1945) / Vicente Antonio Batista Fonseca. - 2026.

Orientador: Selmo Harodo de Resende .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.145>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. , Selmo Harodo de Resende, 1967-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 07/2026/960, PPGED				
Data:	Treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:00
Matrícula do Discente:	12412EDU049				
Nome do Discente:	VICENTE ANTONIO BATISTA FONSECA				
Título do Trabalho:	"A educação na imprensa de Patos de Minas: entre práticas e representações (1930-1945)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Estudos em História da Educação: sociedade, cultura e artes de governar"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/selmo-haroldo-de-resende>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Kênia Hilda Moreira - UFGD; Carlos Henrique de Carvalho - UFU e Selmo Haroldo de Resende - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Selmo Haroldo de Resende, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Selmo Haroldo de Resende, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/02/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kênia Hilda Moreira, Usuário Externo**, em 13/02/2026, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Carvalho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/02/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7061839** e o código CRC **56DD97AB**.

Dedicatória

Dedico este trabalho, antes de tudo, à minha esposa, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sustentando-me com amor, paciência e compreensão. Seu apoio incondicional, seu incentivo diário e sua capacidade de acreditar em mim, mesmo quando eu próprio duvidei, foram decisivos para que esta pesquisa chegasse ao fim. Nada disso teria sido possível sem sua presença constante e generosa.

À minha família, que sempre me apoiou e confiou nos meus passos, oferecendo segurança emocional e palavras de encorajamento ao longo dessa caminhada.

Ao meu filho, que, mesmo sem saber, foi uma grande fonte de motivação. Seu sorriso, sua existência e o desejo de ser exemplo deram sentido aos esforços, às renúncias e às longas jornadas de estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pelos encontros, debates e experiências que ampliaram meu olhar e fortaleceram minha formação acadêmica e humana.

Por fim, dedico este trabalho a mim mesmo, à minha força de vontade e às inúmeras noites solitárias de leitura, reflexão e escrita, nas quais aprendi que persistir também é uma forma de acreditar.

RESUMO: Esta dissertação investiga práticas e representações da educação na imprensa de Patos de Minas entre 1930 e 1945, período marcado por transformações políticas, sociais e culturais no Brasil e por intensos debates sobre modernização, civismo e escolarização. Ao analisar dois periódicos publicados na cidade, *Gazeta de Patos* (1929–1930) e *Folha de Patos* em suas duas fases (1936–1938 e 1941–1945), busca-se compreender como esses impressos produziram, veicularam e legitimaram discursos sobre educação, revelando tensões, disputas simbólicas e expectativas de diferentes grupos sociais. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva da História Cultural da Educação, mobilizando o conceito de representações e as noções de práticas, materialidade e apropriação, a fim de interpretar a operação simbólica da imprensa e sua articulação com o contexto local. O recorte temporal que abrange 1930 a 1945, possibilitou identificar como mudanças políticas nacionais dialogaram com as estruturas sociais de Patos de Minas, caracterizadas por forte presença rural, elites tradicionais, redes religiosas consolidadas e circulação de impressos. Nesse cenário, a imprensa assumiu papel central na mediação entre poder político, instituições escolares e a população, tornando-se dispositivo ativo de produção de sentidos sobre escola, infância, civismo e ordem social. O trabalho organiza-se em dois eixos: o primeiro busca reconstituir aspectos do quadro social, econômico, educacional e cultural da cidade, além da trajetória dos periódicos locais, evidenciando seus vínculos com grupos familiares influentes, disputas políticas e instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica; o segundo constitui o núcleo analítico, no qual se examinam matérias relacionadas à educação preservadas nos acervos do Centro de Documentação e Memória do Unipam (CDM) e do Museu de Patos de Minas (MUP). Essas fontes foram classificadas em categorias, cuja a análise demonstra que a imprensa não apenas registrava acontecimentos, mas atuava como agente ativo de produção simbólica, conferindo legitimidade a projetos educativos, valorizando instituições locais, disciplinando comportamentos e construindo expectativas sobre progresso, moralidade e autoridade. Conclui-se que os jornais representaram a educação como instrumento de ordenação social, formação moral e afirmação de valores cristãos e republicanos, contribuindo para moldar percepções e práticas educativas no município. Ao final, destaca-se a relevância dos periódicos como fontes para a compreensão da cultura escolar no interior mineiro e a importância desse estudo que articula imprensa, educação e história cultural para ampliar a compreensão sobre a produção e circulação de discursos no Brasil do século XX.

Palavras-chave: Imprensa; História da Educação; Representações; Patos de Minas.

ABSTRACT: This dissertation examines educational practices and representations in the press of Patos de Minas between 1930 and 1945, a period marked by significant political, social, and cultural transformations in Brazil and by intense debates on modernization, civic education, and schooling. Through the analysis of two local newspapers—*Gazeta de Patos* (1929–1930) and *Folha de Patos* in its two phases (1936–1938 and 1941–1945)—the study seeks to understand how printed media produced, circulated, and legitimized discourses on education, revealing symbolic disputes and the expectations of different social groups. The research is grounded in the field of the Cultural History of Education, mobilizing the concepts of representations, practices, materiality, and appropriation to interpret the symbolic operations of the press and its articulation with the local context. The temporal scope allows for the identification of how national political changes interacted with the social structures of Patos de Minas, characterized by a strong rural presence, traditional elites, consolidated religious networks, and the circulation of printed materials. Within this context, the press played a central role in mediating relations between political power, educational institutions, and the population, functioning as an active device in the production of meanings related to school, childhood, civic values, and social order. The dissertation is structured around two analytical axes. The first reconstructs aspects of the social, economic, educational, and cultural context of the city and traces the trajectory of local newspapers, highlighting their connections with influential family groups, political disputes, and religious institutions, particularly the Catholic Church. The second constitutes the analytical core of the study and examines education-related articles preserved in the collections of the Documentation and Memory Center of UNIPAM (CDM) and the Museum of Patos de Minas (MUP). The analysis demonstrates that the press did not merely record events but acted as an active agent of symbolic production, legitimizing educational projects, valuing local institutions, disciplining behaviors, and constructing expectations concerning progress, morality, and authority. The study concludes that local newspapers represented education as an instrument of social ordering, moral formation, and the affirmation of Catholic and republican values, contributing to the shaping of educational perceptions and practices in the municipality. Finally, the relevance of periodicals as sources for understanding school culture in the interior of Minas Gerais is emphasized, as well as the importance of studies that articulate press, education, and cultural history to broaden understandings of the production and circulation of discourses in twentieth-century Brazil.

Keywords: Press; History of Education; Representations; Patos de Minas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Aporte Teórico-metodológico: História Cultural e Representações	11
2	PATOS DE MINAS ENTRE 1930 E 1945: SOCIEDADE E IMPRENSA.....	17
2.1	Economia, sociedade, educação e cultura m Patos de Minas na primeira metade do século XX	17
2.2	A Imprensa de Patos de Minas 1905 a 1945	37
3	CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	45
3.1	Ideias e ideais de educação em Patos de Minas.....	46
3.2	A educação como fator de ajustamento social.....	67
4	RITUAIS ESCOLARES COMO SIGNOS DE ENGAJAMENTO SOCIAL	79
4.1	Ofertas para o anseio educacional das elites patenses.....	80
4.2	Práticas escolares festivas: entre civismo e religiosidade	95
	CONCLUSÃO	115
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

A imprensa periódica constitui um espaço privilegiado de produção, circulação e legitimação de discursos, no qual se expressam tensões, disputas simbólicas, valores e expectativas de grupos sociais específicos. Ao analisar jornais do interior brasileiro especialmente de cidades que, como Patos de Minas, entre 1930 e 1945, vivenciavam um processo de transição entre estruturas rurais tradicionais e discursos de modernização política, educacional e administrativa torna-se possível identificar representações que conferem sentidos ao mundo social, organizando formas de ver, compreender e agir.

É nessa perspectiva que se insere a presente dissertação, dedicada a investigar práticas e representações da educação em Patos de Minas, veiculadas em dois periódicos locais: *Gazeta de Patos* (1929–1930) e *Folha de Patos*, em suas duas fases (1936–1938 e 1941–1945). Esses impressos constituem a base documental que permitiu compreender como a educação foi narrada, celebrada, disciplinada e valorizada, observando articulações entre o discurso jornalístico, as disputas políticas locais e a cultura escolar vigente.

A História Cultural da Educação, especialmente por meio das noções de práticas, representações, materialidade e apropriação destacadas por Roger Chartier, nos forneceu ferramentas teóricas fundamentais para compreender a operação simbólica da imprensa. No caso patense, compreender as representações sobre a educação exigiu observar não apenas o conteúdo textual, mas também as condições de produção desses periódicos, seus vínculos com elites locais, sua inserção em redes políticas e religiosas, em especial a presença estruturante da Igreja Católica, e as formas de sociabilidade características da cidade de Patos de Minas.

O recorte temporal de 1930 a 1945 corresponde a um período decisivo para a história política e educacional brasileira. A chamada Revolução de 1930, a centralização administrativa do Estado Novo, a formulação de políticas educacionais nacionais e o fortalecimento do ideário desenvolvimentista reconfiguraram expectativas sobre cidadania, trabalho, ordem e progresso. Em Patos de Minas, tais processos dialogaram com estruturas sociais rurais, elites tradicionais e intensa presença católica. A cidade apresentava altos índices de analfabetismo, economia baseada na agropecuária, sociabilidades fortemente religiosas. Neste meio a imprensa exercia papel relevante na mediação entre poder político, instituições escolares e a população.

Essa contextualização é desenvolvida no capítulo primeiro, que se inicia com o subcapítulo, “Economia, Sociedade, Educação e Cultura em Patos de Minas na primeira metade do século XX”, no qual são reconstituídos elementos da vida social patense, população, níveis de alfabetização, economia, redes religiosas, estrutura escolar e disputas políticas que moldaram o ambiente de produção dos jornais. Destaca-se a relevância das instituições católicas nas práticas escolares e festivas, bem como a presença pontual da Igreja Presbiteriana no cenário local assim como da maçonaria.

Logo em seguida no subcapítulo “A Imprensa de Patos de Minas (1905–1945)”, apresentamos um panorama histórico dos periódicos da cidade, identificando proprietários, editores, financiadores e colaboradores, onde evidenciamos que a maior parte dos jornais esteve vinculada a grupos familiares influentes, que atuavam simultaneamente como agentes políticos e articuladores de práticas discursivas. Tal mapeamento, demonstrou que a imprensa funcionava não apenas como transmissora de informações, mas como instrumento de poder e dispositivo de legitimação, articulado às disputas locais e às expectativas de modernização intensificadas durante a Era Vargas.

Os capítulos segundo e terceiro, constituem o núcleo analítico da pesquisa. Neles, são descritas, classificadas e interpretadas as matérias encontradas em acervos de Patos de Minas. O levantamento sistemático das fontes resultou em uma quantidade significativa de publicações relacionadas à educação, organizamos as mesmas em categorias as quais nos mostraram tendências discursivas recorrentes, sobre a educação e suas tensões e desdobramentos em Patos de Minas.

Para melhor entendimento do leitor, nossa análise se desdobrou nos seguintes subcapítulos, no capítulo segundo, examinamos editoriais e artigos que expressam juízos morais, críticas, expectativas modernizadoras e debates entre católicos e modernistas da educação. Logo após, analisamos em um subcapítulo as representações sobre os menores indesejados na imprensa, onde observamos discursos moralizantes sobre infância pobre, disciplina e políticas assistenciais, com ênfase na figura dos “menores indesejados” veiculados na imprensa.

Nossa análise continua no quarto capítulo, que foi dividido em dois subcapítulos, no primeiro, discutimos representações de progresso das elites, distinção social e valorização de educandários católicos e instituições particulares através das propagandas e anúncios. E, no segundo subcapítulo, tentamos identificar práticas performáticas (desfiles, aniversários de

escolas, formaturas, aniversário da cidade) que atuavam como mecanismos de visibilidade pública e de construção simbólica da ordem social e de um imaginário coletivo em busca de uma cidade que prezava o civismo e a religião como pilares.

A partir desses eixos, argumentamos que os jornais patenses representavam a educação como espaço de construção da ordem, disciplinamento dos corpos, formação moral e afirmação das instituições locais. Entendemos que as representações educacionais na imprensa periódica não se limitavam ao registro dos acontecimentos, mas atuavam como práticas discursivas capazes de produzir efeitos sociais concretos, moldando percepções e expectativas sobre escola, infância, civismo e autoridade.

Nossa dissertação se encerra com uma síntese interpretativa que retoma os resultados obtidos e reforça a relevância de analisar a imprensa como local privilegiado de produção simbólica. Ao articular práticas e representações, evidencia-se que os jornais não apenas narravam a educação, mas contribuíam para configurá-la, participando ativamente da construção da cultura escolar patense durante a primeira metade do século XX. Esperamos, assim, contribuir para os estudos sobre imprensa, educação e história cultural, realçando a compreensão do papel dos periódicos na formação das sensibilidades e das práticas educativas em Patos de Minas entre 1930 e 1945.

Em síntese o objetivo central desta dissertação foi destacar as representações da educação produzidas, difundidas e legitimadas pela imprensa periódica de Patos de Minas entre 1930 e 1945, a partir do exame dos jornais *Gazeta de Patos* e *Folha de Patos*. Buscamos compreender como esses periódicos construíram discursos sobre escola, infância, moralidade, civismo, disciplinamento social e progresso, bem como de que maneira tais representações se articularam com as políticas locais, às expectativas de modernização do período, à atuação das elites patenses e à presença estruturante das instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, contribuindo para a conformação de práticas educativas, sensibilidades sociais e da cultura escolar no contexto de um município do interior mineiro durante a Era Vargas.

Cabe aqui ressaltar que logo após a introdução dissertarmos sobre nosso aporte Teórico-Metodológico, nele apresentamos o diálogo entre a história cultural, com destaque para Chartier, e os procedimentos de análise de jornais propostos por José D'Assunção Barros (2023). Enquanto Chartier (1990) oferece bases conceituais para compreender como os periódicos produzem e estabilizam representações, Barros delineia uma metodologia rigorosa

para tratamento, organização e leitura das fontes jornalísticas. Bem com a problemática que estabelecemos como chave para nossa pesquisa.

1.1 Aporte Teórico-metodológico: História Cultural e Representações

Nesta parte introdutória descreveremos o aporte teórico e metodológico que usamos para embasar os debates em nossa dissertação. Nossa pesquisa se insere no campo da História da Educação, adotando como principal referência teórico-metodológica as contribuições da História Cultural, especialmente a partir das reflexões de Roger Chartier e dos princípios da chamada Nova História, bem como dos métodos de análise embasados no método do historiador José D' Assunção Barros. Nosso objetivo é compreender, por meio da imprensa, as representações e disputas simbólicas em torno da educação no período compreendido entre 1930 e 1945. Nessa perspectiva, os jornais *Folha de Patos* e *Gazeta de Patos* não são vistos como simples depositários de informações, mas como espaços de produção simbólica e arenas de enunciação em que se revelam diferentes vozes, discursos e interesses que conformaram as visões de educação em Patos de Minas. Segundo Chartier.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Dai, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER 1990, p. 17).

Desse modo, compreendemos que as representações sociais não apenas descrevem ou espelham o mundo, mas constroem sentidos, produzem efeitos de verdade e orientam práticas e essas por sua vez às representações. Assim, ao escrever sobre a escola, a religião, as festividades, a educação, os articulistas da imprensa patense construíam imagens e silenciavam outras, disputando legitimidade sobre o que deveria ser considerado o ideal de educação e de sociedade na formação do bom cidadão.

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de

dominação. As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER 1990, p. 17).

A análise empreendida segue a concepção chartieriana de que toda prática discursiva é também uma prática social. Os textos não existem no vazio, são práticas situadas, inscritas em estratégias e em contextos de produção, de circulação e de apropriação. Tomando essa teoria como suporte, ao investigar os jornais patenses, procuramos mapear as estratégias retóricas e discursivas mobilizadas por grupos sociais. Através da análise dos discursos, tentamos identificar como cada um dos autores buscava legitimar suas representações de educação. Essa abordagem possibilitou compreender o jornal como lugar de disputa simbólica, onde o conservadorismo religioso e o ideário modernizador se confrontam e se ressignificam mutuamente.

Na história cultural o trabalho do historiador é justamente compreender o modo como os homens e mulheres do passado deram sentido às suas práticas e às práticas dos outros. Inspirados por essa noção, procuramos articular as representações presentes nos textos jornalísticos às experiências concretas da educação em Patos de Minas, observando como as narrativas impressas contribuíram para formar percepções sobre o papel da escola, os valores morais e religiosos a serem transmitidos e as identidades sociais a serem moldadas.

Outro conceito central em Chartier é o de apropriação, entendido como a relação dinâmica entre o texto e seus leitores. Neste sentido a leitura não é jamais passiva, ela se inscreve em práticas sociais específicas, produzindo sentidos diferenciados conforme as condições de recepção. A imprensa não pode ser analisada apenas por aquilo que se publicou, mas também pelos efeitos de leitura que produziu e pelas formas como seus textos foram recebidos, reinterpretados ou contestados. Buscamos ressaltar que em uma cidade do interior como Patos de Minas, marcada por baixos índices de alfabetização e forte influência eclesiástica, a circulação de ideias pedagógicas modernas encontrou-se no período atravessada por mediações culturais, religiosas e políticas.

Ao adotar esse referencial, esta pesquisa busca evidenciar que os jornais locais participaram ativamente da construção de um imaginário educacional, ora reafirmando valores tradicionais, ora abrindo espaço para discursos liberais modernizadores. Trata-se, portanto, de compreender como a imprensa contribuiu para organizar as experiências sociais e educacionais, disputando significados sobre o que seria a “boa escola”, o “bom professor”, a

“educação desejável”, o “bom cidadão” e o “civismo” para a sociedade patense durante a Era Vargas.

Assim, ao tratar os periódicos como espaços de representação, tentamos com essa pesquisa lançar luz sobre as conexões entre imprensa, cultura e educação, mostrando como o discurso veiculado pelos impressos se inseriu nas lutas simbólicas do período. A Nova História Cultural, em diálogo com Chartier, nos ofereceu, portanto, a possibilidade de compreender a imprensa não como espelho da realidade, mas como agente ativo na produção e negociação de sentidos, contribuindo para a formação das identidades e das práticas escolares.

Nossa metodologia por sua vez fundamenta-se na combinação das contribuições teóricas de Roger Chartier, no campo da História Cultural, e das diretrizes metodológicas de José D’Assunção Barros, especialmente em sua obra *O Jornal Como Fonte Histórica* (2023). Na dimensão de nossa análise, seguindo Barros (2023, p. 42), a leitura dos jornais não se limitou à decodificação de informações, mas exigiu interpretação crítica dos discursos e das intenções subjacentes. A metodologia adotada considerou algumas dimensões.

Contextualização histórica, social, temporal, geográfica e polifonia: Cada matéria foi situada em seu contexto local, e material, analisamos os proprietários, editores, autores e os vínculos políticos e religiosos dos periódicos. Essa etapa garantiu compreendermos os jornais como produtos de práticas sociais específicas, em linha com a orientação chartieriana de que as representações são construídas por sujeitos sociais que disputam legitimidade e autoridade no espaço público.

Ainda seguindo a análise de Barros (2023) usamos o conceito de polifonia, empregado para designar a coexistência de múltiplas vozes e consciências em uma mesma narrativa, aqui aplicado à análise das nossas fontes históricas como uma forma de reconhecer a pluralidade de perspectivas que compõem o passado. Em nossa pesquisa a polifonia implica considerar que cada fonte, matéria jornalística, expressa um ponto de vista situado, permeado por interesses, ideologias e silenciamentos, exigindo do historiador uma leitura crítica e comparativa entre diferentes discursos e memórias.

Análise critico-discursiva, materialidade e categorização temática: foram identificados na nossa pesquisa conteúdos relacionados à educação, civismo, propagandas, controle infantil, escolanovismo e religiosidade, temáticas recorrentes nos impressos do período analisado. Conforme Barros (2023, p. 78), “a periodicidade dos jornais impõe uma dinâmica própria à

produção e circulação das informações”, condicionando não apenas a forma como os temas eram abordados, mas também os modos de construção das representações sociais que emergem nas páginas do periódico. Assim, a leitura privilegiou artigos, editoriais, notas, propagandas e colunas, buscando mapear estratégias retóricas, vocabulário, valores mobilizados e tensões simbólicas, que revelam as disputas discursivas presentes no campo educacional.

A metodologia observou não apenas o conteúdo textual, mas também a materialidade do impresso, considerando a posição das matérias no jornal, o diálogo entre colunas vizinhas e os silêncios editoriais, elementos que ajudam a compreender como as hierarquias de importância e os sentidos sociais eram organizados graficamente. Dessa forma, o jornal foi interpretado como um dispositivo cultural, cuja leitura polifônica permitiu perceber as articulações entre discurso, poder e pedagogia, revelando as camadas simbólicas da cultura escolar e cívica em circulação naquele contexto histórico.

Interpretação e cruzamento de fontes: as narrativas jornalísticas foram confrontadas entre si, e com outras fontes como leis nacionais e regulamentos educacionais, buscando compreender não apenas o conteúdo explícito dos textos, mas também os efeitos sociais de sua circulação. Tal procedimento parte do entendimento de que a imprensa não é um simples espelho da realidade, mas um agente ativo na produção de sentidos e representações.

Assim, a análise considerou as condições históricas de produção, difusão e recepção dos jornais, levando em conta quem eram seus leitores presumidos, que valores compartilhavam e quais mediações culturais condicionavam a apropriação dos discursos. Damos importância em pensar não apenas em quem produzia, mas também quem lia esses impressos. A leitura comparada permitiu observar convergências e dissonâncias entre diferentes matérias e as normas oficiais do Estado brasileiro, destacando como as ideias sobre educação, civismo e moral religiosa eram apropriadas, tensionadas ou ressignificadas no espaço público urbano.

Barros (2023, p. 95) reforça que “os jornais estabelecem uma relação complexa com seus leitores, mediada por interesses econômicos, políticos e culturais”, o que exige uma postura crítica diante da aparente neutralidade jornalística, que na verdade nada tem de neutra. Dessa forma, a análise adotou uma perspectiva relacional e polifônica, buscando compreender o jornal como um lugar de disputa simbólica, em que diferentes grupos sociais locais Igreja, Estado, educadores e elites travavam embates discursivos pela definição do papel da escola e

da formação do cidadão. A confrontação das fontes, portanto, visou evidenciar essas camadas de mediação e conflito, reconhecendo que o texto impresso é sempre resultado de negociações entre autores, instituições e leitores, situadas em um campo de forças culturais e ideológicas próprias do tempo histórico investigado.

A convergência entre teoria e método entre Chartier e Barros nos permitiu compreender a imprensa com um duplo significado. Como fonte histórica, oferecendo dados sobre os debates educacionais, religiosidade e modernização pedagógica, e como prática cultural, construindo representações e legitimando projetos sociais e educativos, em disputas simbólicas evidentes nos jornais. Nesse sentido, nossa pesquisa não se limitou a coletar informações, mas buscou entender criticamente como os jornais contribuíram para formar percepções, consolidar valores e orientar práticas educacionais. A análise do discurso dos autores das matérias presentes nos jornais tornou-se, portanto, uma estratégia metodológica para perceber as lutas simbólicas e os sentidos atribuídos à escola em Patos de Minas.

As matérias veiculadas mostram a intencionalidade de seus autores em influenciar a opinião pública, ainda que restrita a um público leitor reduzido, porém socialmente significativo, exercendo pressão sobre os acontecimentos em curso, seja por meio da reafirmação de discursos hegemônicos, seja pela proposição de novas leituras da realidade local. Nesse sentido, torna-se imprescindível que, enquanto historiadores, reconheçamos a natureza subjetiva desses impressos, compreendendo tanto a perspectiva de quem os escreveu quanto a de quem os leu ou ouviram as informações serem lidas. Assim, para nós o jornal é considerado aqui como um produto historicamente situado, constituído e constituinte de seu contexto social, econômico, cultural, ideológico e político. Segundo, escreve Barros:

Podemos entender os jornais, já de saída, como poderosos instrumentos que são utilizados por forças diversas para agir sobre a história, e aqui podemos revelar o papel dos editores e profissionais que produzem os jornais, mas também reconhecer a importância de mesmo nível dos leitores, que não deixam de exercer suas pressões sobre os conteúdos que adentram as páginas dos jornais de todos os tipos. Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada têm de neutro, é necessário para termos a devida consciência das funções dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história. (BARROS, 2023, p.12)

Diante dessa constatação buscamos entender os jornais como um conjunto de informações, onde os autores e editores constroem representações sociais, algumas delas

voltadas para a educação. Para essa análise foi necessário entender em que contexto, ou seja, qual conjunto de circunstâncias cercou os fatos que levaram à escrita de dada matéria, em dado momento. Tentamos ainda, observar os pretextos que levaram a construção do texto, visando entender o sentido que os autores e editores pretendiam com tais matérias. A leitura e análise dos jornais como fontes exigiram mais do que a identificação de fatos históricos, nossa leitura demandou a compreensão de como os discursos foram produzidos, a quem serviram e quais interesses representavam. Como afirma Barbosa:

A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente em nosso aqui e agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica). Para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu. (BARBOSA, 2007, p. 14)

Para os autores das matérias e seus editores, os jornais foram instrumentos de atuação cultural, um meio de divulgar sua opinião ao público e mostrar, de determinada perspectiva, a realidade vivida no momento em questão, de modo que as matérias estão envoltas em simbolismos e práticas e também conflitos de representações de acordo com fatores sociais e religiosos. Para nossa pesquisa a imprensa periódica representou um material de base e uma fonte a partir da qual foi possível, interpretar e narrar o passado educacional de Patos de Minas através da luta das representações presentes na imprensa.

2 PATOS DE MINAS ENTRE 1930 E 1945: SOCIEDADE E IMPRENSA

Nosso primeiro capítulo será dividido em duas partes, cada uma dedicada a um aspecto essencial para a compreensão do contexto histórico e das fontes analisadas. Na primeira parte, abordaremos levantamentos históricos realizados sobre o município de Patos de Minas entre os anos de 1930 e 1945. Buscamos compreender como se estruturava a cidade nesse período, a partir da análise de seu quadro populacional, da dinâmica comercial, do número de pessoas letradas e das escolas fundadas. Essa leitura nos permite observar de que maneira tais fatores contribuíram para o crescimento urbano e para a conformação social e cultural da cidade. Ainda nessa seção, discutiremos a forte influência religiosa presente no município e as disputas políticas travadas entre as elites locais pelo controle do poder.

Na segunda parte, realizamos um levantamento histórico da imprensa patense de 1905 ano de fundação do primeiro jornal, até 1945, limite do recorte temporal proposto¹. Destacamos os principais atores que participaram dessa atividade, autores, editores e colaboradores, a fim de situar suas contribuições no cenário da imprensa periódica, intelectual, informativo e social da época.

2.1 Economia, sociedade, educação e cultura em Patos de Minas na primeira metade do século XX

Nosso recorte geográfico é a cidade de Patos de Minas, no Alto Paranaíba, região situada no centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Para melhor compor a narrativa de nossa pesquisa, foi necessário um levantamento sobre sua história. Entendemos que entre 1930 e 1945 o Brasil vivenciou profundas transformações políticas, econômicas e culturais, com o projeto modernizador do governo Vargas buscando redefinir o papel do Estado, da educação e da própria ideia de nação. Nesse contexto, Patos de Minas, surge como um exemplo do modo como uma cidade do interior mineiro foi inserida nesse processo de reorganização social e educacional, articulando tradições locais fortemente ligadas ao catolicismo e novos ideais

¹ A delimitação temporal entre 1905 e 1945 é aqui adotada com o objetivo de oferecer um panorama da imprensa em Patos de Minas. Ainda que se tratasse de um município de pequeno porte, a circulação de periódicos ao longo desse período revela a existência de um interesse contínuo pela produção e difusão de impressos, indicando a atuação de uma elite letrada empenhada em expressar opiniões, posicionamentos políticos e visões de mundo dirigidas ao público alfabetizado da cidade.

republicanos de instrução e civismo. Não obstante a esse catolicismo majoritário, havia ainda no seio da sociedade uma parcela de presbiterianos e também de membros da maçonaria².

Com uma população pequena, mas em crescimento, uma economia fortemente vinculada à agricultura, a cidade experimentou, nesse período, um movimento de urbanização e modernização estrutural de seu centro, deixando de lado às áreas limítrofes, a zona rural e consequentemente a população marginal³ que acabou desguarnecida das benesses da cidade planejada. Compreender o cenário social, demográfico e econômico da cidade, entre 1930 e 1945 é fundamental para entender a forma como a educação local se consolidou como expressão de um projeto educativo e cultural das elites locais que conciliavam em suas representações e práticas educacionais, nuances do tradicionalismo católico, do civismo republicano e de alguns princípios pedagógicos modernizadores da Escola Nova. Foi nesse cruzamento de influências, que se constituiu o perfil educacional patense, ao mesmo tempo moderno em suas intenções e conservador em suas práticas.

Buscamos dados censitários e quadros estatísticos do IBGE, fontes que podem auxiliar o entendimento desse panorama. Através delas conseguimos perceber por meio dos números as dinâmicas populacionais do período. Entre os anos de 1930 e 1950, os anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram variações significativas na população de Patos de Minas. Diante desse processo de modernização urbana, observado no início da década de 1930, torna-se pertinente examinar como essas transformações impactaram na composição demográfica do município. Devemos observar esses dados, onde os recenseadores pegavam números gerais, por exemplo, nesses censos entre 1937 a 1945 não temos divisão por gênero sexual, ou por faixa etária das cidades interioranas. Dessa forma, buscamos, algumas informações censitárias na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIII, pois nela temos dados mais concretos que corroboram com nossa pesquisa. Os números nos contam uma história através de seus dados. Analisemos o Quadro 1 abaixo:

² A Igreja Presbiteriana em Patos de Minas data do fim do século XIX, 1889, já a maçonaria abre sua primeira loja em 1937. Há uma franca ligação entre a maçonaria e os presbiterianos, pois muitos de seus membros, incluindo fundadores eram protestantes.

³ Entendemos por marginal as pessoas que viviam às margens da cidade, ou seja, longe de seu centro urbano em áreas limítrofes, bem como na zona rural. O termo é empregado para definir pessoas consideradas inadequadas à modernização, ou que fogem dos padrões sociais estabelecidos.

Quadro 1 – População de Patos de Minas entre 1937 e 1945 segundo dados do anuário do IBGE

Ano do Anuário do IBGE	Número de Habitantes	Página no Anuário
1937	83640	146
1938	84877	129
1939–1940	55568	156
1941–1945	53500	35

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil – 1937 a 1945.

Observamos que a criação do município de Presidente Olegário, em 1939, constituiu um marco importante na história demográfica de Patos de Minas. De acordo com o Anuário do IBGE (1939–1940), a emancipação política de Presidente Olegário resultou na perda de 29.309 habitantes, explicando assim a acentuada queda populacional entre 1938 e 1939.

Do ponto de vista econômico, o município manteve forte vínculo com a pecuária e o agronegócio, destacando-se pela produção de café, milho e trigo cultivados que sustentavam sua economia. Apesar de seu caráter essencialmente rural, a cidade apresentou, nas décadas de 1930 a 1950, um comércio dinâmico e uma infraestrutura urbana em expansão, além de um quadro profissional em crescimento em diferentes ramos de atividade como podemos ver abaixo.

Quadro 2 - Distribuição da população de Patos de Minas segundo os ramos de atividade (1950)

Ramos de Atividade	Homens	Mulheres	Total	% sobre o total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura	13 819	108	13 927	32,36
Indústrias extrativas	45	1	46	0,1
Indústria de transformação	1090	34	1124	2,61
Comércio de mercadorias	515	27	542	1,25
Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	68	2	70	0,16
Prestação de serviços	510	978	1488	3,45
Transporte, comunicações e armazenagem	284	3	287	0,66
Profissões liberais	54	5	59	0,13
Atividades sociais	126	197	323	0,75
Administração pública, Legislativo e Justiça	195	15	210	0,48
Defesa nacional e segurança pública	22	–	22	0,05
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	2099	19396	21495	49,99
Condições inativas	2118	1333	3451	8,01
Total geral	20945	22099	43044	100

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIII: Minas Gerais, IBGE, 1959. p. 290.

Os dados do Recenseamento Geral de 1950, que foram publicados em 1959 na Enciclopédia Brasileira de Municípios, mostram um quadro econômico e social em que a base produtiva de Patos de Minas ainda estava fortemente ancorada nas atividades rurais. A agricultura, a pecuária e a silvicultura concentravam mais de um terço da população economicamente ativa (32,36%), confirmando o caráter agrário predominante da região no período. Outro aspecto notável, é a expressiva presença feminina nas chamadas atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes, que somavam quase metade da população ativa total (49,99%). Esse dado evidencia não apenas o papel tradicionalmente atribuído às mulheres no espaço doméstico, mas também o reduzido acesso feminino às atividades produtivas formais.

Os setores de comércio, indústria e serviços apresentavam participação ainda tímida, indicando um processo inicial de urbanização e diversificação econômica. A presença de 3,45% da população na prestação de serviços e 2,61% na indústria de transformação sugere que o município começava, de forma incipiente, a desenvolver uma estrutura urbana mais complexa.

Em conjunto, esses números permitem compreender a estrutura socioeconômica de Patos de Minas na primeira metade do século XX, marcada pela predominância do campo, pela centralidade do trabalho doméstico, no caso da população feminina e pela lenta emergência de atividades urbanas que, nas décadas seguintes, passariam a redefinir o perfil econômico do município.

Como podemos observar nas fotografias de 1 a 7, Patos de Minas contava, já no início dos anos 1940, com uma urbanização relativamente bem estruturada, o centro urbano foi planejado a partir da década de 1930 com ruas largas e praças amplas, mas suas áreas limítrofes ainda eram desordenadas e sem infraestrutura básica. No centro urbano havia saneamento básico, água encanada e energia elétrica e entre 1930 e 1933 foram construídos edifícios públicos importantes para o contexto governamental, como o Paço Municipal que era sede da Prefeitura e Câmara de Vereadores, o Fórum Municipal, além dos prédios de instituições de ensino construídas no governo de Olegário Maciel (1930 – 1933), Grupo Municipal e Escola Normal Oficial, tais espaços mostram expressões concretas do projeto de modernização pública contidas no ideário republicano patense.

Fotografia 1 – Patos de Minas – década de 1930



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 2 - Avenida Major Gote esquina com Rua Olegário Maciel, área comercial, década de 1940.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 3 - Praça Dom Eduardo, final da década de 1930.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Como podemos observar nas fotografias anexas a essa dissertação, essas edificações expressavam a estética modernista republicana, com prédios que representam o legislativo, o executivo e o judiciário e simbolizavam o ideal de progresso e civilidade que deveria nortear a população urbana. A educação, também presente no centro, nesse contexto, assumia papel de instrumento de formação moral e social, integrando o projeto de uma “cidade educadora” que via na instrução pública a base para o desenvolvimento regional, mas não para todos, pois como evidenciaremos mais a frente a maioria da população ainda vivia no atraso do analfabetismo.

Nas décadas de 1940 e 1950, Patos de Minas destacava-se como um dos municípios mais extensos e populosos de Minas Gerais, apresentando expressivo crescimento econômico e demográfico. A população passou de 53.233 habitantes em 1940 para 64.244 em 1950, chegando a uma estimativa de cerca de setenta mil habitantes em meados da década seguinte. (BRASIL, 1959, p.292). Em que pese o crescimento populacional, a grande maioria da população vivia no campo, cerca de doze mil pessoas residiam no perímetro urbano, o que demonstra uma intensa ruralização, traço cultural importante para entender a educação como forma de emancipação em um ambiente marcado pelo atraso do analfabetismo. A educação assim, mais que uma necessidade era uma forma de oportunidade para sair do atraso reinante no campo.

Fotografia 4 - Escola Normal Oficial de Patos – década de 1930



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 5 – Grupo Municipal de Patos - década de 1930



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 6 – Fórum Municipal de Patos – Final da década de 1930



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 7 – A direita o Paço Municipal, que servia de casa de Câmara e Prefeitura Municipal – Década de 1930



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP

A economia local, inicialmente baseada quase exclusivamente na pecuária bovina e suína, expandiu-se consideravelmente com a abertura de rodovias e a melhoria dos meios de transporte, que facilitaram o escoamento da produção e integraram o município aos principais centros do Estado e do país. Esse processo impulsionou a agricultura, que passou a ocupar papel central na economia regional. O número de estabelecimentos rurais cresceu de 1.856 em 1940 para 3.300 em 1950, chegando a 9.109 em 1956, o que indica a fragmentação das propriedades e o aumento da produtividade agrícola. Destacavam-se as lavouras de milho e feijão, além de experiências promissoras com o cultivo de trigo. (BRASIL, 1959, p.292)

A sede municipal refletia o vigor econômico do campo. Em 1954, a cidade contava com cerca de doze mil habitantes e 3.711 prédios distribuídos por sessenta e nove logradouros, muitos já dotados de pavimentação, abastecimento de água, rede de esgoto e iluminação pública. O comércio era ativo, com presença de casas atacadistas, estabelecimentos varejistas e quatro tipografias. Havia ainda uma emissora de rádio, a Rádio Clube de Patos, e cinco cinemas com capacidade total para 1.741 pessoas. A infraestrutura urbana incluía rede bancária, agências das Caixas Econômicas Federal e Estadual e um aeroporto com pista de 1.200 metros, ligado a linhas aéreas regulares. Politicamente, a cidade possuía 15 vereadores e, em 1955, contava com 18.065 eleitores registrados. (BRASIL, 1959, p.292)

A vida religiosa era marcada pelo catolicismo predominante, com sede episcopal, cinco paróquias, uma igreja matriz e 42 capelas. As festas religiosas, especialmente as de Santo Antônio, Nossa Senhora da Abadia, São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, constituíam importantes manifestações culturais, com a realização de missas solenes, procissões e as tradicionais danças de congado. Havia também, a presença de templos protestantes, Igreja Presbiteriana e centros espíritas, e terreiros de religiões de matriz africana, refletindo certa diversidade religiosa. Em síntese, entre 1930 e 1960 o município de Patos de Minas, apresentava um quadro de expressiva expansão populacional, diversificação econômica e fortalecimento urbano, consolidando-se como um polo regional em crescimento de produção agropecuária, comércio e vida cultural da região do Alto Paranaíba.

Sobre a educação, fizemos um levantamento para quantificar o número de escolas, assim como o número de pessoas alfabetizadas. Embora as escolas urbanas recebessem maior destaque na imprensa como veremos adiante, a zona rural do município também apresentava

uma rede significativa de escolas primeiras⁴, voltadas para a alfabetização das crianças do campo. Para entender a dinâmica de fundação de escolas em Patos de Minas foram necessárias fontes complementares, especificamente a obra do memorialista e jornalista Geraldo Fonseca (1974, p. 142–153), através dessa fonte compomos um quadro que lista e quantifica as escolas criadas em Patos de Minas e em seus distritos desde 1867 até 1945. Da mesma maneira que o quadro populacional e econômico, entendemos que, ainda que o recorte cronológico desta pesquisa se concentre entre 1930 e 1945, a manutenção dessa série histórica mais ampla é essencial para compreender o ritmo de expansão da instrução pública e a formação de uma cultura escolar local.

Quadro 3 – Escolas de Patos de Minas entre 1867 e 1943

INSTITUIÇÃO ESCOLAR	DATA(S) DE CRIAÇÃO	LOCALIDADE
Santana de Patos	09/11/1867; 13/09/1881	Distrito
Lagoa Formosa	13/09/1881	Lagoa Formosa
Escola de Areado	25/10/1881	Zona Rural
Escola de Areado	Janeiro de 1904	Zona Rural
Atheneu da Cidade de Patos	03/06/1906	Perímetro Urbano
Lagoa Formosa	14/05/1910	Continuidade
Escola Agrícola	1911	Perímetro Urbano
Grupo Escolar de Patos (Marcolino de Barros)	23/12/1913	Perímetro Urbano
Instituto Patense / Ginásio Patense	15/09/1914	Perímetro Urbano
Curso Primário e Secundário	1917	Perímetro Urbano
Quintinos	21/02/1921	Zona Rural
Ponte Firme	04/01/1924	Zona Rural
Mata Burros	11/03/1924	Zona Rural
Carrancas	11/03/1924	Zona Rural
Santana de Patos	19/12/1924	Distrito
Ponte Grande	05/03/1926	Zona Rural
Capelinha do Chumbo	15/08/1928	Zona Rural
Gameleira	15/08/1928	Zona Rural
Jardim	15/08/1928	Zona Rural
Alagoas	26/08/1929	Zona Rural
Sertãozinho	13/12/1929	Zona Rural
Escola Dona Madalena	1929	Perímetro Urbano
Instituto Santa Terezinha	1929	Perímetro Urbano
Instituto Sul Americano	1929	Perímetro Urbano
Colégio Regina	1930	Perímetro Urbano
Ribeirão da Mata	13/02/1930	Zona Rural
Bebedouro	28/11/1930	Zona Rural
Santa Rita de Patos	05/09/1931	Zona Rural
Bebedouro	12/09/1931	Zona Rural
Gameleira	12/09/1931	Zona Rural
Capelinha do Chumbo	25/08/1931	Zona Rural

⁴ Na década de 1930, as chamadas “escolas primeiras” — o ensino primário — ofereciam os anos iniciais de escolarização, centrados na alfabetização e em noções elementares de leitura, escrita, aritmética e civismo. Com estrutura simples e turmas numerosas, sobretudo no interior, constituíam a porta de entrada do sistema educacional e cumpriam papel estratégico nos projetos de modernização e nacionalização do período Vargas, funcionando também como espaço de disciplina de hábitos e formação moral do “bom cidadão”.

Alagoas	15/09/1931	Zona Rural
Sertãozinho	12/09/1931	Zona Rural
Mata dos Fernandes	12/09/1931	Zona Rural
Limão	19/10/1931	Zona Rural
Escola Normal Oficial	05/05/1932	Perímetro Urbano
Santa Rita de Patos	21/05/1934	Distrito
Santana de Patos	21/05/1934	Distrito
Aragão	13/02/1935	Zona Rural
Barreiro, Limão, Monjolinhas, Onça, Serra Negra	19/01/1935	Zonas Rurais
Escola de Dona Tiola	1938	Perímetro Urbano
Ginásio Municipal de Patos (Benedito Valadares)	1939	Perímetro Urbano
Escola Nossa Senhora de Lourdes	1943	Perímetro Urbano

Fonte: FONSECA, Geraldo. Domínios de Pecuários e Enxadachins, 1974.

O levantamento indicou a existência de 49 escolas fundadas entre 1867 e 1943, um número expressivo diante das condições socioeconômicas do município e de seu perfil predominantemente rural. Há um aumento substancial de escolas no ano de 1931, onde muitas dessas acabam sendo fundadas em zonas rurais, cabe ressaltar que esse foi o período em que Olegário Maciel fora Presidente do estado de Minas Gerais, ele era de Patos de Minas e membro da poderosa Família Maciel da qual falaremos mais a frente.

Com esse levantamento do número de escolas, nos perguntamos sobre os números da alfabetização do município. Para isso não encontramos melhor fonte que a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicada em 1959, ela nos trouxe dados censitários sobre a educação no município em 1950, como podemos observar na imagem 1. Apesar desses dados serem de 1950, acreditamos que o quadro geral de alfabetizados entre 1930 e 1945 não seja mais expressivo, visto que a maioria das escolas fundadas foi pós 1922.⁵

Compartilharemos aqui o quadro original da fonte analisada (imagem 1) e após análise desse quadro de alfabetizados, notamos que os índices apresentados pelo censo de 1950 refletiram as condições precárias de alfabetização e letramento. A maioria da população de Patos de Minas em 1950 continuava privada do acesso à leitura e à escrita, com mais de 60% de analfabetos entre pessoas de cinco anos ou mais, essa realidade evidencia que o processo de expansão das escolas, embora numericamente expressivo como vimos no quadro 3, não se traduziu, de imediato, em um efetivo avanço da instrução pública.

⁵ Cabe aqui justificar, o uso de dados censitários de 1950, para compor um quadro da educação mais amplo, isso cabe no fato de que não conseguimos encontrar, dados anteriores a esses para que pudéssemos realizar um levantamento educacional de alfabetizados. Nos anuários do IBGE, anteriores a 1950, Patos de Minas era apenas mais um de muitas cidades brasileiras que apareciam apenas como dados gerais de número de habitantes, por isso a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros é uma fundamental fonte para entender esse quadro mais amplo, com recortes específicos.

Imagem 1 – Tabela de Instrução Pública

INSTRUÇÃO PÚBLICA — Os resultados do Censo de 1950 referentes à alfabetização fornecem os dados que se seguem relativos à população municipal:

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS				
		Números absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever(*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever(*)
Quadro urbano	Homens...	5 552	3 706	1 846	66,75	33,25
	Mulheres...	7 004	3 937	3 067	56,21	43,79
	TOTAL	12 556	7 643	4 913	60,87	39,13
Quadro rural...	Homens...	20 214	6 778	13 436	33,53	66,47
	Mulheres...	19 952	4 606	15 346	23,08	76,92
	TOTAL	40 166	11 384	28 782	28,34	71,66
Em geral.....	Homens...	26 007	10 725	15 282	41,23	58,77
	Mulheres...	25 956	8 543	18 413	31,69	68,31
	TOTAL	52 963	19 268	33 695	36,38	63,62

(*) Inclusive pessoas de instrução não declarada.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIII: Minas Gerais, IBGE, 1959. p. 291.

O contraste entre campo e cidade é particularmente revelador. Enquanto o meio urbano apresentava índices próximos de 60% de alfabetização, na zona rural menos de um terço da população sabia ler e escrever. Como já havíamos ressaltado, a maioria dos habitantes vivia no campo, tendo a cidade, em 1950, um número de 12.556 habitantes maiores de 5 anos, enquanto no campo 40.166 habitantes, ou seja, esses altos níveis de analfabetismo estavam intrinsecamente ligados as pessoas que viviam na zona rural, a margem da cidade em processo de modernização. Essa discrepância denuncia uma geografia desigual da educação, em que o acesso à escola se tornava um privilégio urbano. A alfabetização, portanto, não era apenas uma questão de oportunidade, mas também um marcador de posição social, um símbolo de distinção entre os que pertenciam ao universo da escrita e aqueles relegados à oralidade e ao labor manual.

Observamos ainda que o trabalho agrícola impunha limites concretos à escolaridade principalmente de mulheres. A análise por gênero também revela traços culturais profundos. A taxa de alfabetização feminina é sensivelmente inferior à masculina, mostra-se assim o resultado de uma sociedade que ainda restringia o papel da mulher ao espaço doméstico e ao cuidado familiar, afastando-a do acadêmico. Mesmo nas décadas de 1930 e 1940, quando o país vivia um discurso de modernização e progresso sob o Estado Novo, a educação feminina

em municípios do interior mineiro, como Patos de Minas, pode ser entendido mais como um adorno moral do que como instrumento de emancipação intelectual.

Esses dados, tomados em conjunto, revelam que o quadro educacional patense foi construído sobre bases desiguais e excludentes, nas quais a escola servia tanto como meio de ascensão quanto como mecanismo de reprodução das hierarquias sociais e culturais. A alfabetização figurava, assim, como um bem escasso, circunscrito a determinados grupos e espaços, e seu domínio representava mais que uma habilidade técnica, era um símbolo de pertencimento à modernidade e de distinção no âmbito de uma sociedade ainda fortemente marcada por estruturas patriarcais e rurais.

Os dados apresentados não se distanciam, contudo, dos quadros gerais apontados pelo Censo do IBGE de 1940, que revelam um panorama educacional profundamente desigual no Brasil, marcado por elevados índices de analfabetismo e por acentuadas distinções de classe, gênero e raça, entendida aqui como uma construção histórica e social que estruturou hierarquias, desigualdades de acesso à escolarização e processos de exclusão no período analisado. Do total de 34.796.665 pessoas recenseadas no território brasileiro com cinco anos ou mais, apenas 13.292.605 sabiam ler e escrever, o que representa aproximadamente 38% da população. Em outras palavras, mais de 21 milhões de brasileiros (62%) eram analfabetos, evidenciando que, apesar das reformas educacionais da década de 1930, a instrução pública ainda não havia alcançado a maior parte da população. (IBGE, 1940, p.29)

A análise por sexo em nível de Brasil mostra um desequilíbrio relevante: enquanto 7.344.772 homens declararam saber ler e escrever, apenas 5.947.833 mulheres apresentavam essa condição. Essa diferença de cerca de 1,4 milhão de pessoas indica que a escolarização feminina era significativamente inferior, reflexo de uma cultura patriarcal que, até então, reservava à mulher o papel doméstico e marginalizava sua presença nos espaços formais de ensino. A alfabetização, também no contexto geral do Brasil, era não apenas um indicador de acesso à escola, mas também um marcador de desigualdade social e de gênero. (IBGE, 1940, p.29)

Ao observarmos a variável raça, percebe-se um abismo ainda mais profundo. Dos que sabiam ler e escrever, 10,3 milhões eram brancos, enquanto apenas 954 mil eram pretos, 117 mil amarelos⁶ e 1,88 milhão pardos ou sem cor declarada. Em contrapartida, entre os

⁶ A classificação racial “amarelo”, utilizada pelo IBGE nos censos do período, insere-se no modelo classificatório oficial vigente durante a Era Vargas, fortemente influenciado por concepções estatísticas e científicas do início do século XX. Tal categoria destinava-se à identificação de pessoas consideradas de origem asiática, especialmente imigrantes e seus descendentes, e integrava uma lógica estatal de ordenação e leitura da população

analfabetos, o predomínio dos grupos étnicos raciais é expressivo: havia 4,18 milhões de pretos e 5,44 milhões de pardos e pessoas sem cor declarada, contra 11,5 milhões de brancos. (IBGE, 1940, p.29) Esse contraste denuncia as heranças diretas do sistema escravocrata, abolido há menos de seis décadas (1888), e evidencia o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que restringia o acesso à educação da população negra e parda, mas não podemos deixar de destacar os declarados brancos analfabetos, que em que pese a cor ainda eram restritos a uma educação em deficit.

No que se refere à nacionalidade, os dados indicam que a quase totalidade dos alfabetizados era composta por brasileiros natos (12,3 milhões), seguidos de naturalizados (84 mil) e estrangeiros (839 mil). Essa proporção demonstra que, embora os imigrantes representassem uma minoria numérica, exerciam papel importante na difusão de modelos pedagógicos e valores culturais trazidos da Europa, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Em muitos casos, as colônias estrangeiras mantinham suas próprias escolas, nas quais o ensino era mais estruturado do que nas escolas públicas brasileiras, o que acabou por contribuir para o desenvolvimento regional desigual.

Os dados por faixa etária reforçam a permanência do analfabetismo entre os jovens. Entre os grupos de 5 a 9 anos, apenas uma minoria sabia ler e escrever, revelando as limitações da educação primária e a ausência de políticas efetivas de escolarização infantil. Já entre os grupos de 10 a 19 anos e 20 a 29, a taxa de alfabetização aumentou ligeiramente, mas permaneceu restrita a menos da metade da população dessas idades. Isso demonstra que a escola brasileira, no início da década de 1940, era ainda uma instituição de acesso seletivo e limitada às camadas médias urbanas. (IBGE, 1940, p.29)

Esses números, dimensionados no contexto da Era Vargas, nos permitiram compreender o descompasso entre o discurso modernizador do Estado e a realidade social do país. Embora as reformas de Francisco Campos (1931) e de Gustavo Capanema (década de 1940) buscassem estruturar o sistema nacional de ensino, principalmente o secundário, na prática a escolarização permaneceu concentrada nos grandes centros urbanos e nas elites brancas. A educação rural, sobretudo nas regiões do interior de Minas Gerais, continuava precária, com poucas escolas, falta de professores e altos índices de evasão e analfabetismo como nos mostra o censo de 1940 do IBGE.

brasileira. Essas nomenclaturas devem ser compreendidas em seu contexto histórico, não correspondendo às concepções contemporâneas de raça, etnia e identidade, hoje problematizadas pela historiografia e pelas ciências sociais.

Ao relacionar esses dados à realidade de Patos de Minas, nota-se que a cidade, inserida em uma região predominantemente agrária, refletia de modo acentuado esse quadro nacional. O discurso da imprensa local que exaltava solenidades cívicas, formaturas e propagandas de escolas contrastava com a exclusão real de amplos setores da população. Em outras palavras, a retórica do progresso educacional coexistia com a marginalização social e racial, expressando o caráter ambíguo de uma educação que, ao mesmo tempo em que se apresentava como símbolo de modernização, reforçava hierarquias históricas profundamente enraizadas.

No contexto social a trajetória de duas famílias se entrelaçam profundamente com a história política e cultural de Patos de Minas até a primeira metade do século XX os Borges⁷ e os Maciel⁸, ambas, pertencentes a elite local, desempenharam papéis centrais na formação do município e em seu processo de modernização, o que as levou protagonizar alguns dos embates mais significativos da história política local. Como observa o historiador Gaspar Pereira da Silva em *“Nem tudo foram flores entre os Maciéis e os Borges”* (SILVA, 2003), as divergências ideológicas e partidárias entre as duas famílias se acentuaram após a Proclamação da República, gerando tensões que extrapolaram o campo político e atingiram dimensões religiosas e culturais. Os Borges eram católicos fervorosos e a família Maciel adeptos do protestantismo, da maçonaria e incentivadores da Igreja Presbiteriana fundada em 1889.⁹

Quando os Borges se estabeleceram em Santo Antônio de Patos (nome da vila antes da emancipação), os Maciel já detinham o poder político local. Entretanto, a consolidação do regime republicano intensificou os conflitos da família Borges com os Maciel alinhados ao republicanismo liberal, representado, mais tarde, por figuras como Olegário Dias Maciel, membro da constituinte de 1891, enquanto os Borges mantinham vínculos com o pensamento monarquista anterior e o catolicismo tradicional. Um episódio de 1889, registrado nas atas da

⁷ A família Borges fixou-se em Patos de Minas entre 1860 e 1868, destacando-se desde então no comércio, na política e na vida social da cidade. José Antônio Borges foi um dos primeiros a se estabelecer no local, atuando como comerciante e primeiro tabelião do cartório do primeiro ofício. (FERNANDES, 2012, p.174)

⁸ A família Maciel teve sua origem em Patos de Minas com os irmãos Antônio Dias Maciel (nascido em Pitangui, em 1º de janeiro de 1826) e Jerônimo Dias Maciel (nascido em Bom Despacho do Picão, distrito de Pitangui, em 3 de fevereiro de 1831). Ambos migraram para Santo Antônio dos Patos (atual Patos de Minas) por volta de 1858-1859, estabelecendo-se como figuras centrais na política e no desenvolvimento local. Antônio, posteriormente titulado Barão de Araguari, e Jerônimo, primeiro presidente da Câmara Municipal de Patos, deixaram vasta descendência e marcaram profundamente a história política e social da cidade. (FERNANDES, 2012, p.170)

⁹ O protestantismo chegou à cidade em 1889 através de missionários ingleses vindos do Rio de Janeiro, que organizaram os primeiros cultos e escolas dominicais. A influência de Antônio Dias Maciel, sobrinho de Olegário Dias Maciel, foi determinante para o fortalecimento da Igreja Presbiteriana local, ampliando seu prestígio social e educativo, culminando na criação do Instituto Sul-Americano (1929), escola de cunho presbiteriano e na transformação dessa escola em Escola Normal (1932), posteriormente nomeada Colégio Estadual Professor Antônio Dias Maciel, em funcionamento até os dias atuais. (FONSECA, 1974)

Câmara Municipal, em que o vereador Sesóstris Dias Maciel¹⁰ propôs a adesão ao Governo Republicano e recebeu o voto contrário do monarquista Major Olympio Borges¹¹, é um marco simbólico dessa divergência política inicial e ilustra essa contenda.

Conforme relata Deiró Eunápio Borges Júnior, em suas memórias escritas no livro *“De Deiró a Deiró, Memórias de um Menino de Recados”* (1994), essa separação, que até então era “natural e simulada”, tornou-se explícita no início do século XX, dando origem a uma oposição declarada entre os grupos. Em 1924, a fundação do Partido Político Popular de Patos (PPPP), liderado por Deiró Eunápio Borges¹², formalizou a resistência ao domínio político dos Maciel e do Partido Republicano Mineiro, organizando redutos eleitorais próprios e redes de apoio social.

Entretanto, a rivalidade entre as famílias ultrapassou o campo político, assumindo contornos simbólicos e religiosos. Segundo Rosa M. Ferreira e Silva (2015) em sua tese intitulada *“A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Geraes: representação, memórias e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933”*, o antagonismo entre o catolicismo dos Borges e o presbiterianismo de parte dos Maciel produziu uma configuração simbólica do cenário urbano da cidade. A Catedral de Santo Antônio marcava, assim, uma fronteira cultural: ao norte, o território dos Borges; ao sul, o dos Maciel. Essa divisão se expressava até na orientação dos monumentos públicos, o busto de Olegário Maciel, voltado para o sul, rumo a Igreja Presbiteriana, loja maçônica e para a Escola Normal, em contraposição ao busto do Monsenhor Fleury¹³, voltado para o norte e para os colégios

¹⁰ Sesóstris Dias Maciel, o Major Gote (codinome herdado dos cargos da guarda nacional ainda no império), filho do Barão de Araguari Antônio Dias Maciel e irmão do político Olegário Dias Maciel, foi um dos principais comerciantes e empreendedores de Patos de Minas da primeira metade da década de XX. Responsável pela abertura das primeiras estradas que ligaram a cidade às regiões vizinhas como Lagoa Formosa e Carmo do Paranaíba e pela introdução do automóvel no município. Destacou-se também como exportador de borracha para a Europa. Em sua homenagem, a principal via comercial da cidade recebeu seu nome. Faleceu em 1942. (RESENDE, 2005, p.92)

¹¹ Olympio Borges foi uma das figuras mais respeitadas da sociedade patense. Formado no Seminário de Mariana, atuou como notário e homem público, reconhecido pelo caráter austero, pela cultura filosófica e pelo exercício íntegro da profissão jurídica. Sua morte gerou grande comoção, sendo exaltado na imprensa local como exemplo de moralidade cristã, modéstia e serviço à comunidade. Faleceu em 9 de abril de 1924. (FONSECA, 1974)

¹² Deiró Eunápio Borges nasceu no dia 20 de abril de 1880, em Patos de Minas. Filho de José Antônio Borges e Serafina Correia Borges, era casado com Maria Caixeta de Amorim Borges, filha de João Gualberto de Amorim e Olímpia Caixeta de Melo Amorim. Deixaram sete filhos: José Eunápio Borges, João Eunápio Borges, Maria Maroquinha Borges, Deiró Eunápio Borges Júnior, Iolanda Borges de Andrade, Nair Eunápio Borges de Amorim e Suzana Borges Caixeta. Faleceu no dia 24 de dezembro de 1942. (RESENDE, 2005, p.39)

¹³ Monsenhor Manoel Fleury Curado, natural de Goiás, foi ordenado em Roma em 1911 e destacou-se como vigário de Patos de Minas entre 1920 e 1947. Fundador de obras religiosas e sociais, teve papel central na construção da atual Catedral de Santo Antônio e na organização da Diocese. Reconhecido por sua atuação durante a gripe espanhola e por ações em prol dos pobres, recebeu diversos títulos e homenagens, sendo considerado uma das figuras mais marcantes da história religiosa local. Faleceu em 1981. (RESENDE, 2005, p.100)

católicos e para a própria catedral, configurando uma verdadeira geografia simbólica das disputas de poder entre as duas famílias e entre o catolicismo e o protestantismo.

Os reflexos dessa rivalidade também se manifestaram na vida social e esportiva da cidade. A família Maciel esteve associada à fundação do time de futebol União Recreativa dos Trabalhadores (URT), enquanto os Borges se identificavam com o Esporte Clube Mamoré. Na esfera social, clubes distintos representavam cada grupo, evidenciando uma polarização que transcendeu a política e se transformou em identidade representativa coletiva. Como observa Geraldo Fonseca em *“Domínio de Pecúários e Enchadachins”* (1977), e Nilson André Fernandes em *“A História da Diocese de Patos de Minas”* (2012), o que se vê é uma comunidade dividida por valores, crenças e símbolos, mas unida, paradoxalmente, por um mesmo projeto de progresso e prestígio pessoal.

Assim, a disputa entre as famílias Borges e Maciel em Patos de Minas pode ser interpretada não apenas como um conflito de poder, mas como um espelho das contradições culturais e ideológicas que marcaram o processo de modernização de uma cidade do interior mineiro. A cidade se estruturou sobre uma base de rivalidades que, embora hoje atenuadas, ajudaram a conformar sua identidade política, urbana e educacional. O espaço escolar, especialmente com a fundação da Escola Normal, em 1932, e das instituições religiosas, como o Ginásio Municipal Bendito Valadares em 1939, tornou-se campo de afirmação simbólica dessas forças sociais, revelando como, em Patos de Minas, educação, religião e política se entrelaçaram como dimensões da cultura educacional da cidade.

Dentre os personagens da cena política de Patos de Minas o nome de Olegário Dias Maciel despontou como símbolo da representatividade política e intelectual do município. Descrito pela história local como um dos patenses mais importantes das décadas de 1920 e 1930, exerceu papel central não apenas na política mineira, mas também na história da educação local e, de forma indireta, na nacional.

Para falar de sua história, nossa pesquisa remontou aos idos de 1889 a 1930, em que o Brasil viveu a chamada Primeira República, marcada pelo predomínio das elites agrárias de Minas Gerais e de São Paulo, onde o coronelismo, como sistema político, atingiu o apogeu e contribuiu para o domínio que os dois estados exerceram sobre a federação. Nesse cenário, Patos de Minas destacou-se por ter um representante ativo na engrenagem política da época. Olegário Dias Maciel, era filho do Barão de Araguari, Antônio Dias Maciel¹⁴ foi membro da

¹⁴ Nascido em Pitangui (MG), em 1 de janeiro de 1826. Mudou-se para Patos de Minas em 1856. Grande fazendeiro da época, tinha uma área de 1,500 alqueires de matas, pastagens e culturas, chegando a produzir

Constituinte de 1891, deputado, senador, vice-presidente e presidente de Minas Gerais. Sua trajetória culminou em 1930, quando desempenhou papel decisivo na Revolução de 1930, movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder e pôs fim à chamada política do “café com leite”, política essa que ele participou por muitos anos.

Segundo o CPDOC (2025), em 24 de outubro de 1930, Olegário recebeu a notícia da deposição de Washington Luís e, após os primeiros dias de incertezas, tornou-se um dos articuladores do novo regime. Reconhecido como o “general civil da revolução”, foi o único Presidente de Estado a permanecer no cargo após a vitória do movimento. Foi também Olegário quem indicou Francisco Campos¹⁵ para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, nome que se tornaria central nas reformas educacionais da Era Vargas.

Durante sua gestão como Presidente de Minas Gerais (1930–1933), Olegário realizou obras que beneficiaram diretamente sua cidade de criação. Em Patos de Minas, foram construídos os prédios do Grupo Municipal (1933) (Fotografia 5), atual Escola Estadual Marcolino de Barros, e da Escola Normal Oficial de Patos de Minas (1933) (Fotografia 4), hoje Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel, ambos de arquitetura imponente e grande relevância histórica para o município. Além do Fórum Municipal (1933) (Fotografia 6), bem como melhorias na área central da cidade, atual Avenida Getúlio Vargas onde se localizava sua residência que hoje abriga o Museu de Patos de Minas, nomeado como Casa de Olegário.

vinhos que se comparavam aos de Portugal. Era pai de Olegário Maciel. Foi vereador por diversos mandatos. Recebeu o título de Barão de Araguari em 1888, assinado pela Princesa Isabel, faleceu em Patos de Minas aos 84 anos em 1º de julho de 1910. (RESENDE, 2005, p.27)

¹⁵ Francisco Luís da Silva Campos, nascido em Dolores do Indaiá (MG), 18 de novembro de 1891, foi advogado, jurista, professor e político brasileiro. Ocupou cargos como deputado federal, senador e ministro da Educação e Cultura. Foi um dos principais articuladores da Constituição de 1937, que consolidou o Estado Novo de Getúlio Vargas, e também participou da elaboração do Ato Institucional nº 1 (AI 1) após o golpe de 1964. Sua atuação política refletiu um modelo centralizador e autoritário, com grande influência sobre a legislação educacional e o sistema jurídico brasileiro de sua época. Faleceu em Belo Horizonte, 1 de novembro de 1968 (CPDOC 2025)

Fotografia 8 - Olegário Dias Maciel e políticos em Belo Horizonte – 1932: Ao centro Olegário Dias Maciel, do seu lado esquerdo de braços cruzados Gustavo Capanema, os outros políticos não foram identificados na foto.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

Fotografia 9 - Olegário Maciel e correligionários em Belo Horizonte – 1930: ao centro, o segundo a direita com o cigarro na mão é Francisco Campos, não identificamos os outros políticos na foto.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

A relação de Olegário Maciel com Francisco Campos e Gustavo Capanema¹⁶ era de proximidade, o que reforça o papel de importância desse agente de Patos de Minas no contexto político e educacional da época. Em 1931, Vargas concedeu a Olegário a patente de general da revolução de 1930, entregue pessoalmente por Campos em cerimônia em Belo Horizonte (SCHWARTZMAN, 2000, p. 53). No mesmo período, Gustavo Capanema, seu primo e aliado político, foi nomeado Secretário do Interior de Minas Gerais, cargo de grande influência, anteriormente ocupado por Francisco Campos, anos mais tarde, Capanema se tornaria Ministro da Educação e Saúde, também sucedendo Francisco Campos, consolidando uma rede política que, em parte, tinha origem nas alianças fomentadas por Olegário Dias Maciel com Vargas na época da tomada do poder em 1930. Olegário Dias Maciel, faleceu em Belo Horizonte em setembro de 1933, onde jaz sepultado.

Fotografia 10 - Gustavo Capanema (ao centro), presta última homenagem ao estadista Olegário Maciel em seu sepultamento.



FONTE: Museu de Patos de Minas – MUP.

¹⁶ Gustavo Capanema Filho, nasceu em Pitangui, MG, 10 de agosto de 1900, foi advogado, professor e político. Vereador em Pitangui (1927 - 1930), secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais, interventor federal no Estado (1933 - 1934) e ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945, o mandato mais longo nessa pasta no Brasil, sendo responsável por reformas significativas no ensino primário, secundário, técnico, profissional e pela criação de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Após 1945, ocupou mandatos como deputado federal (1946 - 1971) e senador por Minas Gerais (1971-1979). Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1985 (CPDOC, 2025)

Além de estadista, seu legado social é grandioso, pois foi também o fomentador de uma geração de importantes educadores e intelectuais patenses ligados à família Maciel, entre eles seus sobrinhos Antônio Dias Maciel e Zama Maciel, ambos ativos na imprensa e na educação de Patos de Minas, inclusive Antônio Dias Maciel, foi o fundador e editor dos jornais *A Reforma* e *Folha de Patos*, fontes centrais para esta pesquisa.

Assim, o que se observa em Patos de Minas, no período compreendido, é que, embora fosse uma cidade de pequeno porte, ela possuía uma elite local¹⁷ engajada com o desenvolvimento urbano, social e cultural do município em função dos interesses dessa parcela da população constituída por tais famílias. Esse grupo privilegiado demonstrava preocupação com a construção de uma infraestrutura arquitetônica mais elaborada, a promoção de atividades culturais e a consolidação de instituições sociais, refletindo seu projeto de modernização e prestígio voltados mais a si próprios que aos munícipes, de uma maneira geral.

2.2 A Imprensa de Patos de Minas 1905 a 1945

Para trabalhar com a imprensa, é necessário analisá-la não apenas como fonte, mas também como objeto de estudo. A construção de um quadro histórico da própria imprensa, constitui para a compreensão do contexto histórico e cultural em que os jornais utilizados na pesquisa se inserem, peça fundamental no desenvolvimento de nossa análise. Diante disso, buscamos compreender como a imprensa de Patos de Minas se consolidou desde sua formação, em 1905, até o ano final de nossa pesquisa, 1945. Consideramos esse levantamento fundamental para evidenciar o surgimento da imprensa local em um contexto marcado pelo ideário republicano e progressista. Como base para esse inventário, utilizamos o livro de Geraldo Fonseca, *“Domínios de Pecúários e Enxadachins”*, e uma matéria jornalística de 1942 escrita por Renato Maciel¹⁸, então proprietário do jornal *Folha de Patos*. Ambas as

¹⁷ O memorialista Oliveira Melo fez bom estudo das famílias tronco, de Patos de Minas, partindo dos sobrenomes presentes na escritura de doação do patrimônio de 1826. Em torno destas e de outras famílias que por ali chegaram posteriormente, a sociedade patense se constituiu. São elas as famílias: Alves de Melo, Amâncio, Amorim, Borges, Caixeta, Castro de Gomes, do Rego, Correia, Andrade, Dias, Oliveira, Duarte Campos, Ferreira da Silva, Fonseca, Maciel, Magalhães, Mota, Pereira da Fonseca, Pereira Guimarães, Porto, Queiroz, Rocha, Filgueira, Santana, Souza, Tibúrcio, Vieira e Xavier da Cruz. Cada uma dessas famílias tinha suas ligações tanto com a família Borges quanto com a Maciel, que dominavam o cenário político e cultural da cidade até meados da década de 1950. (FERNANDES, 2012, p. 170)

¹⁸ Primo de Antônio Dias Maciel e de Zama Maciel, era maçom, foi o editor e diretor da Folha de Patos a partir de 1941, quando toma a direção do jornal que fica sob seu controle até 1945 quando é fechado de uma vez por todas. Renato Maciel fez uma matéria no Jornal Folha de Patos que podemos dizer que é o primeiro grande histórico da imprensa em Patos de Minas, notamos que a história da imprensa feita por Geraldo Fonseca (1972) teve como base essa matéria de 1943.

fontes oferecem elementos que nos permitem traçar uma cronologia do surgimento da imprensa periódica na cidade.

Cabe aqui ressaltar, que esta dissertação de maneira alguma deve ser entendida como uma pesquisa sobre a história da imprensa. O levantamento desses dados foi realizado apenas para relatar aos leitores, que ela está francamente ligada às elites intelectuais vinculadas as famílias tradicionais da cidade de Patos de Minas, que já no início do século XX contavam com veículos jornalísticos na difusão de ideias e valores.

Quadro 4: Lista de jornais impressos em patos de minas de 1905 à 1945

Nome do Jornal	Ano de Fundação	Proprietários
Correio das Penas	Não consta	Vicente Pereira Guimarães
A Pílula	Não consta	Farmacêutico Sebastião de Castro Amorim
O Trabalho	1905	Antônio Nogueira de Almeida Coelho e Fortunato Pinto da Cunha.
O Comércio	1910	Alfredo Borges
O Juvenil	1911	Bernardo Laurine (pseudônimo de Laurindo Borges).
Gazeta de Patos	1915	Marcolino de Ferreira Barros
O Grito	1915	Francisco Carneiro
A Carapuça	1915	Alfredo Borges
O Riso	1915	Francisco Carneiro
O Morcego (Trocadilho – Humor ... cego)	1916	Arlindo Ulhoa
O Sino da Tarde	1917	Uma sociedade anônima
A Metralha (Trocadilho – Ame...tralha)	1917	Dimas Pinto
O Federalista	1919	José Sandoval Babo
A Bala (Trocadilho – Abala)	1920	Alfredo Borges
O Trabalho	1921 – 2ª fase	Fortunato Pinto da Cunha
Jornal de Patos	1924	José Olympio Borges e José Vaz Borges
Gazeta de Patos	1929	Laurindo Borges
Notícias Chevrolet	1930	Agência de automóvel de José Rangel
A Reforma	1932	Antônio Dias Maciel
A Tesoura	1934	José Caixeta Frazão
A Ozaga	1935	Antônio Mendonça Pinheiro
O Sonho	1935	Alunas da Escola Normal Oficial.
Folha de Patos	1936	Antônio Dias Maciel – Orientação Gráfica de Sebastião Eloi ¹⁹ dos Santos.

¹⁹ Sebastião Eloi dos Santos, conhecido como “Tião Eloi”, nasceu em Patrocínio – MG, no dia 7 de agosto de 1906, filho de José Eloi dos Santos e Odília de Novais Santos. Iniciou os estudos em 1913, na Escola Particular do professor Leovigildo de Paula e Souza, passando, em 1914, a frequentar o recém-fundado Grupo Escolar “Honorato Borges”. Descendente de uma família tradicionalmente ligada às artes, desde a infância buscou identificar-se com algum ofício artístico, tendo aprendido as profissões de seleiro, carregador de malas na estação ferroviária, sapateiro e, por fim, tipógrafo, atuando na edição do jornal *Cidade de Patrocínio*. Motivado por sua vocação para a imprensa, mudou-se para Patos de Minas, onde editou o jornal *A Reforma*,

O Jubileu	1936	Comissão organizadora dos festejos de 25º ano de ordenação sacerdotal de Mons. Manoel Fleury Curado.
A Voz	1936	Ananias Pinheiro e Antônio Mendonça Pinheiro
O Grito	1937	Ananias Pinheiro
Língua de Trapos	1938	Alcides Nascimento.
O Estudante	1940	Alunas da Escola Normal Oficial.
Folha de Patos	1940 – 2ª fase	Renato Maciel
Alma de Criança	1940	Alunos do Ginásio Municipal
O Atheneu	1945	Geraldo Fonseca
Lux Jornal	1945	Alunos do Ginásio Municipal

Fonte: FONSECA, Geraldo. Domínios de Pecuários e Enxadachins. 1. ed. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974

Como podemos observar no quadro acima, Patos de Minas teve uma produção significativa no campo da imprensa periódica, são 32 jornais listados, número considerável, haja vista o grande número de analfabetos na cidade conforme dados já apresentados. As tiragens de uma maneira geral não eram maiores que mil exemplares, eles eram financiados e mantidos através de assinaturas e também propagandas que eram publicadas em forma de anúncios, Geraldo Fonseca que foi tipógrafo da Folha de Patos, nos deixou seu relato.

Os jornais até hoje editados em Patos de Minas, com exceções, nunca tiveram tiragens superiores a mil exemplares.

Os que queriam assinantes distribuíam de graça o primeiro número. Quem não devolvesse o exemplar era considerado assinante. Até 1945 não se cogitava de venda avulsa. Os primeiros periódicos eram impressos em papel estrangeiro. [...]

Até 1940, a melhor máquina impressora conhecida em Patos foi uma Goldin, adquirida pelo Dr. Olegário Maciel, para a impressão de “A Reforma”. Platina alta, quatro rolos distribuidores de tinta, imprimia o formato quatro.

A confecção do jornal interiorano, em impressoras que não ultrapassem o formato quatro, é bastante trabalhosa. Na “Folha de Patos”, por exemplo, a impressão se fazia de dentro pra fora. Primeiros as páginas 2 e 3. A página 2 continha os anúncios de costume, editais e sobras de matérias do número anterior. A 3, página preferida pelo dr. Euphrasio José Rodrigues, porque “quando o leitor abre o jornal dá de testa com a poesia”. Estampadas as páginas de dentro, tinha lugar a dobra, condicionando à impressão das páginas 1 e 4. (FONSECA, 1974, p. 204-205)

posteriormente intitulado *Folha de Patos*. No ano seguinte, retornou a Patrocínio e fundou a *Gazeta de Patrocínio*, em 1938. Faleceu em 1997, deixando um importante legado para a imprensa de toda a região do Alto Paranaíba. (GAZETAPTC, 2023)

Outra coisa evidenciada é que as principais tipografias²⁰ onde se produziam a maioria dos periódicos eram de propriedade das famílias Borges ou Maciel. Destacaremos agora o trabalho de cada uma dessas famílias no campo da imprensa. Entendemos que esses veículos de informação, de certa forma constituíam parte das estratégias das lutas políticas entre esses dois blocos políticos familiares.

A família Borges teve grande atividade jornalística por meio de Alfredo Borges²¹, José Olympio Borges²², José Vaz Borges e também Laurindo Borges²³, esses foram proprietários dos jornais O Comércio, O Juvenil, A Carapuça, A Bala (Trocadilho – Abala), de propriedade de Alfredo Borges, Jornal de Patos de propriedade de José Olympio Borges e José Vaz Borges e Gazeta de Patos de Laurindo Borges. Esses impressos eram realizados pela Tipografia “Borges”, de propriedade de Alfredo Borges, conforme vemos na imagem 2, que é um enunciado da primeira página do Gazeta de Patos (1929).

O jornal Gazeta de Patos era publicado como um “Orgam independente”. Mas independente de que, ou de quem? Entendemos que essa informação representava para a família Borges que o periódico tinha a liberdade necessária para que nele fossem realizadas críticas pontuais aos assuntos que permeavam a pequena cidade dominada politicamente pela família rival. Nas matérias desse semanário podemos analisar a vida cotidiana da cidade, o comércio, o relato de fatos, notícias e opiniões que monitoravam a vida pública de Patos de Minas.

²⁰ Segundo dados do IBGE, Patos de Minas em 1954 tinha 4 tipografias ativas e na época tinha apenas 2 jornais em circulação. (BRASIL, 1959, pág. 292.)

²¹ Alfredo Borges nasceu em Formiga, em 6 de dezembro de 1878, e mudou-se ainda criança para Patos de Minas. Destacou-se como jornalista, fundador do segundo jornal da cidade, *O Commercio* (1910), e como poeta, publicava seus versos no periódico. Empreendedor criativo, fundou as Casas Azues e a Papelaria São José, sendo conhecido por suas propagandas originais. Faleceu em 17 de dezembro de 1940. (RESENDE, 2005, p.22)

²² José Olympio Borges nasceu em Patos de Minas em 16 de junho de 1897. Formou-se em Direito em 1919 pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e atuou como advogado na região, trabalhando com causas cíveis, criminais e orfanológicas, além de defesas e acusações perante o júri, oferecendo serviços jurídicos a preços módicos. Fundou e dirigiu o *Jornal de Patos*. Faleceu em Belo Horizonte em 1º de maio de 1966, aos 68 anos (RESENDE, 2005, p.47).

²³ Laurindo Borges, filho de Augusto e Maria Rita Borges, nasceu em Patos em 10 de fevereiro de 1896. Ao longo de seus 97 anos, destacou-se como escritor, jornalista, editor da *Gazeta de Patos*, articulista, músico, comerciante, ourives e gráfico responsável pela Tipografia Borges. Foi também tesoureiro e responsável pelo Bar e Sorveteria Recreativo da Sociedade Recreativa Patense, sendo pioneiro na fabricação de picolés e sorvetes na cidade. Casado com Isaura Carneiro Borges, teve seis filhos. Laurindo faleceu em 3 de setembro de 1993. (RESENDE, 2005, p.88)

Imagem 2: Cabeçalho de primeira página do Jornal Gazeta de Patos - 1929



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

As contendas entre as famílias Borges e Maciel eram comumente ventilados nos jornais. A disputa pelo poder durante as décadas de 1920 e de 1930 foi dramática. Detentores do poder desde 1904, devido resistência pacífica dos Borges, os Maciel, donos do município e das eleições, dominavam seus currais eleitorais. Observamos que a imprensa periódica dos Borges representou uma forma de resistência aos mandos e desmandos dos Maciel.

Em relação à produção, em grande parte esses periódicos eram produzidos por um número pequeno de pessoas e seus criadores assumiam múltiplas funções: autor, editor e distribuidor. Essa condição amplia seus papéis como agentes de representação cultural, uma vez que sua atuação como proprietários de um jornal se entrelaçavam intimamente com as representações e ideias que eles próprios veiculavam nas páginas que publicavam.

Houve um claro domínio dos Borges nesta seara entre 1905 e 1932. Retomando novamente o Quadro 4, chegamos a conclusão de que, em que pese os Maciel, tivessem o domínio do cenário político, durante a chamada Primeira República (1889 – 1930), a imprensa fora dominada pelos Borges. No entanto, na década seguinte, a partir de 1932, a família Maciel passa a ser a principal mantenedora de periódicos semanais, cabe ressaltar que durante o período pesquisado nunca houve um periódico com produção diária na cidade, essas publicações eram em sua maioria semanais ou mensais, mas era comum haver hiatos mais longos entre edições.

Cabe entender que os jornais dos Maciel não foram impressos pela tipografia dos Borges, talvez pelas contendas da década de 1920, família tinha sua própria máquina de impressão, pois Olegário Dias Maciel comprou uma máquina tipográfica própria tipo Goldin (FONSECA, 1974) para a impressão do Jornal A Reforma (1932) que passa a ser editado e

dirigido por seu sobrinho Antônio Dias Maciel. Essa mesma máquina tipográfica também foi utilizada para a impressão do Jornal Folha de Patos²⁴ (1936 - 1945). Entre 1932 e 1945 muitos Maciel vão participar ativamente da imprensa, como autores, editores, comentadores, entrevistadores e diretores. Entre eles Zama Maciel²⁵, Renato Maciel e o já citado Antônio Dias Maciel²⁶, são as figuras mais importantes, é interessante notar que os três tinham ligações diretas com a maçonaria e o presbiterianismo.

Dos jornais dos Maciel cabe analisar o semanário *A Reforma* que surgiu em 23 de junho de 1932, sob direção do Dr. Antônio Dias Maciel, com redação de Carlos Chaves, Ernani de Moraes Lemos e Zama Maciel, e gerência de Sebastião Elói. Inicialmente chamado “A Montanha”, teve o nome alterado por solicitação de Olegário Maciel, então presidente de Minas Gerais, para evitar associação com o movimento revolucionário de 1930, pois esse era o código secreto utilizado pelos revoltosos mineiros antes do início da revolta. O novo título, *A Reforma*, foi sugerido por Sebastião Elói, sem relação com a reforma religiosa, embora os diretores fossem presbiterianos. Em 1º de julho de 1933, o jornal passou a pertencer a Noé Ferreira da Silva, advogado ligado diretamente a família Maciel, retornando propriedade a Antônio Dias Maciel após a morte de Noé, em 22 de dezembro de 1933. O periódico encerrou suas atividades em dezembro de 1934.

²⁴ O jornal Folha de Patos teve seu primeiro número publicado em 1º de agosto de 1936, sob direção do Dr. Antônio Dias Maciel e gerência de Sebastião Elói. Criado para prestigiar a nova ordem instaurada após a Revolução de 1930, destacou-se pela qualidade jornalística e pela fidelidade na cobertura dos acontecimentos locais, nacionais e internacionais. Contou com Ernani de Moraes Lemos e Zama Maciel como redatores e deixou de circular no segundo semestre de 1938. Retornou em 19 de abril de 1941, em nova fase, dirigida por Renato Dias Maciel e gerenciada por Martinho Ribeiro, mantendo seu caráter independente e liberal até encerrar suas atividades no segundo semestre de 1945. (FONSECA, 1974)

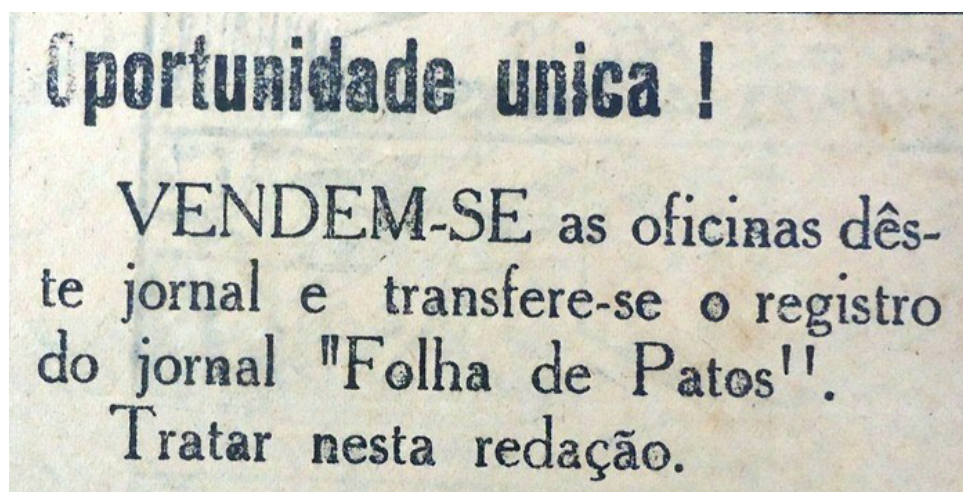
²⁵ Zama Maciel foi um educador, agrimensor, político e incentivador do esporte em Patos de Minas. Formado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro, retornou à cidade, onde traçou sua planta urbana. Tomou posse como Inspetor Federal de Ensino em 1931, cargo que ocupou por intermédio de seu tio Olegário Dias Maciel, então Presidente de Minas Gerais. Foi o primeiro delegado da Secretaria de Educação na região e lecionou diversas disciplinas na Escola Normal Oficial. Irmão de Antônio Dias Maciel, foi um intenso político municipal, como vereador por três mandatos, destacou-se na Câmara, mas recusou cargos políticos mais altos. Autor da letra do Hino de Patos de Minas e membro da Academia Patense de Letras, Zama participou também da fundação da União Recreativa dos Trabalhadores (URT), time de futebol local e contribuiu para a construção do estádio que hoje leva seu nome. Seu legado permanece vivo na educação, na cultura e no esporte, sendo homenageado por instituições, como a Escola Estadual Zama Maciel que também tem seu nome. (RESENDE, 2005, p.128)

²⁶ Antônio Dias Maciel, filho de Farnese Dias Maciel irmão de Olegário Maciel e Adelaide Caixeta Maciel, nasceu em Patos de Minas, em 2 de janeiro de 1898. Realizou seus primeiros estudos na cidade, transferindo-se posteriormente para Lavras (MG), onde cursou o ginásio e o científico no tradicional Instituto Gammon. Ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, formando-se em 1922. Durante o período em que estudou em Lavras, tornou-se membro ativo da Igreja Presbiteriana, na qual exerceu o cargo de Presbítero, e dedicando-se por toda a vida à pregação religiosa. Paralelamente, foi maçom atuante, poeta e literato, deixando vasta produção que inclui poesias, peças teatrais e folhetos de temática evangélica. Foi vereador, Deputado Federal por Minas Gerais. Fundou em Patos de Minas o Instituto Sul Americano, em 1932 com apoio de seu tio, então Presidente do Estado de Minas Gerais, fundou a Escola Normal Oficial onde exerceu sua diretoria até 1936. Foi diretor e editor dos jornais *A Reforma* e *Folha de Patos*. Faleceu em Goiânia (GO), no dia 18 de setembro de 1964, sendo velado na Igreja Presbiteriana Central daquela cidade. (RESENDE, 2005, p.45)

Tanto o jornal *Gazeta de Patos e Folha de Patos* tinham um formato noticioso, ou seja, divulgavam as notícias do dia a dia, e mesclavam a isso propagandas do comércio local, o que se observa é que não havia grande espaço para o sensacionalismo dos tabloides das capitais. A vida na cidade de Patos de Minas era pacata, a maioria das notícias eram questões triviais, tais como festividades, missas, reuniões, questões familiares, propagandas, anúncios de filmes, contas públicas e política. Mas, um assunto que fica em destaque é a grande quantidade de representações sobre a educação e o dia a dia educacional, políticas educacionais, momentos cívicos, festividade nas escolas, propagandas e práticas escolares o que permite perceber representações em torno da escola e da educação em Patos de Minas.

Observamos que a partir de 1932, a imprensa conduzida pela família Maciel passou a dar maior destaque a temas ligados à educação e à vida escolar. *A Reforma* circulou até 1934, sendo substituído, a partir de 1936, pelo jornal *Folha de Patos* ambos sob direção de Antônio Dias Maciel, o qual permaneceu nessa função até 1938, ano em que o jornal deixou de ser editado. Em 1941 a edição do *Folha de Patos* foi retomada sob direção de Renato Dias Maciel, que manteve as publicações semanalmente até o ano de 1945 quando foi anunciada sua venda e fechado definitivamente por não haver comprador.

Imagem 3 - Anúncio publicado na edição de 1.º de julho de 1945 do jornal Folha de Patos



FONTE: Anúncio publicado na edição de 1.º de julho de 1945 do jornal Folha de Patos.

Cabe aqui ressaltar que dentre tantos periódicos, utilizamos aqueles que resistiram à ação do tempo e estão preservados nos acervos públicos do município de Patos de Minas, que são o Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM – CDM) e o Museu de Patos de Minas (MUP). Como já citado anteriormente, os

periódicos consultados e que nos utilizamos foram: *Gazeta de Patos* (1929) e *Folha de Patos* (1936–1939) e *Folha de Patos* (1941–1945), além de documentos que foram cedidos por colecionadores particulares e imagens e fotografias que levantamos junto ao acervo do Museu de Patos de Minas (MUP). Isso se dá ao motivo que os únicos jornais encontrados foram esses, acreditamos que os outros que citamos no quadro devem ter se perdido com a ação do tempo, criando grandes lacunas históricas.

A pesquisa nos periódicos foi conduzida a partir do acesso aos arquivos públicos, com a leitura integral das matérias relacionadas ao tema da educação. Ao todo, foram identificadas 86 matérias que abordavam a educação escolar de forma geral, um número significativo, embora seja plausível supor que a quantidade original tenha sido substancialmente maior. Contudo, as perdas de acervos e coleções desses jornais ao longo das décadas impuseram limitações à realização de um levantamento mais amplo e minucioso. Ainda assim, esse corpo documental se revela fundamental para compreender como as ideias pedagógicas circularam, foram apropriadas, mescladas, reinventadas e reinterpretadas no contexto de Patos de Minas, constituindo-se em uma base sólida para a análise histórica proposta nesta dissertação.

Sobre as matérias jornalísticas analisadas, cabe ressaltar que em sua grande maioria elas eram muito longas, escritas em fonte muito pequena, de modo que quando transcritas, se tornam textos longos as vezes de duas ou três páginas inteiras. Assim sendo, vimos que a melhor maneira de se contar essa história foi recortando fragmentos que junto da bibliografia utilizada vão dando forma as análises que se desenvolvem como fontes conversando com fontes. Ainda sobre as matérias, o português utilizado à época era bem diferente do nosso, muitas palavras eram escritas de forma diferente da ortografia atual. Para se manter a originalidade dos textos, optamos por manter a forma como foram escritos, não corrigindo vírgulas, pontos ou palavras com grafia diferente da atual, mantendo assim a autenticidade de cada matéria jornalística.

3 CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Neste segundo capítulo, buscamos compreender como a educação escolar foi pensada, debatida e publicamente significada na imprensa de Patos de Minas entre 1930 e 1945. Mais do que identificar a presença do tema educacional nos jornais locais, interessa-nos analisar os sentidos que lhe foram atribuídos, os valores mobilizados e as expectativas sociais projetadas sobre a escola em um contexto marcado pelas transformações políticas e culturais da Era Vargas.

A leitura das matérias jornalísticas mostrou que a educação comparece nos periódicos não apenas como notícia factual, mas como objeto de argumentação, disputa simbólica e intervenção moral. Como já dito os jornais atuaram como espaços privilegiados de produção de discursos sobre a escola, seus fins, seus agentes e seu papel na formação do cidadão, articulando vozes diversas, autoridades públicas, inspetores, religiosos, professores e colonistas, que contribuíram para a construção de uma esfera pública local sensível às questões educacionais.

Embora o levantamento tenha identificado um conjunto amplo de publicações relacionadas à educação, optamos, neste capítulo, por concentrar a análise em dois núcleos temáticos que se mostraram particularmente reveladores da lógica discursiva da imprensa patense: as matérias opinativas sobre educação e aquelas que tratam da reeducação de menores. Essa escolha, não decorre unicamente da frequência desses temas nos periódicos, mas também de sua densidade interpretativa e de sua capacidade de evidenciar as tensões entre modernização pedagógica, controle social e moralização da infância e da juventude.

As matérias opinativas constituem um campo privilegiado de observação, pois nelas o jornal ultrapassa a função informativa e assume explicitamente o papel de mediador e produtor de sentidos. Por meio de editoriais, artigos assinados e colunas, a imprensa de Patos de Minas formulou juízos sobre o que deveria ser a escola, quem estava apto a ensinar e quais valores deveriam orientar a formação das novas gerações. Esses textos revelam uma concepção normativa da educação, fortemente atravessada por ideais de progresso, ordem e civilização, em consonância com o projeto político do período.

Já as matérias relativas à reeducação de menores deslocam o foco da escola como espaço de instrução para a escola como instrumento de correção social. Nelas, a infância e a juventude aparecem associadas a problemas de disciplina, delinquência e desvio moral, e a

educação é apresentada como mecanismo de intervenção preventiva e regeneradora. Esse discurso aproxima o universo escolar das políticas de justiça de menores e evidencia a dimensão disciplinar e moralizante atribuída à educação, especialmente no trato com os setores considerados “em risco”, “desviantes” ou “marginalizados”.

Ao analisar esses dois conjuntos de matérias, buscamos evidenciar como a imprensa local participou ativamente da construção de uma cultura escolar pública, na qual a educação era simultaneamente celebrada como promessa de modernização e mobilizada como ferramenta de controle e conformação social. O capítulo não pretende esgotar todas as aparições do tema educacional na imprensa patense, mas aprofundar a análise daqueles discursos que, pela sua natureza argumentativa e moral, permitem compreender com maior nitidez os projetos, expectativas e tensões que atravessaram a educação local no período estudado.

Nos subcapítulos seguintes, analisaremos, em primeiro lugar, as matérias opinativas sobre educação, examinando como o jornal construiu argumentos, definiu autoridades legítimas e formulou diagnósticos sobre a escola e o ensino em Patos de Minas. Em seguida, voltamo-nos às matérias relativas à reeducação de menores, buscando compreender de que modo a educação foi associada a práticas de correção, disciplina e controle da infância e da juventude, inserindo-se em um projeto mais amplo de formação do “bom cidadão” e do “homem útil” à sociedade.

3.1 Ideias e ideais de educação em Patos de Minas

Nesta parte começaremos a análise de nossas fontes à luz da história cultural. Buscamos através das matérias escolhidas analisar os discursos e as tensões entre o liberalismo modernista escolanovista e conservadorismo educacional católico, tudo isso observado a luz das leis educacionais da época.

Dentre as matérias escolhidas, a primeira foi publicada no jornal *Gazeta de Patos*, de Laurindo Borges. Ela é uma matéria de 25 centímetros de comprimento por 7 centímetros de altura, esta publicada na página 3 do jornal, cabe ressaltar que todos os jornais analisados tinham apenas 4 páginas. Ela é cercada por três propagandas de empreendimentos da família Borges as quais são respectivamente, a Livraria e Papelaria São José, uma da Typografia Borges e outra sobre o escritório de advocacia de José Olimpio Borges irmão de Alfredo Borges, dono da tipografia e da papelaria. A matéria tem 6 parágrafos, a letra seria o que hoje

nos referimos a um tamanho 10 e é assinada por um pseudônimo “V.d’Alba” o qual não conseguimos descobrir quem seria o mesmo. A matéria tem o título “Porque as crianças devem aprender?”, e foi publicada em 28 de julho de 1929, e configura-se como um documento expressivo das concepções educacionais predominantes e do discurso sobre a educação. Vamos a ela:

1º.) Para serem bons filhos hoje e para que se tornem bons paes de família e verdadeiros patriotas amanhã.

2º.) Porque o regulamento de ensino assim o obriga.

O menino é o pae do homem, no dizer de Worsworth. O menino de hoje será o homem de amanhã, a quem serão confiados os destinos da patria. Devemos instruí-lo e educá-lo, afim de que se prepare para vencer as dificuldades da vida pratica, acostume-se a respeitar os paes e superiores, a observar as leis e a temer a Deus, se torne um bom filho, um exemplar chefe de família e um valente soldado que viva para a Patria e, si preciso for, por ella dê o seu sangue.

Não se pode, porem, conceber a educação assim compreendida sem a instrucção: são duas cousas que se completam.

Ministremos, portanto, aos nossos meninos, a instrucção.

(V.D’Alba, GAZETA DE PATOS, 1929, nº1, p.2)

Desde o início, a matéria apresenta uma justificativa para a escolarização que transcende o mero acesso ao conhecimento, apontando que as crianças deveriam aprender *“para serem bons filhos hoje e para que se tornem bons paes de família e verdadeiros patriotas amanhã”*. Tal enunciado revela a função social atribuída à educação, concebida como mecanismo de formação de sujeitos ajustados aos papéis tradicionais de gênero e família, bem como orientados para o patriotismo. A escola, na representação do articulista, aparece como instituição chave na reprodução de valores cívicos que sustentam a ordem social, reforçando a adesão ao projeto da Primeira República, criar cidadãos aptos para um Brasil em desenvolvimento.

Em seguida, o autor do texto recorre à conhecida máxima do poeta inglês William Wordsworth: *“O menino é o pae do homem, no dizer de Worsworth”*. A apropriação desse pensamento, originalmente vinculado ao ideário romântico, é ressignificado para afirmar uma visão de infância como etapa que deve ser moldada para garantir a formação de adultos responsáveis e úteis à coletividade. Nesse sentido, a infância é instrumentalizada e posta a serviço de uma pedagogia da obediência, que privilegia a conformidade social e a preparação para funções futuras, não havendo espaço para a valorização da autonomia ou da criatividade infantojuvenil.

A representação da educação enquanto processo de disciplinamento moral e cívico fica ainda mais evidente na seguinte passagem: *“Devemos instruí-lo e educá-lo, a fim de que se prepare para vencer as dificuldades da vida prática, acostume-se a respeitar os pais e superiores, a observar as leis e a temer a Deus, se torne um bom filho, um exemplar chefe de família e um valente soldado que viva para a Pátria e, se preciso for, por ela dê o seu sangue”*. Aqui, a escola é apresentada como espaço privilegiado de inculcação de valores como a obediência, a religiosidade e o patriotismo, destacando-se também o ideal militarista ao se referir ao sacrifício pela pátria. Tal perspectiva, revela a convergência entre o projeto educacional e os ideais republicanos, mesmo com o viés religioso, especialmente no que diz respeito à construção de uma identidade nacional coesa e homogênea, pautada na lealdade ao Estado.

No decorrer da matéria, observa-se uma diferenciação conceitual entre “educação” e “instrução”, conforme o seguinte excerto: *“Não se pode, porém, conceber a educação assim compreendida sem a instrução: são duas coisas que se completam”*. A instrução é tratada como componente indispensável, mas secundário em relação à educação moral e cívica. Esta distinção manifesta uma prática a partir da representação, na qual o saber escolar tem caráter instrumental, ou seja, um instrumento para um fim, que era transformar a criança no pai do homem, servindo primordialmente para reforçar normas de conduta e consolidar a disciplina social, conforme preconizado pela legislação educacional vigente. Interessante é notar que a palavra pai é colocada em três momentos no texto o que apresenta uma educação moral e cívica necessariamente voltada ao público masculino apesar de que já havia uma educação básica do público feminino.

Mas, as mulheres não são esquecidas na matéria e estão presente na representação dada ao trabalho das professoras. Sobretudo do trabalho das professoras do Grupo Escolar, conforme expressa o seguinte trecho:

Temos no nosso Grupo: onze moças, cheias de vida e de esperanças, cheias de boa vontade, ali estão empregando com dedicação estoica o melhor de seus esforços, com prejuízo quiza da saúde, em prol desses pequeninos seres que á sombra dessa bemfazeja arvore veem procurar abrigo, veem procurar pão da instrução, veem aprender as primeiras lições da vida, receber a chave do futuro. Essas professoras sabem ensinar e querem ensinar: o que falta é a cooperação de alguns paes que não só não nos auxiliam mas nos negam até, incondicionalmente, o seu apoio, dificultando a frequência escolar. Alea jacta est. O campo é vasto: abordarei: ventilarei oportunamente o mesmo assumpto. O facto é que os meninos devem receber instrução, sinão pelos motivos acima expostos, tendo em vista ao menos a observancia

do Regulamento de Ensino Vigente, severo e radical nas suas leis cominando penas aos infractores de seus artigos. (V.D'Alba, GAZETA DE PATOS, 1929, nº1, p.2)

A descrição do empenho das docentes, mesmo em condições adversas, é emblemática na idealização do magistério feminino como missão de cunho sacrificial e abnegado, frequentemente associada à extensão das funções maternas para o espaço escolar. Este discurso, longe de problematizar as condições de trabalho e a desvalorização profissional das professoras, reforça estereótipos de gênero que naturalizam sua atuação educativa como um chamado vocacional. No entanto, uma outra leitura cultural é que uma vez que as mulheres se apresentavam como o maior número de educadoras, elas seriam as formadoras dos meninos e logo dos futuros pais e patriotas.

O caráter compulsório da escolarização é reafirmado, não apenas como um dever moral, mas também como uma exigência legal. Tal afirmação representa uma visão do jornal sobre o fortalecimento do aparato jurídico-administrativo do Estado de Minas Gerais, que, através de normas coercitivas, buscava assegurar a universalização da instrução primária, ainda que, na prática, esbarrasse em limitações estruturais e culturais, como a resistência de parte das famílias, mencionada na própria matéria.

Outro ponto de convergência entre o artigo e às leis é a noção de que a educação deveria seguir rigidamente as normas estatais, como explicitado no trecho *“porque o regulamento de ensino assim o obriga”* e na referência ao regulamento de ensino vigente, severo e radical nas suas leis. O texto evidencia a apropriação local dos princípios que nortearam a Reforma Francisco Campos, implementada em 1927 em Minas Gerais, cuja marca principal foi a normatização e centralização dos sistemas de ensino, atrelados à formação moral e cívica da infância, esta reforma foi importante, e tinha uma grande tendência conservadora.

A lei de 1927, refletia uma visão educacional que se alinhou a princípios conservadores e normativos típicos do período, e foram arraigados em cidades como Patos de Minas. A argumentação do autor do artigo baseia-se na ideia de que a educação deve formar indivíduos obedientes às normas sociais, respeitadores das autoridades, patriotas e preparados para a vida prática. Esse discurso ecoa diretamente os princípios que fundamentaram a reforma educacional conservadora de Francisco Campos, pois ela enfatizava a educação como um instrumento de moralização e disciplinamento social, voltado à formação de cidadãos que respeitassem a hierarquia, os deveres cívicos e a pátria, como nos diz Carvalho e Carvalho:

Ora, Campos via a educação escolar como instrumento de conservação num momento em que a ideia de modernização supunha quebra do conservadorismo, abertura ao novo, ruptura com a tradição “reinante”; logo, não cabia falar na formação de cidadãos transformadores (modernizadores) porque a sociedade deveria permanecer como estava. Mais que isso, na escola segundo Campos, a liberdade, espontaneidade e naturalidade da criança é cerceada pela assimilação adaptativa e disciplinada de um estado de coisas. (CARVALHO; CARVALHO, 2013, p.13)

Na matéria há contudo uma ênfase excessiva na obediência e na visão utilitária da educação, sem maior valorização do pensamento crítico ou do desenvolvimento da criatividade. A educação, segundo o artigo jornalístico, era essencialmente um meio para formar cidadãos submissos às regras, e não um espaço de questionamento ou inovação, e enquanto isso havia uma massa gigante de analfabetos principalmente no campo, como demonstraram os dados do IBGE de 1950. Com isso, o papel da escola aparece restrito à preparação para o trabalho e para a defesa da pátria, uma perspectiva que, embora comum à época, limitava a amplitude do ensino ao reduzir sua função a um mecanismo de controle social.

O cenário educacional em Patos de Minas em 1929, por mais que tenha sido de crescimento e expansão, refletia uma sociedade voltada para a conformidade e a adaptação às regras do sistema, e a matéria demonstra que a visão de educação persistente era a que estava regida no sentido de se formar cidadãos aptos ao respeito das normas conservadoras da sociedade.

Assim, a cidade, nesse limiar da década de 1930, viveu um período em que a educação, ainda estava muito ligada aos princípios normativos de uma sociedade que buscava manter a ordem e a hierarquia, em um momento de transição política e social no Brasil. O que pode ser observado, portanto, é um ambiente que estava se moldando ao novo cenário educacional do Estado de Minas Gerais, com a criação de instituições que não apenas atendiam à demanda educacional, mas também buscavam garantir a continuidade de uma estrutura social tradicional.

Seguindo nossa análise, ao tomarmos uma matéria de 1929 do jornal *Gazeta de Patos* com o título “*O Grupo Escolar e as Datas Nacionais*” deparamos com o destaque de comemorações cívicas no *Grupo Escolar de Patos de Minas*. A matéria ocupa 60 centímetros da página 2 do jornal, ela não é assinada. Notadamente essa é a edição de nº 1 do semanário, o que expressa desde o início uma preocupação quanto ao tema educação. Mais uma vez analisamos que é uma matéria cercada de publicidade, o que mistura propaganda comercial e

opinião pública. Cabe ressaltar, que essa matéria é opinativa, mas também têm características de convite, pois exorta a população a participar dos eventos cívicos, promovidos pelo grupo. Observemos um fragmento da matéria:

É do espírito do nosso Regulamento: as casas de ensino, Grupos e escolas não devem deixar passar uma data nacional sem que se faça uma comemoração cívica em que se dê a razão de ser dos diversos feriados, modesta embora, afim de se incutir e despertar nos meninos o verdadeiro amor á Patria. A essas festinhas que se fazem, comparecem os alunos, por obrigação, conforme estatue o mesmo Regulamento.

E porque o não fazem também as Exmas. Famílias, o povo em geral? Isto servirá, quando não haja outro fim, para se estabelecer uma continuidade entre a escola e o lar, entre professores e as Exmas. Famílias.

Não adaptamos o habito de convites especiaes, justamente para não incorremos em falta, omitindo algum nome. Ficam, pois, desde agora, pelas columnas deste jornal, convidadas todas as pessoas que se interessam pela instrução, independentemente de outro convite, a abrilhantarem com suas presenças as festinhas do Grupo nos dias feriados, deleitando-se com a petizada nos seus recitativos interessantes, certas de que nos darão imenso prazer.(GAZETA DE PATOS, 1929, nº1, p.2)

Esse fragmento nos permite observar como o discurso jornalístico, ao comentar as festividades cívicas do Grupo Escolar de Patos, atuou como um dispositivo produtor e difusor de representações sociais sobre a escola e a infância na Patos de Minas dos anos 1920. Ao afirmar que é “*do espírito do Regulamento*” que as escolas não deixem passar datas nacionais sem comemoração, o articulista reforça uma prática escolar institucionalizada que ultrapassa o plano pedagógico: trata-se de uma pedagogia da nação, um ritual público destinado a formar sentimentos, disciplinar corpos e modelar sensibilidades patrióticas na infância e juventude.

No interior dessa narrativa, o autor apresentou a comemoração cívica como prática cultural reiterada, ritualística, que traduzia e atualizava representações mais amplas do projeto republicano, no qual a escola ocupava lugar central mesmo em pequenas comunidades. A infância e a juventude, nesse quadro, aparece no texto como um público a ser moldado mas também como espetáculo, pois as “festinhas” foram apresentadas como momentos de exibição pública das virtudes cívicas e morais que o autor pretendia representar. A opinião central da matéria esta alicerçada em que a escola não educa apenas por conteúdos, mas por gestos, rituais, encenações e celebrações, e não só os alunos, mas também as famílias que assistem e replicam o discurso cívico moralizador.

A ampliação do convite às “Exmas. Famílias” é outro elemento significativo. Ao lamentar que somente os alunos comparecem “por obrigação”, o articulista revelou uma estratégia discursiva clara: transferir à família parte da responsabilidade pela formação cívica,

estendendo a função pedagógica da escola para além de seus muros. Aqui, nota-se aquilo que na análise da história cultural é entendido por “lutas de classificação”: o jornal tenta construir uma representação ideal de família republicana presente, engajada, moralmente disciplinada e, simultaneamente, prescreve comportamentos esperados para o bom cidadão. Assim, a participação familiar não foi apenas desejada, mas enunciada como parte de uma “*continuidade entre a escola e o lar*”, reforçando a ideia de que a educação cívica não é apenas escolar, mas comunitária.

Analizamos assim uma representação cultural que se transforma em prática, ao estabelecer uma dimensão performática e espetacular das festividades cívicas em contexto local, as crianças tornam-se atores que encenam, para a sociedade adulta, a imagem do cidadão ideal, o que se apresenta evidente na primeira matéria analisada. Nesse sentido, as comemorações das datas nacionais ganham uma ressignificação cultural. Elas não são apenas um protocolo administrativo ou um exercício escolar; tornam-se práticas moralizadoras e integradoras, que buscavam construir pertencimento, identidade e coesão social. O jornal, ao publicar o convite ou sugestão às famílias em suas colunas, ampliou o alcance dessa prática e reafirmou seu papel como agente educativo, intermediando as relações entre escola e comunidade.

Por fim, o fragmento evidenciou um traço característico da educação em Patos de Minas, a forte dimensão cívico moral, na qual a escola aparece como espaço privilegiado de constituição do ideal de cidadão republicano. O texto jornalístico se insere nesse processo como um instrumento produtor de sentidos, traduzindo e reforçando representações sociais que circularam amplamente na época e que buscavam legitimar o lugar da escola como instituição formadora não apenas de alunos, mas de cidadãos moralmente disciplinados e afetivamente ligados à pátria. Nas palavras de Cândido, sobre a ditadura de Vargas:

As festas cívicas escolares deveriam contribuir para o novo regime, demonstrando o progresso do país, entendido como uma visão positiva do futuro e apresentando um novo modelo de cidadão republicano a ser incorporado por todos, contribuindo, dessa forma, para a constituição de um imaginário político, histórico e social consoante às novas propostas dos dirigentes. (Cândido, 2015, p. 233)

Observamos que em 1929 a matéria estava profundamente ligada às legislações que marcaram o período. O Código de Instrução Pública de Minas Gerais de 1927 já regulamentava a educação no Brasil com ênfase na formação moral e cívica, conforme o Art.

47, que afirmava que as escolas deveriam “preparar os alunos para a cidadania”. (BRASIL, 1927). A Constituição de 1934 reforçou essa orientação ao garantir a educação primária gratuita e obrigatória no Art. 145, destacando a necessidade de uma educação voltada para o fortalecimento do regime republicano e a promoção do sentimento de pertencimento nacional (BRASIL, 1934).

Ainda no conjunto das matérias opinativas, em 20 de novembro de 1937, foi publicada na *Folha de Patos*, uma matéria intitulada *As Datas Nacionais*, assinada por Zama Maciel então Inspetor Federal de Ensino e redator do periódico. O texto apareceu na primeira página, com o título em letras maiúsculas, negritadas e sublinhadas, o cargo Inspetor de Ensino aparece entre parênteses logo abaixo do nome do autor.

Nessa mesma página encontravam-se algumas propagandas, o conteúdo foi ladeado por um conto e, logo abaixo, surgia um anúncio sobre formaturas em nível universitário na Universidade de Minas Gerais (UMG). Entre os nomes destacados nesta parte estavam Jaques Correa da Costa²⁷, e Antonio Ferreira Maciel²⁸. A presença desses dois jovens ilustra o valor simbólico atribuído às formaturas pelas elites, que enviavam seus filhos para estudar em outras cidades, geralmente nas capitais.

A matéria escrita por Zama Maciel é um exemplo claro de polifonia. Por ocupar simultaneamente os cargos de inspetor de ensino e de redator do jornal, o autor mobilizou duas vozes distintas na mesma matéria opinativa, que toma, de certa forma, um caráter oficial: a voz jornalística, voltada à opinião pública, e a voz administrativa, investida de autoridade normativa sobre a educação. À luz de Chartier, compreendemos que os discursos são produzidos a partir de posições sociais e, portanto, constroem representações que orientam práticas. Nesse sentido, Zama Maciel utilizou tanto o espaço da imprensa quanto o capital simbólico de seu cargo estatal para legitimar um ideal cívico e prescrever um modelo de comportamento escolar. O texto não apenas descreve o civismo como valor, mas o impõe como prática desejável, transformando o jornal em instrumento de difusão e consolidação de normas culturais na vida escolar, criticando modelos existentes.

²⁷ Jacques Corrêa da Costa nasceu em Patos de Minas em 11 de abril de 1914, formou-se em Direito em Belo Horizonte em 1937 e, posteriormente, atuou como tabelião no 1º Ofício e no cartório de registro de imóveis de sua cidade natal. Filiado à UDN, foi nomeado prefeito de Patos de Minas em 1947 pelo governador Milton Campos e, posteriormente, eleito para o cargo, exercendo mandato até 1955. Faleceu em 1988. (RESENDE, 2005,p.45)

²⁸ Antônio Ferreira Maciel, nasceu no município de Patos de Minas em 28 de outubro de 1915. Lecionou Latim, Português e Inglês no antigo Ginásio Benedito Valadares e na Escola Normal em Patos de Minas. Faleceu em 7 de outubro de 1990 próximo aos 75 anos de idade. (RESENDE, 2005,p.44)

Tomamos algumas partes da matéria para analisá-la, o texto tem um tom crítico e ácido, fazendo claras denúncias sobre o que se passava nos educandários da região, pela noção do autor, carregados de catecismo e não de civismo.

É lamentavel o descuido dos estabelecimentos de ensino do interior quanto a educação cívica dos seus alunos.

As festas nacionais passam despercebidas ou comemoradas com algum teatrinho, onde se representam peças de nulo valor educativo.

Nesta fase de intensa vibração nacional, torna-se mister a nacionalização do ensino secundário e normal, entregue em maioria, a congregações religiosas estrangeiras, cujo fim é mais propagar o credo a que servem, que dar ao jovem verdadeira educação, consentanea com a época e com os interesses da Patria.

As disposições dos programas, tornam-se letras mortas, ante a resistencia maneirosa a elas opostas. (ZAMA MACIEL, FOLHA DE PATOS, 1937, nº62, p.3)

Ele inicia sua crítica destacando o que considera um “*descuido dos estabelecimentos de ensino do interior quanto à educação cívica dos seus alunos*”. A denúncia revela uma insatisfação com o modo como as datas nacionais vinham sendo tratadas pelas escolas, que, segundo Zama Maciel, promoviam apenas “*algum teatrinho, onde se representam peças de nulo valor educativo*”. A crítica embute o pensamento laico do autor no sentido de que a comemoração das festividades nacionais deveria ultrapassar o caráter simbólico e superficial, incorporando-se de forma mais profunda ao conteúdo pedagógico e à formação moral dos estudantes.

Essa exigência de maior engajamento patriótico por parte das escolas se articulava com o projeto político-ideológico do Estado Novo, que procurava integrar a população a uma identidade nacional coesa e centralizada. Percebe-se aqui um tensionamento entre o nacionalismo estatal e a influência cultural e pedagógica de instituições religiosas, especialmente católicas. Zama Maciel era presbiteriano e maçom e um crítico contumaz ao modelo conservador de educação católica em Patos de Minas, o que se percebe é que a imprensa se mostra assim como palco de opiniões diversas a fim de promover práticas educacionais. A matéria segue:

A instrução primaria dada nos grupos escolares é aquela que recebe a grande maioria. Ali deve, portanto, ser mais viva a doutrinação cívica. O que se observa é justamente o contrario Catecismo e teatrinhos.

Porque? Deficiência do ensino normal e secundário dos dirigentes.

As professoras, principais responsaveis, trazem o mal de origem, pois que, em geral, receberam instrução em colégios religiosos, onde esta parte dos

programas é descuidada, e substituída por intensa doutrinação religiosa. (ZAMA MACIEL, FOLHA DE PATOS, 1937, nº62, p.3)

Segundo a crítica de Zama, em vez de uma educação cívica estruturada na formação do bom cidadão, o que se observa é justamente o contrário, catecismos e teatrinhos, formando assim o bom cristão. Essa observação denuncia a permanência de práticas religiosas mesmo nas instituições públicas, em detrimento de uma pedagogia voltada à formação do cidadão laico. Na visão do articulista há uma clara oposição entre catequese e o civismo, que se tornava frequente no discurso do Inspetor Federal Zama Maciel. Para explicar tal pensamento, o autor responsabiliza diretamente as professoras, identificadas como “*principais responsáveis*”, uma vez que teriam recebido formação em colégios religiosos, onde o civismo é descuidado. O argumento carrega traços de gênero e reforça a crítica à influência religiosa, agora também no campo da formação docente, conectando a atuação profissional das mulheres à sua vivência educacional anterior, sendo essas propagadoras dos valores adquiridos nas escolas normais confessionais.

Por fim, o autor concluiu com uma proposição alinhada ao ideário do Estado Novo, segundo a qual o Brasil do futuro dependeria da formação de um bom brasileiro no presente, que pudesse transmitir às novas gerações:

O Estado Novo, a nosso ver, deve dar outra orientação ao complexo problema do ensino, equacionando o de modo a encontrar-lhe solução nova. O Brasil de amanhã deve ser formado pelo bom brasileiro de hoje, que dirá aos seus filhos: Aqui está a sua Pátria na plenitude de sua vida passada, na estabilidade do presente e na confiança do futuro. (ZAMA MACIEL, FOLHA DE PATOS, 1937, nº62, p.3).

Trata-se de uma síntese do projeto de nacionalização da cultura, da memória e da educação promovido pelo regime varguista, que acabara de dar o golpe de 1937 e inaugurar o chamado Estado Novo que buscou moldar os sujeitos em torno de uma identidade nacional homogênea e patriótica.

Nesse sentido, a análise dessa matéria nos permite perceber como o discurso jornalístico de Patos de Minas se integrou às diretrizes do projeto autoritário e centralizador do Estado Novo recém-formado. Ao mesmo tempo, revela tensões existentes entre o aparato estatal e as instituições religiosas no campo educacional, atribuindo o papel da escola, do professor e dos conteúdos transmitidos no processo de formação cívica.

A visão de Zama Maciel, refletia a preocupação com as falhas na educação cívica nas escolas, e mostrava uma crítica pessoal às educadoras influenciadas diretamente pelo catolicismo. Esse período da década de 1930, é de intenso debate educacional, pois desde o início houve a influência da igreja diretamente no governo de Getúlio Vargas e este buscava alinhar a educação com os interesses do Estado Novo e também com princípios laicos assegurados constitucionalmente, muitos desses princípios constitucionais são colocados pelos escolanovistas. Se observarmos o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, vemos a ideia do ensino laico, obrigatório e gratuito, que de uma forma ou outra influenciou as leis da época:

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas.” (BRASIL, 1932, p. 6).

Embora as reformas educacionais do período Vargas, especialmente com o advento da Constituição de 1937, tenham buscado uma secularização e uma nacionalização educacional, o ensino religioso continuou presente sobretudo nas escolas primárias e secundárias não havendo assim uma escola totalmente laica. A Constituição de 1934, que precedeu a de 1937, preservou após pressão dos católicos o espaço do ensino religioso no contexto educacional brasileiro, como é analisado por Saviani:

O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo. O impacto gerado pela solicitação de Vargas, que tumultuou a Conferência Nacional de Educação, seguido da resposta objetiva no texto do Manifesto divulgado em março de 1932, provocou o rompimento entre o grupo dos renovadores e o grupo católico, que decidiu retirar-se da ABE e fundar, em 1933, sua própria associação, materializada na Confederação Católica Brasileira de Educação, que realizou em 1934 o I Congresso Nacional Católico de Educação (Saviani, 2017, p. 49)

Assim, a crítica na Folha de Patos se insere em um movimento mais amplo de transformação educacional promovido pelo governo de Getúlio Vargas que alinhava

princípios escolanovistas e constitucionais da época, com o tradicionalismo religioso ainda presente nas escolas. As reformas educacionais e o projeto de nacionalização do ensino visavam criar uma educação que servisse ao fortalecimento do Estado e à construção de uma identidade nacional coesa, afastando influências externas, e moldando cidadãos comprometidos com os valores do regime. No entanto o que se observa é que a Igreja Católica nunca perdeu o seu papel educacional. Em Patos de Minas veremos que a imprensa foi palco de intensos debates dos católicos contra a educação nova, e como analisaremos o lado pedagógico defendido de uma educação liberal, laica e cívica, foi alvo de intensas críticas religiosas, pois fomentar o ensino laico não é algo fácil onde há fundamentalismo religioso, e em Patos de Minas esse era o católico.

Faremos agora a análise de uma matéria publicada no jornal *Folha de Patos* em 1943, trata-se de uma entrevista realizada por Renato Maciel, nela Cristiano Fonseca²⁹ e Aguinaldo Magalhães³⁰, criticam a educação dogmática religiosa, e discorrem sobre um projeto de construção de uma escola laica em Patos de Minas, está publicada na terceira página, ocupa um grande espaço, tem 30 centímetros de altura por 12 de comprimento, é uma das únicas do tipo que encontramos, pois une entrevista, empreendimento e opinião sobre a educação.

A entrevista é intitulada *Um Grande Empreendimento*, e foi publicada em 29 de agosto de 1943. Mais do que anunciar a proposta de criação de um grande estabelecimento de ensino laico, o texto se coloca como uma intervenção discursiva que revela tensões profundas entre tradição religiosa e projetos de modernização pedagógica. É preciso compreender essa matéria não apenas pelo que ela nos diz, mas pelo conjunto de representações que ela mobiliza para imaginar uma nova forma de organização escolar e, conseqüentemente, uma nova forma de vida social.

Nesse sentido, a entrevista carrega uma dimensão programática e performativa. Ao apresentar a proposta de criação de um educandário laico amplo, integrado e articulado desde o jardim da infância até escolas profissionais, a matéria não apenas descrevia uma instituição idealizada, mas propunha uma visão de futuro para Patos de Minas. Vale notar que, embora o projeto nunca tenha se concretizado, sua presença no jornal revelou a existência de forças locais empenhadas em implantar um modelo educacional mais alinhado às tendências de renovação e modernização pedagógica.

²⁹ Cristiano Fonseca, era maçom, presbiteriano, professor e farmacêutico, era ligado a família Maciel.

³⁰ Aguinaldo Magalhães, foi professor e diretor da Escola Normal, presbiteriano, ligado a família Maciel, maçom, foi o responsável direto por trazer a 3ª Loja Maçônica – Amor e Justiça – para a cidade em 1937.

O educandário proposto, englobaria desde o jardim da infância até escolas profissionais, respeitaria as religiões e dialogaria diretamente com os ideais da Escola Nova ao valorizar uma educação ampla, integrada, capaz de formar sujeitos para diferentes dimensões da vida social e produtiva e principalmente sem a doutrinação obrigatória do ensino da religião. Vejamos uma parte da matéria:

Temos notado que todo estabelecimento de ensino que adota uma religião oficial, cria para os alunos que não rezam pela mesma cartilha uma situação de constrangimento, porque, sabemos bem, nem todos tem a compreensão exata dos deveres indeclináveis de respeito pelas opiniões e crenças alheias. Verifica-se também que os homens livres não tem onde educar seus filhos e ministrar-lhes uma orientação fundada nos princípios que esposam. E é precisamente para atender a esta necessidade que ideamos a fundação, acrescentou o Prof. Aguinaldo. E continuando: Pretendemos criar um ambiente educativo de respeito a todos os credos religiosos, de liberdade, de confiança e tolerância, onde haja lugar para todos, sem constrangimentos e sem quaisquer influências ou insinuações. Assim, por exemplo, se os alunos católicos desejarem receber instrução religiosa, esta lhes será administrada. Mas ninguém será obrigado à frequência. Nossa fundação pretende dar corpo ao espírito contido no dispositivo constitucional de 1937 que diz: “O ensino religioso poderá (note-se bem: poderá) ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”. Se desse integral e inteligente cumprimento a este sábio preceito, a liberdade de crença estaria assegurada nos estabelecimentos de ensino, sem os irritantes exclusivismos e constrangimentos e dentro de uma salutar atmosfera de respeito e tolerância. (FOLHA DE PATOS, 1943, s/n, p.3)

Ao criticar os constrangimentos criados por instituições que adotavam uma religião oficial, os idealizadores desse projeto laico denunciavam a exclusão e a falta de espaço para alunos oriundos de famílias de diferentes orientações religiosas ou filosóficas. Essa crítica revela uma postura liberal, afinada com os ideais laicos modernistas defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros. Observamos que essa escola proposta não seria pública, voltada a todos, como empreendimento particular a mesma seria paga e como veremos um pouco mais à frente o valor das escolas particulares de forma geral, não era acessível a parcela mais pobre e numerosa da população.

Ao enfatizar que o ensino religioso “poderia” ser ofertado, mas sem caráter obrigatório, o discurso reforça o princípio da tolerância e da liberdade individual, valores que dialogam com a ideia de cidadania e convivência democrática. No entanto, essa visão não rompe completamente com o tradicionalismo, pois, o ensino religioso continuava previsto,

ainda que de modo facultativo, como forma de atender às demandas de famílias católicas e de evitar tensões com a cultura religiosa predominante em Patos de Minas.

Portanto, essa entrevista evidencia o processo de adaptação e negociação que marcava a educação de Patos de Minas na época. Ela mostra, que mesmo em meio ao nacionalismo autoritário do Estado Novo, emergiam discursos que buscavam conciliar tradição e modernidade, reconhecendo a importância do respeito à diversidade sem abrir mão de valores cívicos e de certa centralidade da religião no espaço escolar. Trata-se, assim, de um exemplo claro de uma proposta que pretendia ser moderna e inclusiva, mas que ainda guardava elementos do passado, revelando as tensões no campo educacional. A matéria continua:

Crença não se impõe nem se destrói: respeita-se, acrescentou o farmacêutico Cristiano Fonseca. Os bons intérpretes das doutrinas de paz, amor e perdão, pregadas por Cristo, não estimulam a restauração dos regimes da pole e da fogueira: ensinam a harmonia e procuram estabelecer a concórdia. Mas, os falsificadores dos imperecíveis ensinamentos do imortal doutrinador praticam o ódio, aconselham a perseguição, querem as lutas e só dão exemplos de intolerância.

Quanto a nós, disse o prof. Aguinaldo, não estamos nascendo com o desejo de combater outras instituições, mas com o fim de ensinar a respeitá-las. Cada qual adota e mantém a orientação que julga acertada. Para a vitória de uma ideia não é preciso que se entre em choque e lutas estereis. Si ela é boa, será naturalmente aceita e vencerá. Ao contrário, si é má, também naturalmente vai sendo posta de lado e fracassa.

Nosso estabelecimento não será apenas um ginásio. O curso ginásial, que também pretendemos manter, será uma parte do plano já em execução. O estabelecimento, na sua totalidade, será constituído de várias unidades conjugadas: jardim da infância, curso ginásial, escola de comércio, escola agrícola, curso colegial e, mais tarde, um grupo de escolas profissionais. Não será possível fazer-se tudo de uma vez, mas esse é o desdobramento futuro do plano já estudado. (FOLHA DE PATOS, 1943, s/n, p.3)

A fala de Cristiano Fonseca revela uma concepção de educação baseada no respeito à diversidade religiosa e na rejeição do dogmatismo. A crítica à intolerância e ao uso da religião como instrumento de perseguição evidencia uma postura de ruptura com práticas excludentes, muito comuns no ensino tradicional, quando a moral cristã servia como base da disciplina escolar. Na ideia dele, ao contrário, valoriza-se a harmonia e a convivência pacífica entre credos, em sintonia com os ideais modernos de tolerância defendidos por setores mais progressistas da época, como é o caso da maçonaria recém-chegada na cidade e ainda combatida por setores mais conservadores católicos.

Em seguida, a exposição de Aguinaldo Magalhães reforça essa ideia ao afirmar que o objetivo da instituição não era o combate a outras escolas ou orientações pedagógicas, mas

sim a construção de uma educação plural e respeitosa. Esse posicionamento se alinha à perspectiva escolanovista, na medida em que ela valorizava a autonomia, a liberdade de pensamento e a formação integral do aluno, rompendo com a visão única e autoritária do ensino tradicional.

Por fim, o projeto do empreendimento apresentado revela uma visão ambiciosa e integradora da educação, que ia muito além do curso ginasial. A proposta de articular desde o jardim de infância até escolas profissionais e agrícolas mostrava uma preocupação com a formação ampla, desde a infância até a inserção no mundo do trabalho, mas esse ensino profissionalizante não era para todos, pois os altos valores das mensalidades de escolas técnicas, mantinham os pobres longe das mesmas. Não obstante a isso, essa concepção dialoga tanto com os princípios da Escola Nova, que buscava adaptar o ensino às necessidades da sociedade moderna, quanto com os valores nacionais desenvolvimentistas do Estado Novo, que exigiam mão de obra qualificada e cidadãos disciplinados. Tal educandário, se tivesse saído do papel seria um grande avanço para uma cidade do interior como Patos de Minas, mas isso não se concretizou, pelo contrário, apenas educandários católicos foram criados dentre os próximos anos.

Nossa próxima matéria trata-se de uma série, publicada no início de 1945. Antes de analisarmos, é necessário situá-las dentro de um quadro mais amplo de disputas simbólicas, práticas editoriais e representações sociais. Cada texto é um gesto no interior de um espaço de lutas por autoridade, representatividade, legitimidade e poder. Vale destacar que a imprensa patense da década de 1940 era marcada por uma convivência complexa entre textos laudatórios das elites locais, professores, advogados, médicos, inspetores de ensino, maçons, presbiterianos, católicos e jornalistas. No meio de tudo isso temos notas comerciais, anúncios oficiais e artigos de opinião fortemente ideológicos. Como nos lembra Barros (2023), a ordem dos discursos nunca é aleatória, pois a forma como um texto é materialmente disposto num suporte, sua posição na página, seu destaque, sua fragmentação em partes sucessivas, produz efeitos de sentido e orienta a leitura possível.

Seguindo essa perspectiva, a escolha da *Folha de Patos* de publicar o artigo como matéria de capa, dividida em diferentes edições consecutivas, precisa ser compreendida como uma prática editorial que conferiu centralidade à posição católica e a projeta sobre o conjunto da comunidade leitora. Barros (2023) chama atenção justamente para esse tipo de gesto editorial, que não apenas informa, mas intervém no espaço público local: ao dividir um artigo

em partes sucessivas, o jornal criou expectativa, fideliza o leitor e amplia o alcance de um discurso.

Do ponto de vista das representações, o discurso católico não se limitou a comentar a educação: ele atuou como prescrição, como tentativa de moldar mentalidades e orientar comportamentos sociais diante dos avanços da Escola Nova, da laicidade republicana e dos processos de modernização educacional que estavam em disputa no país e que chegavam paulatinamente à cidade. Assim, a série assinada pelo padre José Batista deve ser lida como parte de uma estratégia de produção de sentido que buscou reafirmar a hegemonia moral e pedagógica da Igreja Católica em Patos de Minas, hegemonia esta que vinha sendo desafiada tanto no plano local, sobretudo após a criação da Escola Normal, espaço de formação inspirado em pedagogias mais avançadas e que em 1945 tinha como um dos principais professores um presbiteriano, laico e maçom, Aguinaldo Magalhães.

Educação e Preconceito é uma matéria assinada por José Batista, não sabemos se esse padre atuava em Patos de Minas, pois não há registros do mesmo nos arquivos da diocese, acreditamos que a matéria possa se tratar de algo mais amplo a nível nacional, como um artigo repassado entre católicos, pois ela não cita a cidade propriamente dita, mas sim algo maior, como se criticasse diretamente os problemas educacionais do país como um todo. Como já evidenciamos a matéria é de primeira página em suas três partes o que demonstra uma clara preocupação em centralizar o discurso educacional católico ao público leitor.

Ela aparece entre homenagens de aniversário de membros importantes da família Maciel, Adélio Dias Maciel³¹ e Atualpa Dias Maciel³². As páginas ainda contem propagandas e anúncios oficiais de pessoas que estavam tomando posse em cargos públicos e também anúncios de vendas, como de uma bicicleta e de um material para alambique. No tocante a periodicidade da matéria, foram publicadas em três edições do jornal nos números 191, 192 e 193.

A primeira parte da série foi publicada em 14 de janeiro de 1945, e começa salientando que: *“Em nenhum sector da cultura moderna, e muito particularmente da nossa cultura brasileira, é tão necessária uma palavra de ordem e de bom senso como no sector*

³¹ Adélio Dias Maciel nasceu em Patos de Minas, em 18 de janeiro de 1889. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1913. Durante 40 anos, exerceu a profissão na cidade de nascimento. Foi vereador, presidente da Câmara e, de 1918 a 1926, agente executivo (prefeito). Além disso foi Deputado estadual, federal e inspetor de ensino. Era sobrinho de Olegário Dias Maciel. Faleceu em Patos de Minas em 1953 aos 64 anos de idade. (RESENDE, 2005, p.32)

³² Atualpa Dias Maciel, nasceu em Patos de Minas, a 25 de janeiro de 1868. Era filho do Major Jeronimo Dias Maciel, logo era primo primeiro de Olegário Dias Maciel. No período das interventorias em Minas Gerais, foi Prefeito, em comissão, de 4 de novembro de 1946 a 2 de janeiro de 1947. Faleceu em Patos de Minas, a 10 de março de 1958, aos 60 anos de idade. (RESENDE, 2005, p.44)

pedagógico.” (JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº191, p.1) A crítica aqui é dirigida ao campo educacional, e é considerado pelo autor como carente de racionalidade e equilíbrio. Contudo, a generalização implícita nesse trecho demonstra uma visão conservadora, que parece contrapor os avanços e debates genuínos em torno da renovação pedagógica ocorridos ao longo da década de 1930. A desqualificação ampla do setor pedagógico desconsidera o esforço de educadores comprometidos com a melhoria do ensino público e revela, uma oposição ideológica ao movimento renovador. O padre continua:

Tem sucedido com ele o que se dá em certas portas de igreja ou esquinas concorridas, com esses mendigos profissionais, que se julgam donos de seu posto e não admitem que outros esmolem no canto que reservem para si. É o que fazem entre nós alguns pedagogos profissionais, propugnadores da “escola nova”. Informados de ciência própria alguma e muitos por ouvir dizer, de que há um movimento de renovação dos métodos, ou da filosofia pedagógica, um pouco por toda parte, assenhorearam-se do terreno e não admitem que ali nenhum profano ponha os pés. A “escola ativa” é deles. A “pedagogia nova” é deles. E só eles têm o direito de falar em “escola nova”. Tendo-se apoderado, cuidadosamente, dos grandes postos da administração do ensino federal municipal ou estadual, pontificam do alto de suas posições estratégicas e mantêm à distância os não iniciados nos mistérios do novo credo, punindo severamente os que ousam transpor os limites do recinto sagrado. [...]” (JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº 191, p.1)

A crítica do autor quanto a Escola Nova é clara, ele expressa uma visão desconfiada em relação aos defensores, retratando-os como exclusivistas que se apropriam do discurso pedagógico e não permitem a participação de outros. Essa metáfora, ao comparar educadores renovadores a “*mendigos profissionais*” que se julgam donos do espaço, demonstra uma certa preocupação em relação a mudança e uma resistência natural às transformações que desafiavam o conhecimento e as práticas tradicionais.

Além da crítica à suposta arrogância dos escolanovistas, o texto desqualificava o movimento pedagógico por alegar falta de fundamentação científica, o que em nosso entendimento revela uma dificuldade em aceitar abordagens que rompiam com o modelo tradicional, centrado na disciplina rígida católica. Essa resistência refletia não apenas um conservadorismo intelectual, mas também uma desconfiança em relação à redefinição dos papéis educacionais e sociais do período aqui estudado.

A acusação de que esses pedagogos estariam apoderados das posições estratégicas no ensino e que puniriam severamente os dissidentes, evidencia as tensões políticas e ideológicas presentes no campo educacional da época. Ainda que o controle institucional possa ser uma

realidade, o discurso utilizado tende a polarizar o tema da educação, criando antagonismos que dificultam o diálogo e a construção coletiva de um projeto educacional mais inclusivo e democrático. A matéria se aprofunda:

Aludem alguns as deficiências flagrantes de disciplinas “tradicional”. Que significaria o termo “tradicional”?

Sempre entendemos nós por esse termo aquele sistema educativo que o mundo teve de seguir após os excessos dos enciclopedistas da revolução francesa, disciplina sem religião, toda impregnada de força, regime que, entre nós, a república laicista consagrou e as escolas do país receberam coagidas.

E foi esta criação de ateus sanguinários e guilhotinistas que pretendendo criar na escola a mentalidade puramente intelectualista, esqueceu maldosamente e ombrou a toda força formar o indivíduo desprovido de toda religião, como se esta devesse ser ministrada unicamente no lar. Não havendo mais aí o império da consciência formada pela religião que pedia o cumprimento do dever, recorreu o sistema ateu a maneiras despóticas, resvalando para a brutalidade, recorrendo à palmatória etc. Felizmente contra esta história de superlotar o cérebro infantil e jovem de verdades científicas alheando-o da visão dos grandes deveres humanos que a religião representa, já se insurgiu boa parte dos nossos pedagogos, entre os quais se filiam quase todos os adeptos da escola nova. Logo, escola nova não é o que por aí cogitam: neutralidade irreligião, naturalismo pedagógico. (JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº 191, p.1)

A primeira parte da matéria publicada na *Folha de Patos* finaliza com uma postura conservadora e ideologicamente carregada em relação ao sistema educacional, especialmente no que concerne à pedagogia tradicional e à influência da educação laica. O autor associa o ensino aos excessos dos enciclopedistas da Revolução Francesa, vinculando-o a um modelo educacional desprovido de religião e baseado no uso da força, o que, segundo ele, teria gerado práticas autoritárias, inclusive a aplicação da palmatória. Embora reconheça a existência dessas práticas severas, a análise se mostra historicamente simplista, pois desconsiderava as complexidades do processo de secularização da educação e o contexto político e social que o permeou.

A crítica direcionada aos idealizadores do sistema laico, qualificados como “*ateus sanguinários e guilhotinistas*”, destacou um forte viés emocional e uma retórica que distorce os avanços trazidos pela separação entre Estado e Igreja, presentes nas constituições brasileiras de 1891, 1934 e 1937 e defendidas dentro das ideias do Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por entidades liberais positivistas como a maçonaria. Tal abordagem, negligencia os princípios fundamentais da educação pública em sociedades democráticas, como a neutralidade confessional, a garantia da liberdade religiosa e o respeito

à diversidade cultural. Ademais, a sugestão de que a formação religiosa deveria ser exclusivamente responsabilidade do lar reflete uma concepção restrita do papel social da escola, que transcende a mera transmissão de dogmas para abarcar a formação integral do sujeito cidadão.

Ainda que o autor critique de forma pertinente os métodos repressivos presentes na educação tradicional, sua responsabilização exclusiva da laicidade por essas práticas desconsidera o fato de que instituições educacionais confessionais também recorreram a métodos disciplinares rigorosos. O trecho apresenta, portanto, uma interpretação enviesada pelo olhar cristão católico e incompleto da história educacional brasileira até aquele período.

A negativa do autor em reconhecer a pluralidade intrínseca à Escola Nova e sua tentativa de circunscrevê-la a um grupo restrito, revela uma visão limitada frente as complexidades do campo pedagógico e uma tentativa de estabelecer no campo educacional os limites da educação estagnada na tradição. Em Patos de Minas, enquanto havia, de um lado, os defensores da modernização do ensino baseado na ciência, laicidade e civismo, como é o caso de Zama Maciel, Cristiano Fonseca e Aguinaldo Magalhães os setores católicos insistiam, de outro lado na manutenção dos valores religiosos como parte essencial da formação educacional e para tal fundaram na cidade seus próprios educandários.

A segunda parte da matéria “Educação e Preconceito” foi publicada em 21 de janeiro de 1945, em questão de seu tamanho não é diferente da primeira parte, coluna de 15 centímetros de altura por 7 centímetros de largura. O entorno é ladeado à esquerda e à direita, por duas notas de aniversário, por um edital de venda de terras que foram a leilão no dia 6 de fevereiro de 1945, além de uma propaganda de uma escola primária de nome Nossa Senhora de Lourdes. A matéria do padre é com certeza a mais evidente da página, pois está bem no centro. Em seu conteúdo a crítica continua pesada contra a Educação Nova, vejamos:

[...] Reflitamos um pouco e veremos para logo não ser justo indigitar de desumano o método disciplinar seguido nos colégios, ginásios e escolas católicas, pelo fato único de ser ele mais sério circunspecto não livre ou meio pagão. As extravagâncias esporádicas e a imperícia contraproducentes de elementos isolados do professorado atribui-se à mentalidade individual, não revertendo a culpabilidade ao sistema educativo católico que verbera todo excesso, toda atitude condenável. Que cada escola faça publico alarde de seus métodos educativos que julga ótimos, não vemos mal nenhum nisso. De muito bom alvitre opinamos que enquanto é enaltecido um método novo, não se menosprezem os outros, mesmo que sejam considerados antiquados, que isto provoca rixas, irrita os seguidores da parte contrária e provoca

discussões desnecessárias. (JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº192, p.1)

O articulista nos mostra uma opinião ácida publicada no interior de uma cidade com milhares de iletrados, dessa feita a matéria é voltada a um público leitor específico, estes liam na imprensa o cotidiano do município e o que se deveria fazer para uma melhor educação religiosa de seus filhos. Essa educação só poderia ser feita por instituições religiosas católicas, ou por centros com influência deles. Continuando a matéria o padre destaca:

Atacar a escola tradicional católica é considerar alvos, inaptos, atrasados toda uma geração de sábios, toda uma companhia de santos, toda uma escada de heróis, sábios e beneméritos que, no correr dos séculos, a Igreja Católica formou e apresentou ao mundo! Não é isso uma injustiça? Não acham desrespeitoso anular todos esses proveitosos professores, tantos abnegados mestres-escolas, os grandes luzeiros de outrora, muito mais profundos, muito mais sábios, muito experimentados, muito mais religiosos do que esses críticos imprudentes e ingratos de última hora? E o mais curioso é que muitos desses censores de hoje devem à disciplina tradicional o que eles sabem, todas as luzes que ostentam. Seriam eles também uns “inconscientes” e mal formados? E contra os que ainda militam contra o ensino da religião nas escolas, de encontro aos que aconselham a neutralidade total, nada diremos.”(JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº192, p.1)

Escrita em tom retórico e carregado de apelos emocionais, a peça parte de um ponto de vista conservador, que associava a tradição religiosa a um ideal de excelência moral, intelectual e social. Ao fazer isso, evitou confrontar diretamente os desafios contemporâneos da educação, preferindo reforçar a autoridade do passado como argumento contra a renovação.

Um dos principais recursos retóricos utilizados nessa última parte do texto é o apelo à autoridade histórica: questionar a escola católica seria desrespeitar “*gerações de sábios, santos e beneméritos*” formados por ela. Essa lógica exime o modelo tradicional de qualquer crítica ou atualização, sob o risco de parecer ingrato ou desrespeitoso. No entanto, a história da educação mostra que nenhuma proposta pedagógica pode se manter intacta ao longo dos séculos sem se adaptar às transformações sociais, culturais e científicas. A reverência ao passado, embora legítima em parte, não pode justificar a cristalização de práticas que já não correspondem às necessidades formativas das juventudes.

A terceira parte de *Educação e Preconceito* é publicada em 28 de janeiro de 1945, no mesmo formato, matéria de capa, mas dessa vez menor, com apenas 16 centímetros de altura, com comprimento de 10 centímetros, cercada por publicidades comerciais como aniversários

e coisas do cotidiano. Na matéria o padre José Batista conclui sua crítica, finalizando quase em tom profético:

Apenas deixemos que o dia de “amanhã” faça sentir a eles mesmos, na própria pele, o quanto andam enganados. Depois eles nos dirão si é preferível adotar o regímen que o aluno faz e o que entende, quando e como entendem, satisfazendo na íntegra seus instintos rebeldes e dando asas à maldade congênita de que está possuída toda natureza adolescente, sem direção alguma, sem freio algum, sem a menor severidade, sem nada que a chame ao caminho do dever, no mais livre pandemônio, na mais completa liberdade, ou si vale a pena adotar o método educativo católico em que o aluno obedece conscientemente de modo racional; (JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº193, p.1)

Ao associar o método católico educativo à pedagogia tradicional, o autor ainda constrói uma oposição rígida entre a disciplina associada ao ensino religioso e a liberdade entendida de forma pejorativa presente nas pedagogias modernas. Segundo essa visão, a ausência de religiosidade nas escolas levaria a uma juventude rebelde, desorientada e moralmente corrompida. A prospecção catastrófica feita das propostas educacionais modernas é evidente: estas são apresentadas como promotoras do “pandemônio”, do “instinto” e da “maldade congênita”.

Por fim, a matéria insiste que apenas o futuro comprovará o erro de afastar a religião da educação, *“O amanhã nos dirá, embora tardiamente, a realidade última desses métodos extremamente dulcorosos, moderníssimos. Esperar um dia depois do outro, é melhor enquanto exalta o modelo católico como um caminho seguro e equilibrado.”*(JOSÉ BATISTA, FOLHA DE PATOS, 1945, nº193, p.1). Contudo, o discurso oculta um aspecto fundamental: a educação pública e democrática deve ser plural e laica, conforme os princípios constitucionais da época. Defender um único modelo religioso como solução universal para a educação, desconsiderava a diversidade cultural, religiosa e filosófica da sociedade brasileira defendida pelos reformadores escolanovistas.

Ampliando esse olhar, torna-se evidente que tais debates não se restringiam ao plano discursivo: eles moldavam políticas locais, influenciavam decisões administrativas e delineavam expectativas sobre a função social da escola. A imprensa atuava não apenas como mediadora, mas como agente ativa na formação da opinião pública, contribuindo para reforçar determinadas visões de mundo e silenciar outras. As tensões entre tradição e modernidade, entre o papel da religião e os ideais laicos do Estado Novo, entre o projeto civilizador urbano

e a realidade rural, atravessavam as páginas desses periódicos e revelam um cenário educacional em constante negociação.

3.2 A educação como fator de ajustamento social

A imprensa patense entre 1930 e 1945 dedicou atenção significativa às narrativas sobre menores abandonados, frequentemente retratados como transgressores da lei, depredadores do patrimônio público e privado, viciados e delinquentes que circulavam fora da escola e escapavam aos mecanismos formais de controle social. Esses textos não apenas evidenciam uma preocupação com a ordem urbana, mas revelam a intensa atuação do judiciário local, que utilizava periódicos como a *Folha de Patos* para publicar decisões, advertências e orientações, transformando o jornal em um espaço de difusão de normas, valores e expectativas sobre educação, família e conduta infantil e juvenil.

O periódico, mais do que registrar acontecimentos, operava como um agente pedagógico que buscava moldar sensibilidades e disciplinar práticas familiares, mobilizando repertórios culturais, morais, religiosos e cívicos para definir o que deveria ser entendido como infância e juventude legítima. Assim, neste subcapítulo, analisamos como o jornal construiu representações da criança considerada “fora do padrão”, problematizando os discursos que a classificavam como ameaça social e investigando o papel dos impressos na conformação de um imaginário urbano que distinguia entre os infantojuvenis protegidos e os marginalizados.

Em nosso entendimento, havia uma massa de pessoas invisíveis que não apareciam nos dados do IBGE nem constavam nas listas produzidas pelas secretarias das escolas públicas ou privadas. Eram os menores abandonados, os mendigos, os pedintes, os analfabetos, o cidadão sem instrução marcado por um retrocesso social que o antecedia e o acompanhava. Encontramos referências a essa gente nos periódicos, mas sempre posicionada em lugar subalterno, descrita a partir de estigmas que reforçavam sua marginalidade. A forma como eram retratados enviava uma mensagem clara à população leitora: havia a necessidade de transformá-los por meio de uma reeducação e de uma instrução moralizante, conduzidas sob a tutela firme e muitas vezes repressiva da justiça local. Essa operação discursiva não apenas classificava essas pessoas, mas também orientava expectativas sociais sobre quem precisava ser corrigido e como deveria ser integrado à ordem urbana desejada.

Nossa análise começa com uma matéria que evidencia a suposta preocupação da justiça local com a proteção da infância e adolescência, diante do cumprimento da lei em um período marcado por mudanças na legislação sobre menores. A matéria é de 1936 momento em que vigorava o Código de Menores de 1927³³ e a Constituição de 1934³⁴, ambos tratavam do assunto de infância e adolescência de forma muito dura. A matéria, está localizada na página 3 do jornal *Folha de Patos*, datada de 01 de julho de 1936, possui 15 centímetros de altura por 12 centímetros de comprimento e está dividida em duas colunas. Em suas laterais vemos anúncios oficiais tais como questões de regularização eleitoral e as sempre presentes propagandas comerciais, e é intitulada como *Justiça de Menores*. Analisemos a matéria em seu inteiro teor para que assim possamos compor uma leitura mais abrangente da mesma.

A Justiça de Menores desta Comarca, pelo seu órgão competente, que é o Sr. Dr. Juiz de Direito, conscia de suas responsabilidades, esta vivamente empenhada em fazer cumprir com especial carinho, os dispositivos do Código de Menores, dentro do território de sua jurisdição. Ela visa, paternal e patrioticamente, amparar a todos quantos em plena juventude, quiça, pelo descuido dos respectivos paes se desviam do bom caminho, e dolorosamente, a passos largos, ingressam na estrada calamitosa da perversão da delinquência. [...] delegar poderes aos Srs. Juizes de Paz, dos vários districtos que constituem este Município, para, em colaboração com S. Excia. zelarem pela vida e educação de todos os menores seus jurisdicionados, vigiando-os e encaminhando-os às escolas; retirando-os de logares impróprios á juventude e fazendo apresentar a seus paes, para a necessária correção.

Temos visto, alias, com profundo pezar, menores, trazendo á cintura, armas offensivas; outros ingerindo bebidas alcoolicas, em vendas, onde o pouco escrupulo de negociantes, alimenta e estimula o vicio perigoso desse veneno social, aos moços, cujos paes não se saiba porque, os deixam às soltas, e, não raras vezes, temos deparado jovens, em plena adolescência, ocupando o banco dos réus no Pretorio, respondendo por crimes que não perpetrariam, si

³³ O Decreto-Lei nº 1.793, de 12 de setembro de 1927, conhecido como Código de Menores, foi a primeira legislação republicana brasileira voltada à infância e juventude em situação de risco ou infração. Influenciado por modelos tutelares europeus, o código adotava uma abordagem repressiva e assistencialista, classificando menores como “abandonados” ou “delinquentes”, ambos sujeitos a reclusão em instituições. Criou-se também a figura do Juiz de Menores (Art. 146), responsável por determinar medidas de internação, tutela ou adoção. Embora tenha representado um avanço ao colocar a infância no centro das políticas públicas, manteve uma lógica disciplinar e de controle social. Apesar das reformas durante a Era Vargas, o código permaneceu em vigor até 1979, quando foi substituído por uma legislação mais orientada à proteção integral da criança e do adolescente, cabe ressaltar que eram considerados menores aqueles com menos de 18 anos. (BRASIL, 1927)

³⁴ A Constituição de 1934, trouxe avanços significativos na proteção da infância e da juventude, estabelecendo medidas voltadas à educação, ao trabalho e à assistência social. O artigo 121, §1º proibiu o trabalho infantil abaixo dos 14 anos, salvo em casos de aprendizagem regulamentada, marcando um passo importante na limitação da exploração do trabalho infantil. No campo da assistência, o artigo 138, alínea b determinou a criação de instituições especiais para a proteção e o amparo à maternidade, infância e adolescência, reforçando o compromisso do Estado com os mais vulneráveis. A educação também foi fortalecida com o artigo 144, que garantiu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, assegurando a todas as crianças o direito à escolarização. Além disso, o artigo 146 estabeleceu que o Estado deveria amparar a infância abandonada e legislar sobre a proteção dos menores, reconhecendo a necessidade de políticas públicas voltadas à assistência social. (BRASIL, 1934)

da parte de seus paes, houvesse um pouco de compreensão dos seus graves deveres sociaes, cuidado da educação de seus filhos, vigiando-os convenientemente. (FOLHA DE PATOS, 1936, nº1 p.3)

Do ponto de vista cultural, a reportagem mobilizava uma retórica paternalista que atribuía à Justiça o papel de guardião da moral comunitária. O juiz local foi descrito como agente que, “*paternal e patrioticamente*”, buscava “*amparar a todos quantos em plena juventude [...] se desviam do bom caminho*”. Essa enunciação misturava linguagem jurídica e moral religiosa, reforçando o imaginário de que o Estado possuía legitimidade para vigiar, corrigir e encaminhar menores considerados vulneráveis ou perigosos aos centros de reeducação. Tal construção discursiva dialogava com o regime tutelar previsto no Código de Menores de 1927, que autorizava intervenções preventivas sobre a infância pobre não visando protegê-la, mas discipliná-la.

O texto evidencia também a ampliação das práticas de vigilância, ao mencionar a delegação de poderes aos juízes de paz nos distritos do município para “*zelarem pela vida e educação de todos os menores seus jurisdicionados*”, retirando-os de “*lugares impróprios à juventude*” e fazendo-os apresentar-se aos pais. Essa circulação da autoridade revela a dimensão comunitária do controle social, não apenas o Estado, mas os agentes locais e a própria vizinhança eram convocados a colaborar no policiamento da infância. A matéria, assim, reforçava uma pedagogia da ordem, baseada em hierarquias institucionais e no reforço dos princípios de disciplina e obediência.

A matéria apresenta um conjunto de vozes que compunham uma paisagem discursiva típica da imprensa moralizadora do período, como já vimos anteriormente. A voz paternalista da justiça local ocupava posição central, estruturando o texto por meio de enunciados que destacavam o “carinho”, a “responsabilidade” e o “patriotismo” do magistrado. Essa voz pretendia traduzir o Estado como figura paterna, capaz de corrigir desvios e salvar jovens da “perversão da delinquência”.

Outra voz representada era a dos “pais negligentes”, construída de forma indireta e crítica. Para o jornal, muitos pais não cumpriam seus “graves deveres sociais”, permitindo que os filhos “andassem às soltas” e acabassem “ocupando o banco dos réus no Pretório”. Essa representação reafirmava a tradicional responsabilização moral da família pelas condutas juvenis, especialmente no caso das camadas populares. A crítica aos pais funcionava, assim, como mecanismo discursivo que legitimava a intervenção estatal.

Também se destacava a voz dos comerciantes “pouco escrupulosos”, acusados de permitir que menores ingerissem bebidas alcoólicas, prática descrita como estímulo ao “veneno social”. Essa representação ampliava o alcance da moralização para o campo econômico e reforçava a ideia de que o desvio juvenil era alimentado por uma rede de negligências e permissividades espalhadas pela cidade.

Por fim, a matéria não continha a presença discursiva das próprias crianças e adolescentes, dessa feita vemos o silenciamento da perspectiva do menor. Os jovens apareciam sempre associados ao erro, ao perigo ou ao risco: “*trazendo às cinturas armas ofensivas*”, “*ingerindo bebidas alcoólicas*”, “*respondendo por crimes*”. Eram, portanto, representados como sujeitos sem voz, os silenciados, moldados exclusivamente pela narrativa autoritária que os enquadrava como ameaça à ordem urbana patense.

A articulação dessas diferentes vozes produzia uma imagem da infância, adolescência e juventude popular como espaço simultâneo de risco e vulnerabilidade. Entre a figura da criança vítima do abandono parental e a do jovem prestes a cometer delitos, emergia um campo discursivo ambíguo em que “desvio”, “perversão” e “delinquência” se aproximavam. Assim, infrações leves, práticas de sociabilidade urbana e crimes eram colocados em um mesmo conjunto moral.

Esse enquadramento correspondia ao imaginário mais amplo que, no Brasil das décadas de 1930 e 1940, vinculava juventude pobre a perigo social, legitimando intervenções estatais pautadas pela lógica da tutela. A matéria, ao dramatizar exemplos cotidianos e ao reforçar a autoridade da justiça, contribuía para sedimentar uma cultura jurídica que naturalizava o controle sobre certos grupos sociais e atribuía à imprensa um papel ativo na difusão de valores educacionais disciplinadores.

A reportagem de 1936 demonstra, portanto, como a *Folha de Patos* se inseria no processo mais amplo de produção simbólica da ordem, típico da imprensa de Patos de Minas. Ao organizar vozes, silenciar outras e apresentar o juiz como guardião moral da comunidade, o jornal não apenas relatava acontecimentos, ele educava, normatizava e moldava percepções sobre infância, crime e responsabilidade familiar. Nesse sentido, o periódico funcionava como um dispositivo cultural central para a história da educação e da infância, atuando como espaço em que discursos jurídicos, morais e pedagógicos se entrelaçavam. A matéria analisada destaca que, mais do que informar, o jornal buscava instruir seu público, difundindo valores

que reforçavam a moralidade cívica e religiosa, a autoridade estatal e a necessidade de disciplinar os corpos infantis e adolescentes no espaço urbano.

Observamos assim que o problema dos menores em Patos de Minas era uma questão de repressão, levada a excessos como prisões, julgamento e deportações para campos de trabalho reeducativos. Para compor essa narrativa recorreremos a *Folha de Patos* em sua edição de 20 de janeiro de 1937, nos traz uma matéria intitulada *Amparo a menores abandonados*, presente na parte superior da página 2, com 15 centímetros de comprimento por 10 de altura, nesta podemos ver como as ações do juizado de menores eram realizadas na prática e de como os menores abandonados eram tratados segundo as leis vigentes quando detidos pelo sistema. O texto jornalístico reconstrói o tempo histórico e assim o transcreveremos em sua totalidade, segue a matéria:

Com destino a Fazenda Gameleira, neste Município e de propriedade da 'Moinhos Minas Gerais S.A.' onde vão trabalhar na lavoura, seguiram no dia 18 do corrente, os seguintes menores: Sebastião Rodrigues dos Santos, Elias Bernardes do Amaral, Faustino Amancio, Arlindo Luiz, Evaristo do Amaral, Irineu Rodrigues, Euplinio Ribeiro da Silva e José Baptista da Silva. Já anteriormente, havia sido colocado na citada propriedade o menor Lazaro Diniz Caldeira.

A 'Moinhos Minas Gerais S.A.', por intermédio de seu digno e caridoso Gerente, Senhor Carlos Mota, firmou contrato com o Juízo de Menores, representado pelo seu esforçado e humanitário Inspetor, Sr. Oscar José de Souza, de receber em sua aludida propriedade todos os menores que para ali forem encaminhados, pagando lhes o salário inicial de 1\$000 diários, livres e mais a necessária educação primaria.

O Juízo de Menores realizando a sua finalidade, ordenou que os salários vencidos pelos menores, empregados na Fazenda Gameleira, sejam depositados em caderneta nominal em um dos estabelecimentos bancário desta cidade, como início de pecúlio futuro para os mesmos.

É de esperar que dentre pouco tempo, a nossa cidade esteja livre de um sem número de menores que abandonados, sem nenhuma ocupação, viviam praticando tropelias e se viciando em nosso meio.

Digna de louvores, é a patriótica iniciativa da Justiça de Menores nesta Comarca e de aplausos o gesto de benemerência dos corretores responsáveis pela 'Moinhos Minas Gerais S.A.' recebendo em sua propriedade 'Fazenda Gameleira' os menores que lá foram enviados. (FOLHA DE PATOS, 1937, nº17, p.2)

A leitura da matéria nos permitiu aprofundar a compreensão das práticas de controle e das representações construídas pela justiça local a respeito da infância pobre e do papel do judiciário. Quando a *Folha de Patos* descrevia a transferência de um grupo de menores para a

Fazenda Gameleira, vinculada à empresa Moinhos Minas Gerais S.A.³⁵, o jornal não apenas registrava um acontecimento administrativo. Ele produzia sentidos, legitimava práticas e conferia uma moldura moral aparentemente benevolente a ações estatais que, à luz do contexto histórico, se aproximavam de procedimentos repressivos e disciplinadores próprios de um período marcado pelo fortalecimento do Estado e por políticas de vigilância social. Nesse processo, a matéria funcionava como dispositivo cultural por meio do qual a imprensa contribuía para naturalizar concepções de abandono, delinquência e regeneração moral pela via do trabalho compulsório.

A identificação dos menores apenas pelo nome demonstrava um mecanismo de apagamento de suas histórias individuais. Nenhum deles tinha sua trajetória social apresentada, nenhum contexto familiar era descrito, nenhum motivo era explicitado, não sabemos porque foram detidos. As crianças e adolescentes eram convertidos em objetos administrativos, corpos a serem deslocados e corrigidos. Essa ausência reforçava a assimetria de poder presente na matéria, na qual a voz institucional do Juiz de Menores, a voz empresarial dos Moinhos Minas Gerais S.A. e a própria voz editorial do jornal articulavam uma narrativa uníssona de salvação e ordem pública. Em contraste, as vozes dos menores permaneciam silenciadas, o que demonstra uma polifonia desequilibrada, múltiplos discursos oficiais se sobrepunham, enquanto aqueles diretamente afetados pelas medidas eram excluídos do debate público.

A matéria reflete claramente a mentalidade jurídica e moral da época. A questão dos menores abandonados era tratada como um problema de ordem pública e não como um problema social de desigualdade e exclusão. A solução, portanto, era estruturada a partir de práticas de repressão, contenção e afastamento do espaço urbano. Embora o texto exalte a atuação do Juizado de Menores e da empresa Moinhos Minas Gerais S.A. como um gesto humanitário, fica evidente que a alternativa apresentada, o envio desses jovens ao trabalho agrícola, reforçava a lógica de institucionalização e de educação pelo trabalho compulsório. A linguagem paternalista do jornal procurava transformar tal ação em benefício moral e econômico, mas a prática revelava um sistema de exploração da mão de obra infantil que se

³⁵ A Companhia Moinhos Minas Gerais S/A foi fundada em 1936 pelo italiano Otaviano Lapertosa, sendo o primeiro moinho de trigo instalado em Minas Gerais, inaugurado em 1938 na localidade de Chapada (zona rural), em Patos de Minas. A empresa buscou expandir a triticultura no município, especialmente a partir de 1943, incentivando o plantio em larga escala. Contudo, enfrentou forte resistência de fazendeiros locais, que exigiam altos preços pelo arrendamento de terras propícias ao cultivo. O jornal *Folha de Patos* chegou a fazer apelos públicos para que os proprietários apoiassem o empreendimento. Com a morte de Lapertosa em 1944, tanto o moinho quanto a cultura do trigo entraram em declínio em Patos de Minas. (DANNEMANN, 2016)

aproximava de formas modernas de escravidão, legitimadas pelo aparato legal e pelo discurso assistencialista.

A leitura contemporânea desse processo evidencia claramente o caráter de trabalho forçado. Todavia, para compreender de forma plena o sentido histórico da matéria, foi necessário situar a ação dentro da estrutura jurídica vigente. O discurso estruturador da penalidade infantil naquele período era definido pelo Código de Menores de 1927. Esse marco legal previa explicitamente mecanismos de internação compulsória para menores considerados abandonados, pervertidos ou em situação moral inadequada conforme critérios determinados pela autoridade responsável. De acordo com seu Artigo 55, a autoridade incumbida da assistência aos menores poderia ordenar a apreensão daqueles noticiados como abandonados e, a partir de critérios relacionados à idade, instrução, saúde, abandono ou perversão, determinar sua entrega a pais, tutores, autoridades, instituições, hospitais, internatos, oficinas de preservação ou reforma, ou ainda decretar a suspensão do pátrio poder. A lei oferecia ampla margem para intervenção estatal e permitia que menores fossem recolhidos compulsoriamente sempre que a autoridade considerasse necessária sua correção, proteção ou vigilância.

Assim, quando observamos a prática relatada pela *Folha de Patos* à luz da legislação vigente em 1937, percebemos que os agentes públicos do município estavam, do ponto de vista jurídico, aplicando rigorosamente as normativas do Estado brasileiro. A apreensão e a transferência dos menores para a fazenda foram representadas oficialmente como medidas educativas e protetivas, embora atualmente possamos reconhecer neles elementos claros de coerção, disciplinamento e exploração da força de trabalho infantil.

Segundo a matéria, os menores receberiam instrução primária, cuidados básicos de saúde e alimentação, além de um salário de 1\$000 réis diários, que seria depositado em caderneta nominal e somente entregue após o término da internação. Essa narrativa buscava conferir à ação um caráter de benefício social, mas a análise quantitativa do valor salarial revelava discrepâncias expressivas e escancara a desigualdade entre a remuneração de adultos, mulheres e menores.

Fizemos um levantamento realizado no *Anuário Estatístico do Brasil de 1939*, que traz dados censitários referentes aos anos de 1937 e 1938, esses evidenciam que o salário médio diário de um trabalhador da enxada adulto em Minas Gerais variava entre 4\$000 e 4\$500 réis. As mulheres adultas recebiam cerca da metade desse valor, entre 2\$000 e 2\$500 réis. Já os

menores que trabalhavam em condições normais, fora de instituições correcionais, recebiam entre 1\$500 e 2\$000 réis por dia. Isso permite uma comparação crucial. Os menores enviados à Fazenda Gameleira recebiam 1\$000 réis, portanto apenas um quarto do ganho de um adulto, metade do salário de uma mulher adulta, e entre 500 e 1\$000 réis a menos do que o salário de um menor em condições normais de trabalho. Esse conjunto de fatores caracterizava de forma clara uma exploração indevida da mão de obra desses menores.

Somando-se a isso, a restrição de liberdade, o deslocamento compulsório, o trabalho agrícola imposto e o controle rígido das condições de vida configuravam um sistema que se aproximava da semi-escravidão. A prática, refletia políticas típicas de governos autoritários que utilizavam o discurso da proteção para legitimar formas de trabalho forçado. Contudo, para a imprensa local, tais medidas eram apresentadas como iniciativas patrióticas, moralmente necessárias e socialmente benéficas.

A matéria demonstra, assim, que os jornais não apenas registravam fatos, mas desempenhavam papel central na construção de sentidos, na consolidação de políticas públicas correcionais e na formação de mentalidades a respeito da infância. A associação entre abandono, perigo social e necessidade de correção permeava toda a narrativa e organizava as expectativas da sociedade sobre o que era ser “menor” pobre em Patos de Minas durante a década de 1930. Ao articular discursos jurídicos, valores morais e interesses econômicos, a imprensa contribuía para naturalizar práticas coercitivas e disciplinadoras. Esses textos, quando analisados pela perspectiva da História Cultural, revelam muito mais do que informações administrativas. Eles permitem acessar as representações que orientavam ações do Estado e da sociedade civil, e evidenciam como as camadas populares, especialmente crianças e adolescentes, eram tratadas como sujeitos passíveis de intervenção, controle e correção, e não como cidadãos portadores de direitos ou narrativas próprias.

A análise das práticas voltadas aos menores em Patos de Minas, compreendidas por meio da matéria publicadas na *Folha de Patos*, explicita que o tratamento dispensado às crianças e adolescentes era estruturado por uma lógica repressiva, que naturalizava a vigilância, o trabalho forçado e a intervenção estatal. Ao apresentarmos a matéria referente à Fazenda Gameleira, demonstramos como a imprensa local participava ativamente da legitimação dessas políticas, publicando-as com tom de aprovação e reforçando a narrativa de que a retirada dos “menores abandonados” das ruas seria um ato de benemerência. Observava-se, portanto, a construção de uma sensibilidade social marcada pela associação entre pobreza infantil, desordem e ameaça moral, um imaginário que atravessava as décadas de 1930 e 1940

e que encontrava eco tanto no discurso estatal quanto nas representações veiculadas pela imprensa.

E é nesse ponto que se tornou possível conectar as matérias sobre internações e trabalho forçado àquelas que, por outro viés, também defendiam um ideal normativo de infância, como foi o caso da matéria *A Educação da Infância*, publicada em 17 abril de 1937 na *Folha de Patos*, que passamos agora a analisar em continuidade ao que já expusemos. Essa é uma grande matéria textual em formato opinativo, não tem assinatura de autoria, esta localizada na parte superior da página 2, cercada por publicidades de profissionais liberais, nesta mesma edição temos uma grande propaganda da Moinhos Minas Gerais S.A. O estilo de escrita parece muito com o tom ácido pelo qual Zama Maciel se utilizava em suas matérias críticas, mas não podemos atestar que o texto seja de sua autoria, apesar de que em 1937 ele já desempenhava o cargo de Delegado de Ensino e era um dos redatores do jornal, além de ser irmão do dono. Vejamos a matéria:

Muita gente cuida que educar filhos é deixá-los à soltas, cometendo toda sorte de diabruras, perturbando o sossego dos demais e depredando coisas particulares e públicas. Puro engano. Aos pais, missão muito mais nobre e quase divina foi cometida. Não devemos consentir que nossos filhos façam o que muito bem entendam. Pratiquem tudo quanto lhes venha a cabeça juvenil, sem nenhum tento, em razão da sua pouca idade. Devemos contê-los, devemos dar-lhes conselhos, mostrando-lhes o que está certo e o que é erro.

Muitos pais têm, por costume, talvez, pela hipertrofia de seu amor paterno, não conter seus filhos. E quando lhes chega ao conhecimento alguma arte que praticam, longe de suas vistas, ao invés de repreender o jovem endiabrado, passam a votar injusto ódio àquele que veio dar-lhe ciência das travessuras dos filhos. É um erro imperdoável. Se o amigo lhe deu o conhecimento de uma arte praticada pelo filho, deve-lhe ficar grato pela notícia, porque o amigo, assim procedendo, deu-lhe mais uma prova de afeto.

O pai deve punir conscienciosamente, por meio de castigo, suave, o filho que atirou pedra nas vidraças das casas alheias, que, desrespeitando os regulamentos municipais, depredou o jardim público, e que, nas ruas, irreverentemente, desrespeitou o velho ou a senhora, que, entrando nas vendas, pediu ou ingeriu por infantilidade um trago de cachaça, que entrou em casas de tavolagem, que furtivamente foi para os córregos nadar. Enfim, o pai deve estar sempre vigilante, amparando a educação, o futuro de seu filho. Quantas vezes vemos menores vítimas da fatalidade, simplesmente porque os pais não souberam cumprir o seu dever? Essa incúria dos pais, ser-lhes-á levada a débito quanto ao acerto de contas futuras com Aquele que lhes confiou tão difícil, com honrosa missão, de uma mínima parcela do seu poder nesta existência. (FOLHA DE PATOS, 1937, nº34, p.2)

O articulista da *Folha de Patos* sustenta que ao associar a liberdade infantil ao caos, à desordem e à ameaça à vida coletiva, o discurso da matéria reforça uma visão moralista e repressiva, segundo a qual o comportamento das crianças deveria ser rigidamente controlado para evitar desvios que comprometessem a ordem social. Nesse sentido, o texto enfatiza a missão atribuída aos pais, afirmando que “*devemos contê-los, devemos dar-lhes conselhos, mostrando o que está certo e o que é erro*”. Observa-se, assim, a centralidade da autoridade parental na formação do caráter infantil, reduzindo a infância a um momento quase exclusivo de assimilação de normas e limites.

O texto também revela uma lógica de vigilância mútua ao afirmar que “*é um erro imperdoável*” hostilizar aquele que denuncia as travessuras dos filhos, pois tal atitude deveria ser vista como “*mais uma prova de afeto*”. Esse fragmento evidencia uma sociedade que valoriza práticas de delação entre vizinhos e amigos sob o pretexto de proteção moral da infância. Ainda que justificadas como atos de cuidado, tais práticas revelam uma dimensão autoritária de controle social, legitimando a intromissão constante na vida privada das famílias em nome da moral pública.

A defesa do castigo aparece de forma explícita quando o articulista afirma que “*o pai deve punir conscienciosamente, por meio de castigo suave*” os filhos que cometem desde pequenos atos de indisciplina até comportamentos considerados moralmente reprováveis, concluindo que o pai deve estar “*sempre vigilante, amparando a educação, o futuro de seu filho*”. A vigilância constante é apresentada como estratégia educativa legítima, reforçando a ideia de que a infância constitui uma fase potencialmente perigosa, que exige correção contínua. Tal concepção dialoga diretamente com as políticas públicas da época, especialmente com o Código de Menores de 1927, que institucionalizava práticas de vigilância, repressão e tutela sobre os chamados menores em situação irregular.

Ao questionar “*quantas vezes vemos menores vítimas da fatalidade, simplesmente porque os pais não souberam cumprir seu dever?*”, o texto reforça a responsabilização quase exclusiva das famílias pelas trajetórias consideradas desviantes das crianças. Essa lógica educativa, baseada na culpa e na punição, contribuía para legitimar intervenções estatais severas sempre que a família fosse percebida como omissa ou incapaz. A infância, nesse modelo, não era concebida como sujeito de direitos e de proteção integral, mas como objeto de controle a ser moldado inicialmente pela família e, em última instância, pelo Estado.

Essa responsabilização adquire contornos ainda mais profundos quando o articulista afirma que *“essa incúria dos pais ser-lhes-á levada a débito quanto ao acerto de contas futuras com Aquele que lhes confiou tão difícil, com honrosa missão, de uma mínima parcela do seu poder nesta existência”*. Ao recorrer a uma linguagem explicitamente religiosa, o texto desloca a educação do campo estritamente social para o plano moral e espiritual, atribuindo à negligência parental consequências que extrapolam a esfera terrena. A educação dos filhos é apresentada como um dever sagrado, cuja falha implicaria não apenas sanções sociais ou estatais, mas também uma espécie de julgamento divino. Tal argumento intensifica o peso da culpa atribuída aos pais e reforça uma pedagogia do medo e da responsabilização moral absoluta.

A instrumentalização da infância torna-se ainda mais evidente quando o articulista afirma que *“o futuro, a grandeza e o poder de nossa nacionalidade residem na educação de nossos filhos”*. A educação infantil era, portanto, compreendida como meio de assegurar a continuidade e a estabilidade do projeto nacional, em consonância com os ideais nacionalistas que se fortaleceram a partir de 1937, sob o Estado Novo, período marcado pela exaltação da disciplina, do civismo e da obediência como valores fundamentais para a formação do cidadão.

Por fim, ao advertir que não se deve permitir que *“o poder público se veja obrigado a nos substituir nesse grave e delicado mister”*, o texto revela um discurso ambivalente. Ao mesmo tempo em que reafirma a primazia da família na educação dos filhos, legitima a intervenção estatal coercitiva diante do fracasso da educação doméstica. Tal pensamento, dialogava com práticas recorrentes de institucionalização de menores em estabelecimentos correcionais e de trabalho forçado, entendidas à época como soluções para a chamada falência moral da família.

Dessa forma, a análise histórica da matéria evidencia como as concepções educacionais veiculadas pela imprensa local na década de 1930 estavam profundamente imbricadas com valores autoritários, moralizantes e disciplinadores. A infância, longe de ser compreendida como uma fase autônoma e merecedora de proteção integral, era concebida como um espaço de potencial desvio que precisava ser rigidamente tutelado, seja pela família, seja pelo aparato repressivo do Estado.

No conjunto geral, observa-se uma imprensa atuante em um claro papel disciplinador, uma vez que fomentava e difundia, em múltiplas camadas discursivas, o processo de coerção

dos menores de idade que viviam fora dos padrões socialmente aceitos. Ao fazê-lo, legitimava as ações do Juizado de Menores, ao mesmo tempo em que culpabilizava a família quando esta era percebida como incapaz de prover a educação considerada adequada. Além disso, a imprensa assumia um tom admoestador e normativo, prescrevendo condutas desejáveis e reforçando modelos de comportamento, e, não menos relevante, narrava as consequências do suposto fracasso educativo, especialmente no caso dos chamados menores abandonados, reforçando a ideia de que a negligência familiar e social conduzia inevitavelmente à marginalização e à intervenção estatal.

4 RITUAIS ESCOLARES COMO SIGNOS DE ENGAJAMENTO SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos as propagandas e as festividades veiculadas nos periódicos pesquisados, compreendendo-as não apenas como registros informativos ou anúncios comerciais, mas como importantes fontes para a análise das práticas sociais, culturais e educativas presentes no cotidiano de Patos de Minas. Tais materiais revelam valores, expectativas e representações que circulavam no espaço público, contribuindo para a formação de comportamentos e para a difusão de modelos de sociabilidade considerados desejáveis.

As propagandas, em especial, constituem um campo privilegiado para observar as relações entre consumo, modernidade e educação dos costumes. Ao anunciar produtos, serviços e estabelecimentos voltados a educação, os periódicos também difundiam normas, padrões de comportamento, concepções de progresso e distinções sociais, atuando como agentes pedagógicos informais. Dessa forma, a publicidade ultrapassa sua função econômica e se insere em um projeto mais amplo de formação moral e social da população.

As festividades, por sua vez, ocupavam lugar central na vida urbana e eram amplamente noticiadas pela imprensa local. Datas cívicas, celebrações de formatura, festas escolares e eventos em geral revelam a articulação entre educação, civismo e religiosidade, além de evidenciarem o papel das instituições escolares, associações e do poder público na organização do momento educacional. A cobertura desses eventos permite compreender como a infância, a juventude e a comunidade eram mobilizadas em torno de ideais de ordem, disciplina e pertencimento municipal.

Assim, ao analisar propagandas e festividades, este capítulo busca evidenciar como a imprensa atuava como mediadora entre o cotidiano e os projetos educativos e morais em circulação, contribuindo para a construção de sentidos sobre a educação, a cidadania e a vida social. Longe de serem elementos periféricos, esses registros constituem fontes fundamentais para compreender as formas pelas quais valores educacionais e sociais eram naturalizados e difundidos no contexto histórico educacional investigado.

4.1 Ofertas para o anseio educacional das elites patenses

Deparamo-nos com um conjunto expressivo de propagandas educacionais que eram veiculadas nos jornais locais. Identificamos, ao longo da pesquisa, propagandas distintas, muitas delas repetidas exaustivamente em sucessivas edições, chegando a permanecer em circulação por meses ou até por um ano inteiro. Essa recorrência não era casual, os periódicos patenses dependiam fortemente da publicidade para sua manutenção financeira, já que, diferentemente dos grandes centros urbanos, não havia venda avulsa em bancas e apenas uma circulação tímida por assinaturas. Em grande medida, eram os anúncios, comerciais, institucionais e, entre eles, os educacionais que garantiam a sobrevivência financeira desses periódicos.

Nesse cenário, as propagandas de escolas particulares assumiam relevância, pois denotam não apenas estratégias de financiamento da imprensa, mas também modos específicos de representar a educação e de interpelar o público leitor. Dirigiam-se, em geral, às famílias urbanas, às camadas médias emergentes e aos sujeitos que aspiravam à escolarização como forma de ascensão social. Ao mesmo tempo, tais anúncios construíam e difundiam uma determinada imagem do que seria uma “boa educação”, mobilizando valores como disciplina, moralidade, civilidade, modernidade, religiosidade, eficiência e tradição.

O objetivo deste subcapítulo é, portanto, analisar as representações presentes nessas propagandas, buscando compreender a quem se dirigiam, com que propósitos eram elaboradas, quais ideias de educação procuravam promover e quais expectativas sociais e culturais mobilizavam. Ao examinar suas linguagens, imagens e narrativas, procuramos evidenciar como a publicidade educacional, longe de ser um mero elemento comercial, constituiu uma fonte privilegiada para interpretar os projetos formativos, as hierarquias sociais e as visões de mundo que circulavam em Patos de Minas.

Faremos a análise de cinco diferentes anúncios de propagandas educacionais, observando sua localização no jornal, seu tamanho, tipologia e autoria caso haja. Em meio a isso, propomos a ideia de que esses não eram apenas anúncios propagandísticos, mas sim, representações de negócios educacionais voltados para a captação de alunos da alta sociedade. Cabe aqui ressaltar, que todas as propagandas são de escolas particulares, analisaremos assim os valores que conferiam a esses educandários um caráter elitizado. Nossa primeira propaganda é do Colégio Municipal Dom Lustosa de Patrocínio, observemos o recorte:

Imagem 4 - Propaganda Colégio Municipal Dom Lustosa de Patrocínio - Gazeta de Patos – 24 de novembro de 1929

Collegio Municipal Dom Lustosa de Patrocínio

Dirigido pelos padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria

Curso primario, Complementar e Secundario.

INTERNATO — SEMI-INTERNATO — EXTERNATO

Predio esplendido com moderna installação.

Alimentação sadia, dormitorio amplo, vastos pateos para recreio, etc., terão os alumnos internos e semi-externos

Curso Commercial { filial do Instituto Brasileiro de Ensino Commercial de Santa Rita do Sapucahy. -- Estudos praticos das linguas vivas. -- Escripção mercantil, geographia e arithmetica commercial.

Escola Official Remington { podendo legalmente conceder diplomas de dactylographos.

Instrução Militar { permittindo aos alumnos tirar sua caderneta de reservista no periodo do anno lectivo.

Reabrem-se as aulas no dia 5 de Fevereiro proximo futuro

Pedir prospectos e informações á

SECRETARIA DO GYMNASIO MUNICIPAL

"DOM LUSTOSA"

Patrocínio  **E. F. O. de Minas**

Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

A propaganda do Colégio Municipal Dom Lustosa de Patrocínio³⁶ revelou-se, de início, um objeto particularmente interessante, sobretudo porque se tratava de uma instituição localizada fora de Patos de Minas, na cidade vizinha de Patrocínio, ainda assim, ela apareceu em todas as edições da *Gazeta de Patos* que conseguimos consultar, sempre ocupando um

³⁶ O Colégio Dom Lustosa, fundado em 15 de fevereiro de 1927, em Patrocínio (MG), foi criado por iniciativa de Dom Antônio de Almeida Lustosa e administrado pelos Padres dos Sagrados Corações. Desde sua inauguração, funcionou nos regimes de internato, semi-internato e externato, tornando-se um importante centro regional de ensino e atraindo alunos de diversas cidades do Alto Paranaíba. A instituição destacou-se pela forte orientação católica. Ao longo das décadas, o colégio consolidou prestígio entre as elites locais, até que, nos anos 1960, dificuldades administrativas levaram à sua transferência para a administração civil e posterior incorporação à rede estadual, transformando-se na Escola Estadual Dom Lustosa, que permanece ativa até hoje.

espaço considerável, cerca de 25 centímetros de altura por 15 de comprimento, com diagramação cuidadosa e texto organizado.

Essa presença sistemática sugere que, antes da construção da Escola Normal (1932) e do Ginásio Benedito Valadares (1939), Patos de Minas não possuía instituições capazes de oferecer a formação ginasial desejada para suas famílias mais abastadas. Assim, Patrocínio parecia desempenhar o papel de polo educacional regional, sendo buscada por aqueles que pretendiam garantir aos filhos uma escolarização mais avançada.

A insistência da publicidade do Collegio Dom Lustosa nas páginas da imprensa patense revelou tanto as necessidades financeiras dos periódicos quanto os mecanismos culturais por meio dos quais certas instituições buscavam se legitimar e ocupar o espaço público. A forma como o colégio era apresentado, moderno, amplo, disciplinado e moralmente superior, demonstrava um esforço para construir representações específicas de educação católica e interpelar leitores que possuíam expectativas claras sobre o que significava uma formação escolar de qualidade.

O anúncio destacava as qualidades materiais da instituição: *“prédio esplêndido”*, *“moderna instalação”*, *“alimentação sadia”*, *“dormitório amplo”* e *“vastos pátios para recreio”*. Esses elementos reforçavam a imagem de um espaço escolar civilizado, alinhado ao discurso republicano de modernização e higiene. A ênfase na modernidade, no conforto e nos recursos estruturais buscava produzir, no imaginário local, a certeza de que o colégio oferecia algo superior ao que existia em Patos de Minas.

A autoridade religiosa também ocupava lugar central no anúncio ao afirmar que a instituição era dirigida pelos *“padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria”*. Numa cidade interiorana profundamente marcada pela influência católica, tal informação funcionava como um forte elemento de legitimação moral. Isso destaca uma concepção de educação vinculada à disciplina, ao controle dos corpos e à formação ética dos jovens, elementos fundamentais na cultura escolar daquele período. Toda essa prática discursiva implica uma tentativa de dirigir comportamentos, e aqui vemos claramente como a propaganda se apoiava na Igreja para construir a imagem de uma *“boa educação”*.

Além disso, os cursos oferecidos, primário, complementar, secundário, comercial, datilografia e instrução militar evidencia expectativas sociais vinculadas à ascensão e ao futuro dos estudantes. A formação comercial e a datilografia indicavam a aproximação com o mercado de trabalho urbano e burocrático, enquanto a instrução militar, ao permitir que os

alunos obtivessem a caderneta de reservista durante o ano letivo, destaca a articulação entre educação e ideais cívicos republicanos, tais como disciplina, ordem e patriotismo.

O público-alvo da propaganda também se tornava evidente: tratavam-se das famílias urbanas e rurais economicamente abastadas, capazes de arcar com internato ou semi-internato, e que valorizavam a escolarização como estratégia de distinção social. A propaganda operava, então, como marcador simbólico desse processo, oferecendo um produto educacional que prometia modernidade, formação moral e preparo profissional.

Nesse sentido, a recorrência e o conteúdo da propaganda do Collegio Municipal Dom Lustosa permitem compreendê-la não apenas como uma estratégia comercial, mas como uma prática cultural inserida em um campo mais amplo de disputas simbólicas em torno da educação. Através da imprensa, o colégio construía e difundia representações de escolarização desejável, articulando modernidade, catolicismo, disciplina e projeção social, ao mesmo tempo em que reforçava hierarquias e expectativas sociais vigentes. À luz da História Cultural, tais anúncios podem ser lidos como dispositivos de produção de sentido que buscavam orientar escolhas familiares, legitimar determinados modelos educativos e naturalizar a ideia de que a boa educação estava associada a instituições privadas, confessionais e moralmente reguladas, contribuindo para a consolidação de uma cultura escolar seletiva e excludente no contexto regional.

A segunda propaganda que analisaremos é a do Colégio São Geraldo³⁷, também com denominação católica, essa propaganda está estampada na *Gazeta de Patos* de 1º de dezembro de 1929, em outras edições a mesma está presente junto com a propaganda do *Colégio Dom Lustosa* apresentado acima. No entanto, seu espaço na página é menor, 20 centímetros de altura por 15 de comprimento. Esse educandário foi divulgado por muitos anos nos periódicos da família Borges, pois conseguimos rastrear propagandas no jornal *O Comércio* em 1911, ano da fundação do educandário. Não podemos nos esquecer que os Borges eram católicos fervorosos e supomos que seus filhos estudavam em instituições católicas, logo o São Geraldo era uma opção viável, por estar em uma cidade vizinha a Patos de Minas e por oferecer educação e instrução aos filhos das elites católicas locais.

³⁷ O Colégio São Geraldo foi fundado em fevereiro de 1911 por Oscar Rodarte, em Carmo do Paranaíba, analisamos seu estatuto que foi publicado no Jornal o Comércio, de 12 de fevereiro de 1911, nele percebemos que o educandário era católico e tinha uma forte disciplina que inclusive previa castigos físicos se permitidos pelos pais, protetores ou tutores dos alunos. A escola atendia a ambos os sexos, mas meninos estudavam na parte da manhã e meninas na parte da tarde. Funcionou até a década de 1930, quando fechou definitivamente por problemas financeiros.

Essa propaganda é um elemento significativo para a compreensão das representações sobre educação em Patos de Minas. Localizada na terceira página do *Gazeta de Patos*, compartilha espaço com outros anúncios voltados ao consumo cotidiano entre eles propagandas de farmácias, serviços de profissionais liberais, como médicos e advogados e filmes que seriam exibidos no cinema, compondo um conjunto de inserções publicitárias.

Imagem 5 - Propaganda Collegio São Geraldo - Gazeta de Patos – 1 de dezembro de 1929

COLLEGIO SÃO GERALDO
Carmo do Paranaíba-- Oeste de Minas
 Instituto de ensino tecnico commercial reconhecido e fiscalizado pelo
Governo Federal.
DIPLOMAS DE CONTADOR VALIDOS EM TODA A REPUBLICA
INSTRUÇÃO MILITAR OFFICIAL (E. I. M. 191)
 Mantém annexa uma ESCOLA REMINGTON filiada à CONVENÇÃO INTERNACIONAL
INTERNATO — SEMI-INTERNATO E EXTERNATO
Contribuições:

INTERNATO	EXTERNATO
Pensão e ensino, semestre 500\$000	Curso Primario, semestre 75\$000
Joia, uma unica vez 50\$000	Curso Commercial, semestre . . . 125\$000
Lavagem de roupa 70\$000	Joia, uma unica vez 10\$000

O melhor patrimonio que se pode legar aos filhos é a educação
EDUCAE VOSSOS FILHOS!
 Pedir prospectos e informações á Secretaria do COLLEGIO SÃO. GERALDO
 em CARMO DO PARANAHYBA

Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP.

A propaganda destacava que o Colégio São Geraldo era um “Instituto de Ensino Technico Commercial reconhecido e fiscalizado pelo Governo Federal”, enfatizando atributos de legitimidade e prestígio institucional. Nesse sentido, a matéria propagandística buscava construir para o leitor uma imagem de modernização, eficiência técnica e qualidade moral associada ao colégio. Ao apresentar-se como escola de instrução técnica, com diplomas válidos “em toda a República”, e ao ofertar modalidades de internato, semi-internato e

externato, o anúncio ativava um repertório simbólico relacionado ao progresso, à disciplina e à formação profissional, valores que ressoavam no imaginário educacional elitista.

O apelo à família, expresso em frases como “*O melhor patrimônio que se pode legar aos filhos é a educação*” e “*Educae vossos filhos!*”, inseria a escola no campo das obrigações morais e civis. Para além da oferta de ensino, a instituição se apresentava como guardiã da formação ética, disciplinar e patriótica dos jovens, reforçando uma visão de educação como investimento e como mecanismo de distinção social. Tal discurso, foi recorrente nas representações escolares da época, como já evidenciamos a partir das outras matérias. A propaganda, descreve um processo de escolarização marcado pela seletividade, no qual o acesso à educação qualificada permanecia restrito a grupos sociais com maior poder aquisitivo se comparado à base salarial da década de 1930.

A própria organização econômica do colégio, evidenciada na tabela de preços, confirma seu caráter elitista. As modalidades de internato, acompanhadas de taxas de pensão, ensino, lavagem de roupa e joia, esta última paga “uma única vez”, indicavam que se tratava de um educandário destinado a famílias capazes de arcar com custos elevados, no que não diferia do Dom Lustosa, de Patrocínio. Os valores do externato, também significativamente altos quando comparados ao salário médio regional do período, reforçavam a exclusividade do acesso. A propaganda, ao apresentar suas modalidades e valores de forma naturalizada, operava como dispositivo de distinção, dirigindo-se claramente à pequena elite urbana e rural que dispunha dos recursos necessários para investir em um ensino considerado superior.

Outro elemento central, era a representação da escola católica como padrão de qualidade. O anúncio transmitia a ideia de que os educandários confessionais eram os melhores, mais modernos e mais bem estruturados. Contudo, esse discurso ocultava o fato de que tais instituições permaneciam inacessíveis à maioria da população, atendendo, prioritariamente, às famílias abastadas que buscavam uma formação integral para seus filhos, formação essa fundamentada em disciplina, moral religiosa, profissionalização emergente e prestígio social. Assim, a propaganda articulava um duplo movimento, ao mesmo tempo em que exaltava o valor da educação, reforçava a desigualdade de acesso, evidenciando que o “melhor patrimônio” só estava ao alcance dos que podiam pagar por ele.

Desse modo, a análise dessa propaganda, publicada repetidamente ao longo do ano de 1929 e 1930, permitiu compreender como a imprensa local disseminava representações que configuravam a educação como bem de elite, ao mesmo tempo em que se apresentava e

consolidava a imagem das escolas católicas como referência de excelência e moralidade. A presença constante dessa propaganda no *Gazeta de Patos* indicava seu papel na manutenção econômica do periódico e, ao mesmo tempo, sua função na construção de um imaginário educacional voltado à valorização do ensino particular, técnico e moralizante, reproduzindo hierarquias sociais e reforçando práticas seletivas no campo educacional da região.

A partir de 1932 o jornal *A Reforma* e posteriormente a *Folha de Patos* tomam o lugar da *Gazeta de Patos* como periódico de maior circulação municipal, a família Maciel toma o controle da imprensa escrita e em suas páginas as propagandas educacionais continuam a aparecer com frequência e regularidade. Muitas vezes essas não vinham em forma de publicidade, mas sim em forma de textos, artigos ou reportagens, em que o autor exaltava as virtudes escolares e, logo, da instituição escolar, desta feita temos uma clara prevalência de matérias sobre a Escola Normal de Patos entre 1932 a 1938, obviamente isso se deveu ao fato de Antônio Dias Maciel ser o Diretor e criador da Escola Normal no período, bem como diretor, redator e financiador dos jornais.

Com isso em mente, analisaremos agora uma matéria publicitária, publicada em uma coluna de 15 centímetros de altura por 7 centímetros de comprimento, na página 2 da *Folha de Patos* de 12 de março de 1938, com o título *Escola Normal*³⁸, da qual analisaremos o trecho abaixo.

Reabriram-se as aulas do nosso conhecido estabelecimento de instrução. Não obstante a elevação das taxas, o número de alunas não decresceu. É que a confiança do povo cada vez mais se radica em relação ao modelar instituto de ensino.

Toda gente honesta e progressista, toda gente que ama a instrução e zela pelo nome de nossa terra, esmera-se, também pelo desenvolvimento da escola. Sem distinção de classes ou de cores, de situações ou partidarismos, o programa, há se cumprindo, com todo rigor.

Quem não acreditava outrora, na realidade do que vemos, e dos frutos já colhidos e por colher, está se rendendo diante da evidencia. É que a Escola Normal de Patos é um patrimônio sagrado dos patenses e dos forasteiros que se irmanaram conosco na criação de um educandário a altura de nossa civilização. (FOLHA DE PATOS, 1938, nº71, p.2)

³⁸ A Escola Normal se originou de um instituto educacional de orientação presbiteriana, fundado pelo neto do Coronel Antônio Dias, seu homônimo Antônio Dias Maciel, o quarto filho de Farnese Maciel. Segundo consta, Antônio Dias Maciel tornou-se presbiteriano, quando estudou no Colégio Gamma, em Lavras. Ao voltar para Patos de Minas, fundou em 1929 o Instituto Sul-americano, escola de orientação presbiteriana que antecedeu a Escola Normal. Contudo, a partir da leitura da documentação arrolada, percebemos que não apenas o custeio das obras da Escola Normal, mas também grande parte da sua idealização se deveu ao tio de Antônio, o primogênito do Barão de Araguay, Olegário Dias Maciel. (PATOS DE MINAS, 2022)

A matéria publicada constrói uma representação altamente elaborada da Escola Normal de Patos, como mecanismo simbólico de educação e legitimação social. Sob a perspectiva das práticas e representações, o texto não busca descrever uma realidade objetiva, mas produzir um modo de ver a instituição e, conseqüentemente, modelar a percepção coletiva da sociedade letrada sobre o papel da escola e de seus dirigentes na vida pública da cidade. A Escola Normal, teve em sua direção maçons e presbiterianos como Antônio Dias Maciel e Agnaldo Magalhães, os quais tinham uma visão laica e liberal sobre a educação.

Em nossa análise podemos observar um primeiro elemento representacional que aparece no enunciado, *“não obstante a elevação das taxas, o número de alunas não diminuiu”*, argumento imediatamente seguido da explicação de que *“a confiança do povo cada vez mais se radica”* no estabelecimento. A relação causal construída pela matéria não descreve um fato, mas atribui sentido a ele: transforma a manutenção das matrículas, que pode ser lida como necessidade, falta de alternativas ou até pressão social, em evidência incontestável de prestígio. Nesse processo, silencia os segmentos que não podiam pagar as taxas e que, portanto, não compõem o “povo” invocado pelo jornal, tornando esse “povo” uma ficção discursiva homogênea, unificada e satisfeita.

O texto avança para um segundo movimento representacional ao vincular apoio à escola a uma identidade moral: *“Toda gente honesta e progressista [...] esmera-se pelo desenvolvimento da escola.”* A Escola Normal é apresentada como polo de virtudes cívicas, e participar de seu engrandecimento é condição para integrar o grupo dos moralmente legítimos. Trata-se de uma estratégia discursiva que produz distinção social, ao mesmo tempo em que se apresenta como universalista. Essa pretensa universalidade aparece também na afirmação de que a instituição cumpre seu programa *“sem distinção de classes ou de cores, de situações ou partidarismos”*. À luz do contexto histórico e social local, tal enunciado opera mais como um ideal normativo, um horizonte desejado, do que como prática efetiva. Entretanto, sua função representacional é clara: fabricar uma imagem democratizada da escola, condizente com o discurso modernizador e civilizatório que a elite dos Maciel pretendia expressar para Patos de Minas.

O trecho da matéria intensifica essa fabricação simbólica ao definir a Escola Normal como *“patrimônio sagrado dos patenses e dos forasteiros que se irmanaram conosco”*. Aqui, o jornal opera um processo de sacralização da instituição, conferindo-lhe não apenas relevância pública, mas um status quase ritual, de valor moral incontestável. Ao transformar a escola em patrimônio moral, a matéria contribui para blindá-la de críticas e reforçar seu lugar

como instrumento de distinção cultural, refinamento e civilização, categorias centrais do imaginário urbano das elites da época.

A retórica da sacralidade e da irmandade entre “patenses” e “forasteiros” revela outro aspecto da representação: a construção de uma identidade coletiva ampliada, articulada pela escola. O texto sugere que a modernização local se realiza e se legitima na medida em que se materializa nessa instituição de ensino, reforçando o papel civilizador que a imprensa atribuía à educação das normalistas.

Em seu conjunto, a matéria de 1938 atua como uma chave interpretativa produzida pela própria família Maciel que dominava tanto a Escola Normal quanto o jornal *Folha de Patos*. O discurso jornalístico, funciona como dispositivo de consolidação simbólica, projetando uma imagem idealizada da instituição e, simultaneamente, silenciando desigualdades, tensões e conflitos sociais. Assim, a Escola Normal emerge nas páginas do jornal como um educandário e como um ícone cultural da sociedade patense, representante de uma cidade civilizada, ordenada e moralmente coesa, uma representação que pouco dialoga com as múltiplas realidades sociais marcadas por amplo analfabetismo, mas destaca com precisão o projeto político-cultural das elites locais, mostrar uma cidade que estava em crescimento, pelo menos para uma minoria.

Continuando a análise das propagandas, observamos que a partir de 1941, quando o jornal *Folha de Patos* é vendido a Renato Maciel, o foco sai da Escola Normal e passa a valorizar, e muito, o Ginásio Municipal Benedito Valadares³⁹, educandário católico fundado em Patos de Minas em 1939, observamos que o proprietário Anair Santana e depois dele o Vigário Monsenhor Fleury, usavam das páginas do *Folha de Patos* com certa regularidade para anunciar e publicar sobre o cotidiano escolar do Ginásio Municipal. Um anúncio de 12 de fevereiro de 1943, ocupando três quartos da página 3 do jornal, constitui um documento privilegiado para compreender as formas de representação da educação secundária em Patos de Minas durante a década de 1940.

O próprio lugar da matéria no periódico, isolada, sem concorrência visual de outros anúncios, já é, por si só, um indício de prestígio e de poder simbólico. Em um contexto em que anúncios costumavam dividir espaço com farmácias, casas comerciais e serviços

³⁹ Fundado em 1939 por Anair Santana, o Ginásio Municipal Benedito Valadares, se configurava como uma escola semi-internato mista, ligada diretamente à Igreja Católica. Receberá mulheres desde o início mas em turnos separados. Foi repassado às Irmãs Sacramentinas em 1946, que detêm o controle da instituição até os dias atuais porém com o nome de Colégio Nossa Senhora das Graças, conhecido popularmente na cidade como Colégio das Irmãs.

diversos, a presença solitária desta propaganda instituía uma centralidade no imaginário do leitor, conferindo-lhe destaque superior aos das demais iniciativas educacionais do período. Essa foi a maior das propagandas que encontramos em nossa pesquisa, ela rivaliza com quase todos os tipos de propagandas, pois não encontramos nenhuma propaganda, com maior proporção que essa.

Imagem 6 - Propaganda do Ginásio Municipal Benedito Valadares - Folha de Patos - 12 de fevereiro de 1943

Ginásio Municipal

BENEDITO VALADARES

PATOS - MINAS GERAIS

PROPRIEDADE DA PAROQUIA DE SANTO ANTONIO DE PATOS

SOB A DIREÇÃO DOS ILUSTRES SACERDOTES:

MONSENHOR Manoel Fleury Curado - Diretor
Pe. João Balke - Reitor e Pe. João Valim - Vice-Diretor
e a colaboração de competentes professores.

FISCALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL POR DR. ADELIO DIAS MACIEL

INTERNATO, SEMI-INTERNATO para o sexo masculino

EXTERNATO para ambos os sexos.

Os departamentos masculino e feminino encontram-se sob a mesma direção, mas em turnos separados.

TABELAS PARA O INTERNATO DOM ALEXANDRE

	15 de Março 15 de Março	1º de Julho 1º de Julho	15 de Setembro 15 de Setembro	POR MÊS
CURSO DE ADMISSÃO	Cr. \$700,00	Cr. \$600,00	Cr. \$600,00	Cr. \$1500,00
CURSO GINASIAL	Cr. \$700,00	Cr. \$600,00	Cr. \$700,00	Cr. \$2000,00
SEMI-INTERNATO	Cr. \$150,00	Cr. \$170,00	Cr. \$190,00	Cr. \$2500,00
SEMI-INTERNATO	Cr. \$150,00	Cr. \$700,00	Cr. \$200,00	Cr. \$2000,00
EXTERNATO	Cr. \$225,00	Cr. \$250,00	Cr. \$250,00	Cr. \$2900,00
EXTERNATO	Cr. \$225,00	Cr. \$250,00	Cr. \$700,00	Cr. \$7000,00

Para melhores esclarecimentos etc., dirijam-se ao
Revm.º Snr. Reitor Pe. João Balke

Ginásio Municipal B. Valadares
PATOS — MINAS

FONTE: Centro de Documentação e Memória - UNIPAM – CDM.

Como a publicação ocorre no início do ano, a intenção explícita é a captação de alunos, mas a forma como isso foi feito revela que não se trata de um simples anúncio comercial. Ao invés disso, o texto mobilizou estratégias discursivas que buscam produzir legitimidade e autoridade eclesiástica. O uso dos nomes do Monsenhor Manoel Fleury

Curado, do padre João Balke⁴⁰ e do padre João Valim⁴¹ opera como chancela moral e religiosa católica, reforçando a percepção de que a educação católica era sinônimo de seriedade, competência e formação integral. A própria identificação do ginásio como “*propriedade da Paróquia*” e “*fiscalizado pelo Governo Federal*” reforça uma dupla legitimidade, clerical e estatal, que elevava a instituição a um lugar de confiança social.

Essa questão da fiscalização é um ponto importante, não porque era fiscalizado, mas sim por quem fiscalizava: Adélio Maciel, irmão de Zama Maciel e Antônio Dias Maciel. Sendo assim o estabelecimento ganhava uma chancela especial, a do clã dos Maciel, por um dos seus mais nobres nomes. Adélio Maciel foi o primeiro médico da cidade, foi vereador, deputado e ocupou diversos cargos públicos entre eles o de Inspetor de Ensino. Validar um centro de estudos católico, é algo que demonstra respeito à regra pública, o que sugere um ar de credibilidade por parte do governo e social por causa da família Maciel. Cabe ressaltar que apesar de haver muitos da família Maciel que eram protestantes outros tantos se mantiveram católicos fervorosos até o fim da vida.

O anúncio também expõe representações hierarquizadas de gênero e classe. A modalidade de internato e semi-internato restrita ao sexo masculino, ao lado do externato para ambos os sexos, revela um modelo educacional que reservava às elites masculinas um tipo de formação diferenciada, disciplinada e distante do ambiente doméstico. Os valores elevados do internato, apresentados em detalhadas tabelas já em cruzeiros, reforçam a seletividade econômica e evidenciam que o ginásio se dirigia prioritariamente às famílias abastadas que buscavam educação e instrução em educandários que atendiam seus anseios de formação para seus filhos.

Essas escolhas gráficas e discursivas, somadas ao histórico do prédio, anteriormente sede do Grupo Escolar Marcolino de Barros e, posteriormente, da instituição católica, mostra como o espaço escolar foi sendo ressignificado por diversos agentes em disputa por autoridade educacional. Cada ocupação do edifício carregou um novo projeto de educação local, e o anúncio analisado deixa clara a intenção de posicionar o Ginásio Municipal Benedito Valadares como baluarte educacional. Assim, a propaganda não somente divulga um

⁴⁰ O padre João Batista Balke, responsável por atividades docentes e pela reorganização do Ginásio Municipal Benedito Valadares no início da década de 1940, era sacerdote de formação europeia, com estudos em Munique e Praga. Poliglota e autor de obras voltadas à formação moral e religiosa da juventude, ‘*Pela Alma do Jovem Cristão*’ e ‘*Pela Educação do Jovem Brasileiro*’, atuou também como cura da Catedral de Valença (RJ) e secretário do bispado local, antes de se dedicar prioritariamente à educação em Patos de Minas. As datas de seu nascimento e falecimento não foram localizadas em fontes públicas disponíveis. (FOLHA DE PATOS, 1941)

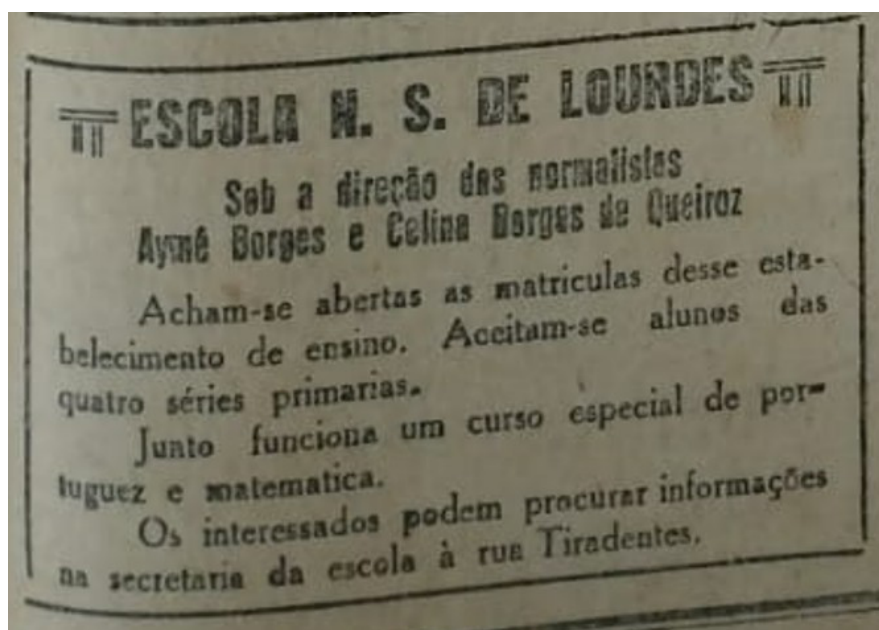
⁴¹ Braço direito de Monsenhor Fleury, foi o responsável por diversas campanhas para a construção da Catedral de Santo Antônio no centro da cidade, em 1947 foi nomeado Vigário em Patos de Minas. As datas de seu nascimento e falecimento não foram localizadas em fontes públicas disponíveis. (QUEIROZ, 2015, p. 183)

serviço educacional, mas encena uma representação da escola como espaço de ordem, moralização, religiosidade, distinção e autoridade civilizatória, articulando Estado, Igreja e elite local em uma mesma narrativa.

Analisaremos agora, um pequeno anúncio da Escola N. S. de Lourdes, publicado na *Folha de Patos*, nº 192, de 21 de janeiro de 1943, apresentava-se como um artigo publicitário de aproximadamente 5 cm de altura por 7 cm de comprimento, ocupando um espaço reduzido, posicionado no fim da primeira página, este é mais um anúncio que revelava clara intencionalidade na captação de alunos para as turmas de início do ano. Esse tipo de publicidade, situada logo na primeira página, reforça como o jornal funcionava, como espaço de circulação e debates educacionais, mas também como vitrine para iniciativas privadas de ensino.

O anúncio informava que a escola estava sob a direção de duas normalistas, Aymé Borges e Celina Borges de Queiroz, evidenciando um elemento central da cultura educacional de Patos de Minas na década de 1940, o papel fundamental da mulher normalista como agente da instrução privada. Ambas eram formadas pela Escola Normal de Patos, instituição que desempenhava papel estratégico na formação de professoras e na difusão de saberes pedagógicos considerados legítimos à época.

Imagem 7 - Propaganda da Escola Nossa Senhora de Lourdes – Folha de Patos– 28 de fevereiro de 1943



FONTE: Centro de Documentação e Memória - UNIPAM – CDM.

Embora Patos de Minas já possuísse, à época, o seu Grupo Escolar Municipal, instituição pública de maior porte e símbolo do projeto de modernização educacional do município, o anúncio revelava a permanência constante do ensino particular, que seguia desempenhando um papel significativo na formação básica da população urbana que tinha condições de pagar. As escolas privadas, compunham uma rede paralela de escolarização que atendia tanto às demandas complementares, quanto aos limites estruturais do ensino público. Nesse sentido, a Escola N. S. de Lourdes se inseria num ecossistema educacional híbrido, no qual o público e o privado coexistiam e se reforçavam mutuamente.

O anúncio destacava, além das matrículas para as quatro séries primárias, o funcionamento de um curso especial de português e matemática, destacando a importância atribuída a conteúdos básicos como instrumentos de ascensão social e de progresso individual. Esse detalhe sugeria não apenas uma oportunidade pedagógica, mas também uma estratégia de diferenciação no mercado educacional da cidade, pois oferecia algo que extrapolava o ensino seriado tradicional.

Do ponto de vista da história cultural, dentro de nossa metodologia, o anúncio mobilizava elementos mínimos, texto sucinto, ausência de imagens, foco em informações práticas, mas carrega significados sociais profundos. Ele evidencia a participação dessas mulheres educadoras na vida urbana patense, sua autonomia profissional e o espaço que ocupavam na formação intelectual das crianças, mesmo que de um público restrito as elites. Em um período marcado pela valorização estatal da educação como ferramenta de construção nacional, a atuação dessas normalistas aparecia como forma concreta de participação feminina no projeto educacional local.

Assim, embora pequeno, o anúncio condensava aspectos centrais da cultura escolar de Patos de Minas em 1943, a coexistência do ensino público e privado, a presença marcante da normalista como figura educativa legitimada e a importância da escola como espaço de sociabilidade e distinção social. A propaganda, ao mesmo tempo que convidava pais e alunos, revelava uma cidade onde a educação mesmo que restrita circulava em múltiplas formas, em que o trabalho docente feminino era essencial para sustentar o cotidiano da instrução primária.

Outra questão fundamental que esse anúncio suscita diz respeito aos silêncios que atravessam consistentemente a imprensa local no período estudado. Em todos os jornais consultados, o espaço público da escrita permanece predominantemente masculino. Não encontramos redatoras, editoras, proprietárias de jornais, nem mulheres atuando de forma

continua na produção discursiva impressa, ou até mesmo anunciando empresas. As poucas assinaturas femininas identificadas aparecem de forma esparsa e pontual, ou como pseudônimos e muitas vezes associadas a textos de caráter comemorativo ou educacional, o que revela um lugar restrito e cuidadosamente delimitado para a expressão feminina. As mulheres surgem como personagens valorizadas, sobretudo na figura de professoras, diretoras escolares ou homenageadas em ocasiões cívicas, mas raramente possuem voz direta; elas têm seus nomes mencionados, porém permanecem ausentes enquanto produtoras do discurso público.

Esse silêncio não se limita à autoria. Ele aparece também como uma operação cultural que organiza o que se pode dizer e quem pode dizer. A imprensa patense do período funciona como uma teia social de legitimação das hierarquias locais. Desse modo, ao mesmo tempo em que documenta práticas, festas, formaturas e atividades escolares lideradas por mulheres, o jornal impede que essas mesmas mulheres falem por si. Há, portanto, uma dissociação entre presença social e presença discursiva demarcada pela definição de papéis na sociedade. A representação feminina está materialmente lá, mas sua voz é filtrada ou mediada por uma linguagem masculina, que determina o enquadramento e o sentido do que é publicado. Esse processo produz uma espécie de polifonia controlada, múltiplas personagens femininas aparecem no texto, mas apenas uma voz narrativa, masculina, organiza o relato, define as ênfases e produz a memória pública do evento.

Nesse contexto, torna-se ainda mais significativo que esse anúncio destaque um empreendimento liderado por duas normalistas. Em uma cidade onde a esfera pública era intensamente regulada por códigos patriarcais e onde o acesso feminino ao mundo letrado ainda era limitado, a atuação de mulheres como responsáveis diretas por uma escola, rompia parcialmente com a lógica dominante, e denota uma breve abertura no machismo estrutural. A visibilidade desse projeto educacional, ainda que mediada pelo discurso masculino do jornal, aponta para brechas no sistema de representações, revelando disputas simbólicas em torno do lugar social da mulher e indicando formas de protagonismo que escapavam às normas tradicionais. Mas, é preciso considerar que na década de 1940 as mulheres já ocupavam algumas funções laborais no espaço público.

É importante lembrar que essas dificuldades não são apenas simbólicas, mas estruturais. O período concentra altos índices de analfabetismo feminino, significativamente superiores aos masculinos, como demonstra o levantamento do IBGE publicado em 1959, (ver imagem 1), referente aos anos de 1950. Isso significa que a possibilidade de ocupar a

imprensa como autora não dependia somente de vontade ou talento, mas de um conjunto de condições materiais negadas à grande parte das mulheres de Patos de Minas. A assimetria educacional repercutia diretamente na esfera pública, reforçando as desigualdades e naturalizando a ausência feminina nos espaços de produção escrita.

A análise desse anúncio permite compreender não apenas o conteúdo explícito do que é dito, mas também aquilo que a cultura local silenciou. No jogo entre presença e ausência, entre visibilidade e invisibilidade, revelam-se as práticas e representações que estruturavam a vida social da cidade. A imprensa não apenas registrava a história, mas participava ativamente da construção de um imaginário que legitimava determinadas posições sociais e limitava outras. É nesse processo que o silêncio das mulheres se torna uma fonte histórica poderosa, pois evidencia como a sociedade patense daquele período organizava seus discursos, suas hierarquias e suas possibilidades de participação.

Observamos que os anúncios do Ginásio Benedito Valadares e Escola Nossa Senhora de Lourdes, permite uma leitura que ultrapassa o campo estritamente educacional e entra diretamente nas dinâmicas de poder, influência familiar e disputas simbólicas presentes em Patos de Minas na década de 1940. As duas diretoras pertenciam ao núcleo familiar Borges, uma das famílias politicamente mais relevantes da cidade.

Nesse sentido, chama atenção o fato de que esses anúncios representando escolas católicas dirigida por padres e por mulheres de uma família tradicional, tenham sido publicados justamente na *Folha de Patos*, em sua segunda fase (1941–1945), período em que o jornal era conduzido por Renato Maciel, membro da família rival. Considerando que, historicamente, Borges e Maciel se alternavam em posições de hegemonia política e educacional, a coexistência desses interesses dentro do mesmo periódico demonstrava algo mais complexo do que uma simples convivência cordial entre elites.

O dado mais expressivo é que, mesmo sendo um jornal marcado por raízes maçônicas e presbiterianas, a *Folha de Patos* passou, a partir de 1941, a incorporar publicações de nítida orientação católica, incluindo propagandas de escolas confessionais, como o Ginásio Benedito Valadares e a própria Escola N. S. de Lourdes e também opinativas como é o caso da matéria *Educação e Preconceito*. Essa abertura editorial, indica que, apesar das divergências religiosas e familiares, o jornal operava por uma lógica que privilegiava sobretudo sua sustentação financeira e sua inserção no cotidiano social. Assim em nossa leitura, entendemos

que as necessidades econômicas do periódico, mobilizavam uma prática editorial que funcionava acima das tensões entre Borges e Maciel.

No entanto, esse movimento revela uma cisão interna ou ao menos uma flexibilização do ideário maçom presbiteriano que marcou a fase inicial do jornal (1936 a 1938). A segunda fase do *Folha de Patos* adotou o que podemos compreender como um regime discursivo de neutralidade estratégica, no qual diferentes vozes, instituições e orientações religiosas encontravam espaço, desde que contribuíssem financeiramente para o periódico como veículo central de informação da vida social patense.

4.2 Práticas escolares festivas: entre civismo e religiosidade

Neste subcapítulo analisaremos a formatura e as festas escolares e cívicas como práticas culturais centrais na construção de representações sociais sobre a educação. Nos periódicos, os eventos escolares surgiam como espaços privilegiados de visibilidade, nos quais a escola se apresentava à comunidade, reafirmava valores e materializava expectativas sobre a formação da juventude. As reportagens não apenas registravam acontecimentos, mas contribuíam para estabelecer narrativas que articulavam escolarização, civismo e moralidade em consonância com os ideais difundidos pelo Estado e pela sociedade elitista patense.

As festas escolares assumiam papel de destaque nesse processo, convertendo-se em momentos de forte carga simbólica em que música, dança, coreografias cívicas, desfiles, discursos e apresentações públicas configuravam um repertório capaz de reforçar a identidade nacional. Por meio desses eventos, observa-se a atuação dos alunos como agentes de uma pedagogia cívica que utilizava corpo, voz e gesto para encenar patriotismo, disciplina e ordem. Evocando símbolos pátrios, tais festividades criavam ambientes de celebração que envolviam a comunidade, difundindo práticas e valores alinhados ao nacionalismo cívico da época. O catolicismo conservador também se entrelaçava a essas expressões, compondo moralidades e modelos de conduta que conviviam com o escolanovismo de orientação liberal em um cenário de disputas e convergências.

Nesse conjunto de práticas, as formaturas ocupavam lugar central ao sintetizarem o ideal de escolarização bem-sucedida. Funcionavam como rituais de passagem que legitimavam tanto o percurso dos estudantes quanto a própria função da escola como produtora de cidadania, ordem e progresso. O tratamento dado pela imprensa a essas cerimônias reforçava sua importância como eventos comunitários que organizavam a

memória coletiva e projetavam expectativas de futuro. A presença de autoridades civis, políticas e religiosas, a ornamentação dos espaços, os discursos solenes e a ritualização do ato faziam da formatura um acontecimento simultaneamente pedagógico, estético, religioso e político.

Importa esclarecer que esta análise não busca, em nenhum momento, reconstituir uma história das instituições escolares de Patos de Minas. As escolas mencionadas surgem quase sempre apenas em notas de rodapé, pois os jornais *Gazeta de Patos* e *Folha de Patos* privilegiavam exclusivamente estabelecimentos da área urbana, silenciando por completo sobre as escolas rurais. Esse recorte imposto pelas próprias fontes evidenciava limitações significativas: enquanto as festividades e formaturas eram amplamente celebradas, o índice de analfabetismo no município beirava os 60%, revelando o contraste entre a escolarização ritualizada exaltada pela imprensa e a realidade restrita do acesso à educação formal.

Entre formaturas, solenidades festivas e momentos cívicos encontramos um total de 23 matérias, normalmente elas vinham como reportagens, onde o articulista narrava os acontecimentos em detalhes, nelas podemos observar nomes, gestos, apresentações e um pouco desse cotidiano encenado pelos alunos que não traduziam obviamente o dia-a-dia escolar, mas a visão que o evento queria passar para a população, enquanto representação cívico-cultural.

Obviamente não é possível fazer aqui a crítica a cada uma das 23 matérias, sendo assim escolhemos algumas que, a nosso ver, tiveram maior relevância em nossa leitura e para essa análise seguimos a seguinte ordem. Duas matérias a respeito do Grupo Municipal, uma sobre festividade de formatura e uma sobre comemoração cívica. Duas sobre a Escola Normal Oficial, ambas sobre festividades uma de formatura e outra sobre o aniversário da escola. Duas matérias sobre o Ginásio Benedito Valadares, ambas sobre formaturas. E por fim uma matéria sobre o dia 24 de maio de 1943, aniversário de Patos de Minas que uniu em celebração essas três escolas. Todas as matérias foram publicadas na *Folha de Patos*, nossa maior base de pesquisa.

Começaremos pelo Grupo Escolar de Patos de Minas, que teve muitos momentos notáveis dessas práticas festivas anuais que eram as cerimônias de formatura de seus alunos. Em 5 de dezembro de 1936, foi publicada uma matéria intitulada *Grupo Escolar em Festa*, que evidencia a importância desse evento, não apenas como um momento de celebração, mas também como um marco simbólico de demonstração de poder na formação cívica e

educacional dos estudantes. Ela vem em lugar de destaque na página 3, onde ocupa um espaço a direita superior da página com 20 centímetros de altura por 10 centímetros de comprimento, não tem assinatura de autoria. Junto a ela vemos várias propagandas. A matéria é extensa, e descreve em detalhes a cerimônia. O primeiro ponto marcante em destaque é a participação das autoridades locais, revelando muito sobre o papel que o Grupo Escolar desempenhou no contexto social e político de Patos de Minas. A cerimônia de entrega de diplomas mobilizou amplamente a elite pública local, como podemos observar:

Assomou o palco para dar início à solenidade o ilustrado diretor do Grupo, Sr. José Soares de Andrade, que [...] convidou o preclaro Promotor de Justiça da Comarca, Dr. Natal Dias Campos, para, na qualidade de paraninfo escolhido pela turma de diplomandos, assumir a presidência da mesa, para cuja formação convidou, em seguida, os srs. drs. Adélio Dias Maciel, Deputado Federal Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, Governador da cidade Eduardo de Moraes Juiz Municipal, e Aristides Memória, professor da Escola Normal local. (FOLHA DE PATOS, 1936, nº10, p.3).

Esse fragmento destaca como a escola primária não foi apenas um espaço de instrução, mas também de representação da consagração pública e de ritualização das relações sociais. A presença das principais autoridades políticas e jurídicas, incluindo deputado federal, juiz municipal e promotor de justiça, reforçava o caráter cerimonial e simbólico da formatura. Ela consolidava a escola como um local de legitimação social, onde os indivíduos, tanto alunos como professores, eram reconhecidos publicamente, e sobretudo, onde os representantes do poder reafirmavam sua autoridade. Essa prática estava em consonância com o projeto político e educacional da Era Vargas que consistia na criação de uma identidade nacional assentada em valores como civismo, hierarquia e disciplina.

Além disso, a escolha do paraninfo entre as figuras do aparato judiciário e político também denotava como o campo educacional se articulava com o campo do poder, formando uma rede de relações simbólicas que produzia capital social para todos os envolvidos. As crianças diplomadas eram apresentadas como sujeitos promissores para o futuro da cidade, em contraste com os “menores delinquentes”, enquanto os representantes do poder local, ao lado das famílias se associavam à imagem de benfeitores e guardiões do progresso e da educação.

O segundo aspecto relevante desta celebração é a valorização do diploma e a centralidade do discurso do paraninfo na construção simbólica do sucesso escolar, conforme se lê na matéria:

Tomou a palavra o eloquente e distinto paraninfo, Dr. Natal, que leu magnífico discurso alusivo ao ato, no qual parafraseou, com belíssimas imagens retóricas, a significação da obtenção do primeiro diploma e consequente prosseguimento nos estudos, sendo abafadas suas últimas palavras, com ruidosa e prolongada salva de palmas. (FOLHA DE PATOS, 1936, nº10, p.3).

Esse trecho denota o peso simbólico atribuído ao “primeiro diploma” como representação de distinção e de projeção social. Para muitos alunos, a conclusão do ensino primário representava não apenas a culminância de um ciclo formativo, mas também a inserção no grupo daqueles que dominavam a leitura e a escrita, habilidades ainda pouco acessíveis a grandes parcelas da população de Patos de Minas.

A diplomação é colocada como um rito de passagem na vida dos alunos que agora, educados, poderiam seguir para um novo ciclo, quem sabe o ensino profissionalizante para meninos ou a Escola Normal para as meninas e para os mais abastados o ensino ginásial. O uso de “*belíssimas imagens retóricas*” no discurso não é apenas um recurso estético, mas uma estratégia de persuasão e de inculcação de valores como esforço, disciplina e continuidade dos estudos. A ênfase no prosseguimento da formação aponta para a tentativa de estimular o ideário de uma educação progressiva, mesmo quando, a realidade da época, demonstra que muitos alunos não teriam condições materiais ou sociais de avançar para outros níveis educacionais, como a escola secundária, escola normal ou o ginásio. Essa ideia de uma formação continuada era, em suma, um princípio escolanovista, mas se apresentava como ideia, a prática era outra história.

Por fim, o evento se encerra com uma apresentação artística, evidenciando o papel das professoras e a valorização da cultura escolar:

Fechando com chave de ouro essa agradável reunião, foi levado por 12 crianças, vestidas a caráter, um lindo bailado, representando a Aurora, o Dia e a Noite, cujo desempenho muito agradou, demonstrando, assim, o gosto e acurado cuidado que as dignas professoras dispensam aos misteres do magistério, que lhes são confiados. (FOLHA DE PATOS, 1936, nº10, p.3).

Esse episódio destaca a função pedagógica e moral das professoras, apresentadas como responsáveis não apenas pela instrução, mas pela formação estética, cívica e cultural dos alunos. Observamos que não haviam autoridades femininas compondo a mesa da solenidade da formatura, o que revela um claro aspecto de que aqueles que são autoridades são os homens, no entanto quem educava as crianças eram as professoras. A montagem do “lindo bailado” com figurinos elaborados reforça a ideia da escola como espaço de civilização e de refinamento dos costumes. O elogio ao “gosto e acurado cuidado” das docentes reverbera o modelo da professora, mãe, zelosa, dedicada e virtuosa, que permeou a construção do magistério feminino no Brasil desde o século XIX.

Além disso, a representação de elementos naturais na peça, *Aurora, Dia e Noite* no bailado ilustra a valorização da educação física e das atividades artísticas como partes integrantes do currículo escolar. Tal prática, é um elo que encontra respaldo nos ideais defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), especialmente na proposta de uma educação integral, ativa e voltada para o desenvolvimento das diversas dimensões humanas. De acordo com o Manifesto, “*a escola deveria ser um espaço de formação plena, promovendo atividades que favorecessem não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o físico, estético e moral do educando*” (BRASIL, 1932). A presença de um bailado com referências à natureza denota, assim, a incorporação, ainda que incipiente de elementos da Escola Nova, demonstrando a penetração gradual dessas concepções pedagógicas no Grupo Escolar de Patos de Minas.

Notamos que a presença constante de matérias relativas às datas cívicas nos jornais patenses especialmente na *Folha de Patos* e *Gazeta de Patos* revelam que a escola não se limitava às formaturas como ritual de encerramento de ciclos educativos. As comemorações do Dia do Estado Novo, da Proclamação da República, do Dia da Bandeira e de outras efemérides nacionais constituíam, igualmente, espaços privilegiados de produção de sentidos sociais sobre a educação, a infância e a própria ideia de nação. À luz da história cultural, tais eventos podem ser compreendidos como práticas simbólicas que articulavam discursos, gestos, objetos, rituais e materialidades diversas, produzindo representações sobre o papel da escola e sua inserção no projeto político varguista.

Neste sentido a matéria intitulada *As datas nacionais no Grupo Escolar Marcolino de Barros*, publicada na *Folha de Patos* em 26 de novembro de 1944, exemplifica essa dinâmica. O texto, medindo cerca de 7 centímetros de altura por 15 centímetros de comprimento foi publicado na segunda página do periódico, evidencia não só o conteúdo informativo, mas

também a própria materialidade do jornal, que opera como dispositivo de legitimação: o espaço destinado, a posição na página, o tamanho do bloco textual e o caráter laudatório dos enunciados compõem um regime de visibilidade que reforça o valor atribuído às celebrações cívicas. O jornal, como produto impresso, não apenas relata, mas produz significados. Vejamos a matéria:

Os dias de festa nacional continuam sendo vivamente comemorados no grande Educandário local que é o Grupo Escolar “Marcolino de Barros”, sob a permanente orientação do dr. Mario Francia Pinto, figura de relevo da Inspectoria Técnica de Minas Gerais.

O dia 10 de novembro data do Estado Novo, foi solenemente comemorado, discursando sobre o acontecimento a graciosa aluna Heloisa Maciel Lemos, da classe do terceiro ano, que foi muito expressiva na interpretação de sua alocução. (FOLHA DE PATOS, 1944, nº184, p.2)

O articulista destaca que “*os dias de festa nacional continuam sendo vivamente comemorados*” no Grupo Escolar Marcolino de Barros, sob a orientação do inspetor técnico conectando diretamente a instituição ao aparato estatal e às diretrizes educativas alinhadas ao governo. A cena descrita, alunos perfilados, discursos proferidos, canções patrióticas entoadas, torna visível um repertório de gestos e encenações que constituíam práticas de disciplinamento e pedagogia cívica. Esses elementos performativos, analisados como práticas representacionais, permitem compreender como a escola se convertia em espaço de reprodução simbólica do nacionalismo.

A participação de Heloisa Maciel Lemos, aluna do terceiro ano e membro de uma das famílias mais influentes da cidade, evidenciava a dimensão polifônica das práticas escolares. Sua presença é factual, pois funciona como marcador social que insere o grupo familiar no cenário público e reforça a imagem da escola como instituição capaz de integrar ainda que desigualmente camadas sociais distintas. A participação de elites locais, assim, não era um acaso, mas parte de uma estratégia de visibilidade, de modo que os jornais conferiam prestígio às famílias, as famílias conferiam prestígio à escola, e a escola reforçava o projeto nacionalista do Estado. A matéria prossegue:

O dia da República, 15 de novembro, teve a mais brilhante consagração no estabelecimento [...] A bandeira Nacional, no domingo passado recebeu vibrantes homenagens da Casa, em festa de esmerado capricho, organizada pelas professoras[...] arrancaram vibrantes aplausos causando magnífica impressão a “Canção do Expedicionário”, ensaiado por Ena Mourão e a “Homenagem à Bandeira”, formada por grande número de alunos sob direção da professora Célia Mourão. (FOLHA DE PATOS, 1944, nº184, p.2)

O mês de novembro, tal como narrado pela imprensa, aparece como período de intensa mobilização cívica. A matéria relata comemorações que ocorreram inclusive no domingo, demonstrando que as práticas cívicas ultrapassavam a rotina escolar e adentravam a vida comunitária. O jornal destaca, por exemplo, a execução da Canção do Expedicionário símbolo da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e a apresentação da Homenagem à Bandeira, ambos ensaiados e dirigidos por professoras. A figura da docente surge, portanto, como sujeito ativo na execução do currículo e na organização das práticas cívicas; mais do que função administrativa, sua atuação revela o papel das professoras como mediadoras culturais e articuladoras entre política de Estado e cotidiano escolar.

O culto ao Estado Novo está evidentemente claro, e a doutrinação moral e cívica que mobilizava alunos para que eles exaltassem a pátria, seus líderes, seus símbolos e seus feitos, estavam comprovadamente presente no cotidiano do Grupo Escolar. Essa educação cívica estava em consonância temporal com a Reforma Capanema, Lei N. 4.244 de 9 abril de 1942, que em seu Artigo 23 descreve a missão da chamada educação moral e cívica.

Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade. (BRASIL, 1942)

Todas essas práticas escolares evidenciam a necessidade de implementar o ideário que o governo Vargas propunha para a formação de cidadãos alinhados ao projeto patriótico: a bandeira deveria ser glorificada, a República enaltecida e a “revolução” de 1937 amplamente lembrada e glorificada.

Nesse contexto, também se valorizava aqueles que representavam a pátria na luta contra o inimigo externo, como os expedicionários que participaram da Segunda Guerra Mundial. Todas essas sessões cívicas eram elaboradas pelas professoras, que, mais do que simples organizadoras, atuavam como executoras do currículo estabelecido pelas reformas educacionais e pelos planos governamentais.

Fotografia 11 - Desfile cívico de 7 de setembro, alunas do Ginásio Benedito Valadares e Escola Normal Oficial, final da década de 1930.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP

Fotografia 12 – Parada militar década de 1930 – Rua Major Gote esquina com Rua Olegário Maciel, identificado a partir dos postes no meio da rua.



Fonte: Museu de Patos de Minas – MUP

Como podemos analisar, o cotidiano do Grupo Escolar e das escolas em geral estava francamente ligado ao culto à pátria, típico do nacionalismo varguista. O que é evidenciado nas matérias acima de tudo, é uma valorização aos simbolismos patrióticos reinantes. Ademais, a cidade de Patos de Minas, era, no período analisado, um ambiente amplamente católico onde as festividades cívicas demonstram uma educação que estabelecia um elo entre o nacionalismo cristão e a questão da formação da identidade nacional.

As fotografias 11 e 12, apesar de não terem sido publicadas nos jornais, se analisadas em conjunto com as matérias, permitem apreender de forma crítica a articulação entre práticas e representações nos desfiles cívicos realizados em Patos de Minas, e ilustram o que se descreve nos textos jornalísticos. Em ambas, observa-se a ocupação ordenada do espaço urbano por corpos disciplinados, escolares, militares, religiosos e civis, dispostos segundo uma lógica hierárquica e coreografada, evidenciando o desfile como prática social de adestramento e visibilidade pública da ordem.

A presença de estudantes perfilados, sob vigilância de autoridades religiosas e civis, e de contingentes militares organizados em formação, materializa um ideal de civismo pautado na disciplina, na obediência e no controle coletivo. Ao mesmo tempo, as imagens produzem e reforçam representações simbólicas de nação, progresso e harmonia social, ao encenar a integração entre escola, Exército e população. O público que circunda os desfiles homens, mulheres e crianças, não atuavam apenas como espectadores passivos, mas como parte constitutiva do ritual, legitimando-o e internalizando seus significados. Sob a ótica da História Cultural, tais registros visuais não são meros documentos ilustrativos, mas dispositivos que revelam como o civismo foi encenado, aprendido e naturalizado no cotidiano urbano, convertendo o desfile em um poderoso mecanismo de produção de sentidos, nos quais práticas educativas e representações políticas se entrelaçavam para formar sujeitos ajustados ao projeto de ordem e modernização vigente.

Agora vamos analisar duas matérias que evoluem diretamente a Escola Normal Oficial que foi criada em 1932, e com grande simbolismo, pois era uma escola de ensino feminino, voltado a formação das normalistas, cabe lembrar que ela foi fundada Por Antônio Dias Maciel, presbiteriano e membro notável do cotidiano escolar patense. A matéria foi publicada em 16 de outubro de 1937 em primeira página, seu tamanho é de 16 centímetros de altura por 8 centímetros de comprimento, não há menção do autor, ela é colocada em um momento particular, pois foi nesse ano que Antônio Dias deixa a direção da Escola Normal para seguir vida pública como legislador federal no Rio de Janeiro.

Os salões deste nobre acreditado educandário se abriram no dia 12 do corrente para uma homenagem à diretora, dona Maria Rezende, segundo cientificou a seleta assistência a ultimanista Giauri Corrêa, ao iniciar a sessão num mimoso discurso que foi bastante aplaudido. Em seguida, foi executado, a contento geral, um bem elaborado programa de apresentação, declarações, ginástica, música e bailados. Houve falhas pequenas na organização do festival que não deram para empanar seu brilho. Prova disto foi a grande frequência no dia da repetição. Nossas professoras merecem os nossos mais francos aplausos pela feliz ideia que tiveram organizar a festinha e homenagear a distinta educadora que dirige profissionalmente a escola. Quando teremos outra? (FOLHA DE PATOS, 1937, nº 57, p.1)

A matéria projeta uma representação extremamente harmoniosa da Escola Normal, sugerindo um ambiente em que relações de poder, hierarquia e autoridade se misturam com afeto, deferência e solenidade. O jornal constrói a cena como um pequeno ritual, no qual a escola se apresenta como espaço de distinção cultural e moral, e isso aparece logo na abertura, quando à instituição é chamada de “*nobre acreditado educandário*”, uma expressão que já funciona como marca de prestígio e como gesto de legitimação pública.

A homenagem à diretora Maria Resende⁴² (substituta de Antônio Dias no cargo) é narrada como um acontecimento espontâneo e consensual, mas a forma como a narrativa se organiza mostra que se trata de um evento planejado para reforçar a centralidade da diretora na vida institucional. Membro da família Maciel, diferente de outras mulheres ela não tinha apenas o curso normal, o que demonstra um espírito feminino diferente das demais. A fala da “ultimanista” serve como voz da comunidade escolar, mas sua polifonia é, na prática, controlada: a estudante fala em nome de todos, mas fala dentro de um repertório pré-estabelecido de elogio e louvação, sem espaço para dissenso. Assim, aparecendo como uma voz jovem e feminina, sua fala reforça a hierarquia e celebra a autoridade, reproduzindo as representações esperadas de obediência, reconhecimento e gratidão.

A descrição do programa da homenagem com apresentações, declarações, ginástica, música e bailados revela a materialidade das práticas pedagógicas e culturais da escola. São práticas que misturam corpo e intelecto, disciplina e leveza, construindo um corpo escolar feminino idealizado: bem-comportado, estético, dócil e sociável. O festival aparece como demonstração pública de eficiência educativa, em que a escola se exhibe para a cidade. Mesmo as “falhas pequenas”, mencionadas quase como um gesto de realismo, funcionam para

⁴² Maria Resende Maciel, nasceu em Nepomuceno (MG), em 24 de setembro de 1908. Era farmacêutica, formada em Ouro Preto. Mudou-se para Patos de Minas no início de 1930. Foi diretora da Farmácia Resende. Lecionou no curso normal, do qual foi diretora. Faleceu em Patos de Minas, em 2 de janeiro de 1959, aos 50 anos.

reforçar a ideia de que a instituição é organizada, comprometida e capaz de superar imprevistos com graça, algo que reforça a imagem de ordem e competência tão importante para instituições femininas do período.

A matéria também evidencia a maneira como a imprensa local participa da produção de consensos simbólicos. Ao elogiar as professoras pela “feliz ideia” e ao enaltecer a diretora como “distinta educadora”, o jornal não apenas relata: ele legitima, confirma e reforça aquilo que deve ser admirado. O texto sugere que a homenagem não é apenas justa, mas necessária, quase um dever moral da comunidade escolar. Essa construção simbólica opera numa chave de encantamento pedagógico, em que a escola é sempre cenário de virtude e a figura da diretora é representada como autoridade benevolente. Nesse tipo de escrita, não há espaço para tensões internas, divergências, conflitos ou disputas: o silêncio sobre esses elementos é parte da própria representação, que funciona como política da harmonia.

O final, com a pergunta “*Quando teremos outra?*”, reforça a dimensão ritualizada da vida escolar. A expectativa pela repetição do evento não é apenas um desejo de entretenimento, mas um modo de afirmar que esses rituais são fundamentais para manter a coesão e a imagem pública da instituição. Esse fechamento cria uma temporalidade cíclica, sugerindo que homenagens, festivais e louvações são parte natural da vida escolar, produzindo e reproduzindo continuamente as representações de ordem, prestígio e deferência. A matéria, nesse sentido, não pode ser entendida somente como um relato; é um dispositivo cultural que organiza sentidos, regula afetos e orienta a maneira como a cidade deve ver sua Escola Normal e, por extensão, como deve compreender o papel da educação, das mulheres e das autoridades no tecido social daquele momento histórico.

Nesta parte vamos analisar uma matéria sobre o aniversário da Escola Normal, a matéria foi publicada em 8 de maio de 1937, está na segunda página do jornal em uma grande coluna de mais de 15 centímetros de altura por 10 de largura, nos traz uma noção interessante de como eram as festas no educandário:

Comemorado no dia 5 do corrente, a fundação da Escola Normal dessa cidade, os corpos docente e discente deste estabelecimento de ensino organizaram naquele dia, com dignos festejos, que tiveram o acostumado brilho de sempre, como acontece com todas as comemorações que ali se encerram. [...] Não se esquecendo, como era natural, de proferir palavras de homenagem ao doutor Antônio Dias Maciel, o pioneiro da fundação da escola e sua conseqüente transformação em educandário oficial com utensílios mais suntuosos, prédios do Estado. [...] Seguindo-se diversos números de recitativos e canto, sobressaindo Iveta Sampaio, que cantando,

acompanhando ao violão, linda e comovente valsa, que arrancou calorosos aplausos dos presentes. A sessão encerrou-se às 14 horas e pouco, tendo começado às 12 mais ou menos. Fecharam as festividades do dia diversos jogos entre as alunas, destacando-se o da bola americana entre dois grupos da classe anexas, um azul e branco e outro vermelho e branco, tendo saído vitorioso o segundo. (FOLHA DE PATOS, 1936, nº37, p.2)

O fragmento articula um conjunto de práticas e representações que destacam como a Escola Normal de Patos se inscrevia na cultura local e produzia sentidos sobre si mesma. A narrativa jornalística não só descreve um evento, mas constrói um imaginário de tradição, continuidade e prestígio. Ao afirmar que os festejos tiveram “o acostumado brilho de sempre”, o texto cria uma imagem de permanência ritual, como se a escola produzisse, ano após ano, momentos que reafirmam sua centralidade simbólica. Essa repetição de celebrações funciona como prática de legitimação: celebra-se a escola para reforçar a ideia de que ela é digna de ser celebrada.

A homenagem ao doutor Antônio Dias Maciel é apresentada como algo “natural”, expressão que revela a força das hierarquias e das memórias oficiais. Não há espaço para contestação; a figura de Maciel aparece como fundador mítico, aquele que não apenas criou a escola, mas lhe deu dignidade material ao convertê-la em “educandário oficial” dotado de prédios e utensílios mais suntuosos numa edificação do Estado. A matéria transforma esse personagem em símbolo da ordem e do progresso, associando sua atuação à modernização do ensino e à ascensão cultural da cidade. Essa representação reforça a cultura política local, marcada pelo culto a benfeitores e autoridades, em que a história da instituição é narrada a partir de figuras masculinas notáveis, enquanto as mulheres protagonizam o cotidiano, mas não a memória fundacional, apesar de algumas serem notavelmente homenageadas.

As práticas descritas revelam uma pedagogia que se estende para além da sala de aula. Recitativos, canto ao violão, declamações, coreografias, jogos corporais, tudo isso compõe uma gramática escolar que educa pela forma, pela postura e pelo comportamento. A valsa tocada por uma aluna, com sua carga de delicadeza e sentimentalidade, projetava um ideal feminizado de harmonia e sensibilidade, enquanto os jogos realizados ao final especialmente o da “bola americana”, novidade importada introduziam elementos de disciplina corporal e sociabilidade competitiva. A escola aparece como espaço de domesticação de corpos femininos, que, mesmo quando se movem de modo mais vigoroso, o fazem dentro de fronteiras cuidadosamente marcadas.

Essa materialidade das práticas, o violão, a valsa, as vozes recitadas, o campo improvisado de bola americana, os grupos azul e branco e vermelho e branco, constrói um ambiente em que a cultura escolar se mistura à cultura urbana. Os objetos, os sons e os gestos produzem sentidos compartilhados e ajudam a consolidar um moral normalista que combina civilidade, refinamento e disciplina. A presença do público e os “calorosos aplausos” indicam a dimensão performática dessas práticas, elas são feitas para serem vistas e reconhecidas, o que destaca a escola como palco e vitrine da ordem social que a cidade pretendia exhibir.

Por fim, a temporalidade destacada, uma sessão que dura cerca de duas horas, seguida de jogos que fecham o dia, produz a imagem de uma escola que ocupa integralmente o tempo de suas alunas, organizando suas rotinas, seus lazeres e seus modos de se apresentar. As festividades aparecem como complemento indispensável à educação, reforçando a ideia de que formar professoras significava moldar comportamentos, sensibilidades e identidades. O texto jornalístico, nesse sentido, funciona como dispositivo cultural que difunde e legitima essas práticas, transformando a Escola Normal em símbolo de progresso, moralidade e distinção num contexto social que valorizava profundamente tais representações.

Faremos agora a análise de duas matérias sobre o Ginásio Municipal Benedito Valadares, a primeira é sobre uma formatura de alunos, foi publicada no dia 12 de dezembro de 1942 no *Folha de Patos*, é uma matéria de capa e revela o caráter religioso da formatura no educandário, ela não tem assinatura de autoria, tem em sua originalidade 12 centímetros de altura por 7 de comprimento e esta na segunda parte do jornal

Realizou-se no dia 23, às 20 horas, no Salão Nobre do Grupo Escolar Marcolino de Barros, a solenidade de entrega de certificados aos primeiros licenciados do nosso ginásio, que foram os seguintes: Sandoval J. Silveira, Hermelindo J. Da Mota, Diniz Muniz Filho, Dalmo Magalhães Alves, Walmy A. Dimuniz, Wilson Sebastião C. Amorim e Arnaldo Caixeta Souza. Presidiu a mesa Monsenhor Fleury Curado, ladeado de autoridades e do reverendíssimo Padre Diretor. Após a recepção dos certificados, produziu impressionante peça oratória, que muito recomenda o valor do ginásio, o orador da turma licenciada, Sandoval J. Silveira. Falou em seguida o paraninfo doutor Oliveiros Marques de Oliveira, um dos primeiros professores do estabelecimento. Encerrou a sessão com um vibrante improviso o reverendíssimo Padre Diretor. Aos licenciados foi oferecido um magnífico sarau dançante nos salões do Aeroclube local. Aos jovens licenciados, os nossos agradecimentos pelo honroso convite que nos enviaram, com votos de repetidas e constantes vitórias. (FOLHA DE PATOS, 1942, s/n, p.2)

A matéria mostra um cenário distinto daquele observado nas celebrações da Escola Normal. Enquanto esta última projetava uma atmosfera mais laica, ancorada no Estado e na pedagogia republicana, no caso do ginásio a presença eclesiástica é central, estruturante e incontornável. O evento é presidido por Monsenhor Fleury Curado, que era um importante representante religioso e chefe local da Igreja Católica, além de um agente político-cultural profundamente articulado às elites tradicionais, sobretudo à família Borges. Essa presença não se limita a um gesto cerimonial; ela organiza o tom da solenidade, marcada pelo discurso do monsenhor, pelo improvisado final do padre diretor e pela forma como a instituição religiosa valida moralmente os jovens formandos. Tudo isso evidencia o quanto o ginásio se inscrevia em um campo de forças no qual a Igreja detinha elevada autoridade simbólica.

Quando essa matéria é lida em diálogo com as formaturas da Escola Normal, e do Grupo Municipal amplamente noticiadas na imprensa local da década de 1930, percebemos uma polifonia que expressa tensões entre projetos educacionais diferentes. Na Escola Normal, e no Grupo Municipal a liderança discursiva costuma ser dividida entre autoridades civis, inspetores, professores e, apenas ocasionalmente, representantes religiosos. No ginásio, ao contrário, o monopólio da palavra prestigiosa permanece sob domínio da Igreja. Essa diferença denota materialidades também distintas, como o espaço onde as cerimônias acontecem, os agentes convocados a falar, os repertórios discursivos mobilizados e até mesmo a sociabilidade posterior, que no caso do ginásio se concretiza em um sarau dançante oferecido no aeroclube, espaço de uso das elites e de seus descendentes.

Outro aspecto significativo é a composição de gênero dos licenciados. Diferentemente da Escola Normal, que desde sua fundação habilitava prioritariamente mulheres e que costumava registrar nas páginas dos jornais a presença de normalistas quase sempre oriundas das famílias tradicionais da cidade, o Ginásio Benedito Valadares forma exclusivamente homens. Essa distinção materializa fronteiras simbólicas entre os papéis sociais atribuídos a cada gênero pela educação. Sabemos por exemplo que o ginásio mantinha turmas femininas, mas não conseguimos encontrar nenhuma matéria referente a festa de formatura dessas mulheres. A Escola Normal, sustentada pelo ideal civilizador do magistério feminino, produz representações associadas ao cuidado, à moral doméstica e à pedagogia. O Ginásio, por sua vez, aparece como porta de entrada masculina para etapas posteriores de escolarização, para carreiras liberais, vida militar e para a reprodução das elites locais. Essa dinâmica é reforçada pelo apadrinhamento eclesiástico e pela figura do paraninfo, um dos primeiros professores do

estabelecimento, cuja presença reforça a linhagem de prestígio e de continuidade masculina que marca a instituição.

Também merece destaque a maneira como o jornal articula agradecimentos e votos de sucesso aos licenciados. O texto reforça a noção de honra, distinção e trajetória ascendente, em tom semelhante ao observado nas notas sobre o Grupo Escolar e a Escola Normal, embora aqui tudo seja mediado pela autoridade moral da Igreja. A voz que conduz a narrativa é essencialmente eclesial, enquanto as demais, como a dos próprios formandos, aparecem como complementares e nunca como eixos centrais. A polifonia existe, mas de forma controlada e hierarquizada, refletindo as relações de poder que estruturavam a sociedade patense.

Assim, esta matéria noticia uma formatura, e expressa, na própria materialidade do texto, nas ausências femininas, nas presenças dominantes e na organização ritual do evento, a ordem social que moldava a educação local. Entre vozes, silêncios e práticas, emergem as representações de um ginásio profundamente marcado pela Igreja, pelo gênero e pela elite, funcionando como contraponto direto ao universo simbólico e formativo da Escola Normal.

Continuamos nossa análise com a matéria de 10 de dezembro de 1944 que nos permite perceber que a *Folha de Patos* já se encontrava em um momento distinto de sua trajetória editorial. A matéria de capa apresenta características que a tornam especialmente reveladora. Com aproximadamente 35 centímetros de altura por 12 de largura, ela se destaca como uma das peças mais extensas encontradas sobre educação no período, ocupando grande parte da primeira página. Essa dimensão destaca um detalhe gráfico; expressa a intenção clara do autor de transformar o tema em manchete e de direcionar o olhar do leitor para a centralidade simbólica do Ginásio Municipal Benedito Valadares, título que domina a abertura tal como em outras edições.

Embora não assinada, o tom jornalístico, o estilo elogioso e a organização narrativa, se comparados com outros textos permitem inferir que a escrita pudesse ser de Renato Maciel, consolidado como diretor e força dominante da linha editorial do jornal. Trata-se também de um dos poucos exemplares em que a tiragem do periódico, 1200 exemplares, é declarada, reforçando a pretensão de alcance e autoridade. Além disso, desde 1943 o jornal passa a adotar a descrição de “*Órgão Independente*”, recurso herdado da antiga *Gazeta de Patos* dos Borges, movimento que ajuda a entender a guinada rumo a um discurso mais opinativo sobre o cotidiano católico da cidade.

A matéria impressiona pela sucessão de homenagens e solenidades distribuídas ao longo de todo o dia 10 de dezembro de 1944 e pela visibilidade concedida aos formandos, entre os quais aparece a presença marcante de integrantes da família Borges, demonstrando a continuidade de suas redes de influência no campo educacional e na vida pública patense.

Dia 8 de dezembro, dia de glória para o céu por ser dia da Virgem Imaculada, foi também um dia de triunfo para a segunda turma de bacharéis apresentada pelos padres sacramentinos. De manhã, houve missa solene oficial pelo Excelentíssimo Reverendíssimo Monsenhor Manuel Fleury Curado, diretor do Ginásio Municipal Benedito Valadares. Abrilhou essa solenidade o coro da matriz.

Aproximando-se da mesa sagrada, todos os licenciados, os professores ao lado do fervoroso batalhador fundador do ginásio e paraninfo dessa turma, o Excelentíssimo Senhor Doutor Anair Santana, Inspetor Federal do Ginásio Loyola na capital mineira e fundador do Ginásio Getúlio Vargas. Após a missa, foi oferecido lauto ágape aos professores, bacharelados e mais distintas famílias do ginásio, onde foram saudados pela palavra moça e quente de um dos professores do estabelecimento.

A noite, no Cine Tupã, repleto de seleta assistência, houve a entrega dos certificados, após a qual fez vibrante peça oratória o paraninfo, extravasando num discurso primoroso toda a nobreza de seu coração, filho de Patos e amante do bem cultural e religioso da terra em que nasceu. (FOLHA DE PATOS, 1944, 186, p.2)

Ao declarar-se independente, o jornal legitimava a transição de um veículo de registro factual para um periódico que agora emitia opiniões e valorizava o cotidiano católico como eixo de sua narrativa deixando de lado a nosso ver, o liberalismo presbiteriano maçônico. A independência proclamada servia como justificativa para opinar sem parecer sectário, embora, na prática, o texto revelasse profundo alinhamento ao universo religioso católico. Não temos notícia sobre a religiosidade de Renato Maciel, em nossa pesquisa não conseguimos encontrar um envolvimento direto dele como católicos ou protestantes, no entanto sabemos que ele era maçom. Pelo que percebemos, a partir do grande número de matérias e propagandas, o Ginásio Benedito Valadares era um grande mantenedor econômico da *Folha de Patos*, sendo assim esse discurso conciliador pode ter origens financeiras e não somente teológicas ou políticas.

A matéria da formatura evidencia esse ambiente. Toda a estrutura do dia 10 de dezembro foi descrita como uma grande liturgia social, fundindo religião, educação e prestígio. A escolha da data da Imaculada Conceição transforma a formatura em rito de celebração não apenas escolar, mas religioso. A missa solene celebrada por Monsenhor Fleury Curado, o coro da matriz, a aproximação dos licenciados à mesa sagrada (altar), a presença de

padres sacramentinos e o destaque conferido às autoridades religiosas e aos benfeitores da instituição educacional formam um conjunto que reafirma o papel da Igreja Católica na modelagem do espaço público patense.

O texto narra esses momentos, e cria uma atmosfera em que a vida educacional parece inseparável do ritual católico. A figura do paraninfo, Anair Santana⁴³, foi utilizada como símbolo de erudição, civismo e fé, compondo uma imagem idealizada de intelectual católico que reforça o prestígio do ginásio. O discurso dele é descrito como vibrante e nobre, evidenciando a construção de um ideal de bacharel e de cidadão moldado pela moral religiosa. Tal fragmento ajuda a recompor a trama histórica da institucionalização do ensino secundário na cidade, especialmente no contexto de consolidação do ginásio como símbolo de progresso educacional tradicional católico, social e cultural.

Ao celebrar longamente essa formatura em três momentos do dia, participa de um processo mais amplo de produção de representações. A solenidade é construída como grande acontecimento coletivo, e o jornal age como mediador entre as instituições locais, reforçando consensos e apagando tensões. A cultura local aparece como harmônica, integrada e devota, mas essa harmonia é resultado de escolhas editoriais que silenciam vozes dissidentes e amplificam o que convém ao ideal de cidade promovido pelos Maciel, pelos Borges, pela Igreja e pela educação.

Nossa última análise é de uma matéria de 1945, trata-se de uma grande texto de segunda página, com 35 centímetros de altura por 12 de comprimento. Ela narra as festividades cívicas dos 53 anos de Patos de Minas. Nela vemos as três escolas que citamos nesse subcapítulo, Ginásio Benedito Valadares, Grupo Escolar Marcolino de Barros e Escola Normal Oficial, participando diretamente dos festejos⁴⁴. A polifonia é clara, e a representação do ideário cívico mais ainda. Essa matéria esconde muitas vozes, mas mostra outras:

⁴³ Anair José de Santana, projetou-se como educador e político, sendo fundador de diversos colégios em Belo Horizonte e do Ginásio Municipal de Patos, posteriormente denominado Ginásio Benedito Valadares e, mais tarde, Colégio Nossa Senhora das Graças (Colégio das Irmãs). Além de sua atuação no campo educacional, Anair José de Santana exerceu o cargo de vereador por diversas legislaturas na capital mineira, consolidando presença relevante na vida pública e educacional de Minas Gerais. Não conseguimos encontrar o ano de nascimento e morte do mesmo.

⁴⁴ Cabe aqui ressaltar que essas escolas ainda são tradicionais em Patos de Minas, e atendem a milhares de alunos todos os anos. A fanfarra da Escola Normal atual Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel, tem 93 anos de idade. A fanfarra do Grupo Escolar, atual Escola Estadual Marcolino de Barros é centenária formada nos idos de 1913. Até os dias de hoje as escolas participam dos desfiles que são realizados anualmente no 24 de maio, aniversário da cidade, cabe ressaltar que o desfile passa pelos prédios das duas escolas localizados na atual Avenida Getúlio Vargas.

O dia 24 de maio, aniversário da cidadania de Patos de Minas, foi calorosamente comemorado na cidade.

A primeira festa realizada foi no Grupo “Marcolino de Barros”, às 8 horas da manhã, tendo os alunos do Estabelecimento dado desempenho perfeito a bem elaborado e expressivo programa.

As 9 horas já se ouvia o espoucar do foguetório e já os sons dos clarins e rufar de tambores despertavam a população para a entusiástica parada cívica comemorativa.

As 9 e meia, sob os mais vibrantes aplausos do povo, concentrava-se toda a juventude patense defronte ao Paço Municipal, onde saudaria a cidade, representada por todas as autoridades.

Sob o comando único do distinto Sargento Instrutor, Marcelino Campos, a grande parada vinha precedida de bateria e corneteiro, da guarda de honra do pavilhão nacional, seguindo-se o garboso Tiro de Guerra 283; o Ginásio Municipal “Benedito Valadares”; a Escola Norma Oficial; a Escola primária “Madalena Maria” e o numeroso corpo discente do Grupo Escolar “Marcolino de Barros”. (FOLHA DE PATOS, 1945, nº 222, p.2)

A análise dessa narrativa revela mais do que um simples desfile comemorativo, mostra o esforço do jornal e das elites locais em constituir uma pedagogia cívica que atua tanto no plano simbólico quanto no disciplinar. A matéria constrói uma cidade que se reconhece em sua juventude ordenada, em seu civismo ruidoso, em sua capacidade de apresentar ao público uma imagem de disciplina, união e modernidade. As escolas formam o centro dessa encenação, como se fossem as responsáveis diretas pelo florescimento de uma cidadania homogênea e integrada, capaz de representar o município diante de si mesmo. Isso cria uma materialidade da festa que encobre as tensões sociais e religiosas do período, compondo um retrato uníssono de harmonia e progresso.

A polifonia se torna visível porque o texto expõe múltiplas vozes, mas também porque silencia muitas outras. O espetáculo cívico é narrado como se fosse consensual, natural e espontâneo, mas sua própria minúcia horários, alinhamentos, comandos militares, presença das autoridades evidencia sua dimensão profundamente controlada. A juventude “concentrada” diante do Paço Municipal não é apenas participante, é exibida como símbolo, como corpo disciplinado que confirma a eficácia das instituições escolares e o civismo militar.

As escolas aparecem como espaços de ensino, e também como produtoras de cidadãos moldados para reafirmar uma identidade municipal, patriótica e moralmente alinhada ao projeto político dominante nacionalmente. O civismo funciona como superfície de adesão e ocultamento, adesão porque convoca a população a se ver refletida nos valores da ordem, da disciplina e do patriotismo; ocultamento porque dispensa qualquer menção às desigualdades,

à religiosidade hegemônica, à população rural marginalizada ou às violências institucionais que coexistiam com essa celebração.

Assim, a matéria é descritiva e performativa. Ela não registra um evento, ela fabrica uma memória de cidade, uma memória de civismo que produz pertencimento e, simultaneamente, apaga outras experiências sociais. O texto funciona como vitrine de um ideal comunitário homogêneo, onde a educação aparece como instrumento de um projeto político mais amplo, o de fazer de Patos de Minas uma cidade exemplar, ordenada e patriótica, mesmo que essa exemplaridade seja mais uma construção discursiva que uma realidade vivida por todos.

Entendemos que a análise das matérias referentes ao Grupo Escolar, Escola Normal e Ginásio Benedito Valadares permitiu afirmar que as práticas festivas não apenas ritualizavam o cotidiano escolar, mas operavam como dispositivos produtores de sentidos sobre infância, moralidade, civismo e pertencimento comunitário. Ao examinar essas reportagens, tornou-se evidente que as festas e formaturas excediam sua dimensão pedagógica imediata e se convertiam em verdadeiras tecnologias simbólicas, capazes de articular interesses do Estado, expectativas das elites locais e identidades coletivas em formação. O que os jornais exibiam não era simplesmente o registro de eventos, mas a elaboração de um discurso que naturalizava hierarquias, legitimava autoridades e consolidava um modelo de educação atravessado por moralismo, nacionalismo e catolicismo conservador.

A escola, tal como emergiu nessas páginas, funcionava como palco onde se encenavam valores considerados centrais para a construção do verdadeiro cidadão e do verdadeiro cristão: disciplina, ordem, patriotismo, obediência e reverência às autoridades civis e religiosas. Essas marcas, repetidas e celebradas, revelam a força das representações sociais que vinculavam escolarização à modernização moral da população.

Entretanto, a leitura das materialidades, dos silêncios, dos enunciados e das presenças sociais mencionadas permite perceber a polifonia, ainda que desigual, desses eventos, famílias influentes tinham seus nomes publicizados, professoras construía visibilidade como mediadoras culturais, alunos destacados eram convertidos em símbolos de esperança futura, e a própria imprensa compunha sua autoridade ao narrar e legitimar tais acontecimentos.

Nesse sentido, as festas escolares e as formaturas tornam-se objetos privilegiados para compreender como a educação escolar era representada, consumida e performada em Patos de Minas. Elas revelam tanto as tensões entre projetos pedagógicos distintos quanto os consensos

produzidos em torno de um ideal de nação exaltado pelo Estado Novo. Ao mesmo tempo, expõem os limites materiais de uma escolarização celebrada nos jornais, mas inacessível a boa parte da população, compondo o contraste entre a encenação pública do progresso educativo e a persistência de altos índices de analfabetismo.

Ao concluir este subcapítulo, compreende-se que formaturas, datas cívicas e festividades escolares eram práticas centrais na produção de representações sociais sobre a escola e seu papel na sociedade patense. Essas celebrações constituíam momentos de elevada densidade simbólica, nos quais se articulavam rituais, gestos, discursos e afetos que ultrapassavam a função pedagógica e alcançavam a esfera política, religiosa e comunitária. A imprensa, ao selecionar, narrar e divulgar esses eventos, colaborava diretamente para a construção de uma memória pública da escola como instituição moralizadora, disciplinadora e civilizadora, inscrita no projeto mais amplo de unificação simbólica e nacionalização cultural promovido pelo Estado.

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu compreender, a centralidade da imprensa na produção, circulação e consolidação de representações sobre a educação em Patos de Minas no período de 1930 a 1945, momento marcado por intensas transformações políticas, sociais e culturais no Brasil. As análises realizadas demonstraram que os periódicos *Gazeta de Patos e Folha de Patos* constituíram-se como importantes mediadores na construção do imaginário educacional local, operando como dispositivos simbólicos capazes de organizar percepções, orientar condutas e legitimar práticas escolares e sociais específicas.

O conjunto das fontes consultadas evidenciou que a educação era apresentada como um valor estruturante da sociedade patense, mobilizado como elemento essencial na formação de um cidadão moralmente ajustado, cívico, cristão e comprometido com a ordem social vigente. Essa concepção encontra sua força na articulação entre dois vetores que moldaram profundamente o período estudado: a moral católica tradicional e o projeto político centralizador do Estado Novo. A imprensa local funcionou como espaço de encontro desses vetores, produzindo representações que reforçavam a ideia de que a educação deveria servir à construção de sujeitos disciplinados, obedientes e integrados ao projeto nacional emergente.

A forte presença dos valores da Igreja Católica nas matérias analisadas destacou um processo constante de sacralização dos espaços educativos. Escolas públicas e privadas eram narradas como extensões da moral cristã, ambientes nos quais a religiosidade e a disciplina se apresentavam como complementos e também como fundamentos da formação escolar. As festividades cívicas, de formatura e religiosas descritas nos jornais, sempre acompanhadas de discursos moralizantes, reforçavam a ideia de que a educação se configurava como um projeto pedagógico indissociável de um projeto moral. Esse quadro não apenas evidenciou a hegemonia católica na vida educacional da cidade, mas também iluminou as resistências e tensões que emergiram quando ideias mais liberais ou modernizadoras tentaram se inserir no campo educacional local.

É nesse contexto que se observa o embate simbólico entre dois grupos centrais na história de Patos de Minas: os Maciel, representantes de tradições presbiterianas e vinculados à maçonaria, e os Borges, defensores contundentes da matriz católica tradicional. Como mantenedores dos periódicos esses grupos utilizavam os jornais como arena de disputas, direta ou indiretamente, para promover projetos educacionais distintos. A imprensa, portanto, não foi um espaço neutro, mas uma instância de poder atravessada por interesses políticos,

religiosos e econômicos que moldavam tanto o conteúdo das publicações quanto sua circulação social. A identificação dessas tensões amplia a compreensão sobre como projetos educacionais e representações sobre a infância foram negociados, reafirmados ou contestados no interior da cultura patense.

Ao mesmo tempo, as categorias de “juventude transviada”, “menores abandonados” e “infância desviada”, frequentemente mobilizadas pelos periódicos, revelam um entendimento profundamente moralizante da infância e a adolescência pobre. Os jornais contribuíram para naturalizar práticas disciplinares e corretivas severas, legitimando a institucionalização compulsória como resposta legítima ao comportamento considerado inadequado. Tais representações não apenas justificavam políticas repressivas, mas reforçavam fronteiras sociais entre os “educáveis” e os “reeducáveis”, entre a infância idealizada e a infância marginalizada. A análise desses discursos permitiu perceber como a imprensa atuou na construção de um imaginário social que vinculava pobreza, desordem e ameaça moral, promovendo práticas de vigilância e controle dos corpos infantis e juvenis.

Outro elemento que emerge com força das análises é o descompasso entre o discurso idealizado da educação e a realidade material do acesso escolar no município. Embora os jornais exaltassem continuamente a importância da instrução pública, Patos de Minas ainda apresentava, mesmo após a década de 1950, índices significativos de analfabetismo. Esse contraste evidencia que a imprensa não apenas descrevia a educação, mas construía uma narrativa performativa, responsável por projetar uma imagem de modernização e progresso que nem sempre se concretizava no cotidiano da população. Essa discrepância reforçava a necessidade de compreender as representações como construções sociais situadas, permeadas por interesses e não necessariamente alinhadas à realidade empírica.

Ao longo deste trabalho, buscou-se também destacar a importância da materialidade dos jornais como objetos históricos. Cada periódico analisado é fruto de condições materiais específicas, recursos financeiros, redes de sociabilidade, vínculos políticos e religiosos, níveis de circulação e públicos leitores. A imprensa patense não pode ser compreendida apenas pelos seus textos, mas pelas condições de sua produção e apropriação, pelas disputas que atravessavam seus espaços editoriais, pela forma como seus discursos se enraizavam no tecido social da cidade. Essa perspectiva reforçou a contribuição da História Cultural para a análise da imprensa, entendendo-a como prática social situada e carregada de intencionalidades.

Por fim, é necessário reconhecer que esta dissertação constitui apenas um dos muitos recortes possíveis sobre a imprensa e a educação em Patos de Minas. Os acervos consultados revelam a existência de um vasto conjunto de fontes, capazes de ampliar e tensionar as conclusões aqui apresentadas. O que aponta para a riqueza do campo e para a necessidade de investigações futuras que aprofundem temas como cultura escolar, religiosidade, relações políticas, intelectualidade, controle social, modernização e imprensa regional.

Em síntese, este estudo demonstrou que os jornais de Patos de Minas foram agentes ativos na construção de representações sociais que influenciaram práticas educativas e moldaram concepções de infância, moralidade e cidadania. Ao evidenciar a interdependência entre discursos, práticas e materialidades, a pesquisa contribui para o entendimento das formas pelas quais a cidade de Patos de Minas significou sua experiência educacional durante a Era Vargas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 out. 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. Dispõe sobre a organização e proteção da família.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3200.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** 1932. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Diário Oficial da União, 11 abr. 1942. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados.

BARROS, José D'Assunção. **O Jornal como Fonte Histórica.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BORGES JÚNIOR, Deiró Eunápio. **De Deiró a Deiró: memórias de um menino de recados.** Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **MACIEL, Olegário**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACIEL%2C%20Oleg%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CPDOC - **Francisco Campos**. In: CPDOC FGV. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Francisco.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CPDOC - **Gustavo Capanema**. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/gustavo-capanema>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da reforma Francisco Campos (1926–1930)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 51, p. 139–156, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640269>. Acesso em: 24 fev. 2025. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640269>

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares**. In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JR., Décio (org.). *O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar*. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 229-250.

DANNEMANN, Eitel Teixeira. **Resistência à Cia. Moinhos Minas Gerais**. *Folha de Patos*, Patos de Minas, 30 maio 1943. Arquivo da Fundação Casa da Cultura do Milho. Publicado posteriormente em 29 mar. 2016 com o título “Inauguração do Moinho de Trigo”. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br>

DANNEMANN, Eitel Teixeira. **ZAMA MACIEL**. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=25680>. Postado em 7 de março de 2018. Acesso em: 24 mar. 2025.

FERNANDES, Nilson André. **A história da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)** / Tese de Doutorado:

Nilson André Fernandes; Orientação de Fidel Gonzales Fernandez. Patos de Minas: E. do autor, 2012.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuários e Enxadachins**. 1ª ed. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974.

GAZETA PTC. **No Dia do Jornalista, conheça o grande ícone eterno do jornalismo patrocinese: Sebastião Elói do Santos**. Disponível em: <https://gazetaptc.com.br/noticia/no-dia-do-jornalista-conheca-o-grande-icone-eterno-do-jornalismo-patrocinese-sebastiao-eloi-do-santos-35397>. Acesso em: 3 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1936**. Rio de Janeiro: IBGE, 1936. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1937**. Rio de Janeiro: IBGE, 1937. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1938**. Rio de Janeiro: IBGE, 1938. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1938.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1939-1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1941-1945**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXIII: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

PATOS DE MINAS. **Escola Normal: Inventário de Proteção de Acervo Cultural**. Patos de Minas: Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural – DIMEP; IEPHA/MG, 2022. 54 p. (Atualização nº 02-2022/2025).

PATROCÍNIO ONLINE. **Colégio Dom Lustosa completa 95 anos neste dia 15 de fevereiro; conheça a sua história em texto e fotos**. Patrocínio Online, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.patrocinioonline.com.br/noticia/colégio-dom-lustosa-completa-95-anos-neste-dia-15-de-fevereiro-conheca-a-sua-historia-em-texto-e-fotos-53697.html>. Acesso em: 30 nov. 2025.

QUEIROZ, Sebastião Cordeiro de. **Patrimônio de Santo Antônio: do Sítio ao Templo** / Sebastião Cordeiro de Queiroz; pesquisa iconográfica Marialva de Amorim Coury. - Patos de Minas, MG: Grafipres, 2015. 250 p.

RESENDE, **Júlio César. Logradouros Públicos de Patos de Minas**. 3ª Edição. Publicado pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas – 2005 – 132 páginas.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX** [livro eletrônico]/ Demerval Saviani...[et al.]. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Geraes: representação, memórias e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.36>

SILVA, Gaspar Pereira da. **Nem tudo forma flores entre os Macieis e os Borges**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de História – UNIPAM, 2003. Fonte: Centro de Documentação e Memória – CDM.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

PERIÓDICOS

GAZETA DE PATOS. Patos de Minas **Porque as crianças devem aprender**. 28 jul. 1929. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

GAZETA DE PATOS. Patos de Minas. **O GRUPO ESCOLAR E AS DATAS NACIONAIS**. Patos de Minas, 28 jul. 1929. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **As Datas Nacionais e as Nossas Escolas**, por Zama Maciel, Inspetor Federal de Ensino. 20 nov. 1937. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Educação e Preconceito**. Patos de Minas, n. 191, 14 jan. 1945. Padre José Batista. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Educação e Preconceito**. Patos de Minas, n. 192, 21 jan. 1945. Padre José Batista. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Educação e Preconceito**. Patos de Minas, n. 193, 28 jan. 1945. Padre José Batista. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Grupo Escolar em Festa**, n. 10, 05 dez. 1936. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **ESCOLA NORMAL**, n. 71, 12 mar. 1941. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **ESCOLA NORMAL EM FESTA**, 17 de outubro. 1937. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DA ESCOLA NORMAL**, 8 de maio de 1936. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Ginásio Municipal de Patos**. 23 de novembro de 1941. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. Formatura do **Ginásio Municipal de Patos**. 10 de dezembro de 1944. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Do Ginásio Municipal Benedito Valadares**. 14 de março de 1943. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **A EDUCAÇÃO da Infância** Ano 1, n. 34, 17 abr. 1937. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Cinquentenário - Aniversário de Patos de Minas** – 27 de maio de 1945. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

FOLHA DE PATOS, Patos de Minas. **Justiça de Menores.1 de julho de 1936**. p. 3. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM..

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **AMPARO AOS MENORES ABANDONADOS**. 20 de janeiro de 1937. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **As datas nacionais no Grupo Escolar Marcolino de Barros**. Nº184, 26 de novembro de 1944. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Um grande empreendimento**. Patos de Minas, 29 ago. 1943. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Ginásio Municipal de Patos - Propaganda**. 14 de setembro de 1941. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Ginásio Municipal de Patos - Propaganda**. 30 de novembro de 1941. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Ginásio Municipal de Patos** - 12 de dezembro de 1942. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas. **Padre João Batista Balke**. 16 de novembro de 1941. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

FOTOGRAFIAS

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 1 – Patos de Minas**. Década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 2 – Avenida Major Gote, esquina com Rua Olegário Maciel (área comercial)**. Década de 1940. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 3 – Praça Dom Eduardo**. Final da década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 4 – Escola Normal Oficial de Patos**. Década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 5 – Grupo Municipal de Patos**. Década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 6 – Fórum Municipal de Patos**. Final da década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 7 – Paço Municipal de Patos (Casa de Câmara e Prefeitura Municipal)**. Década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 8 – Olegário Dias Maciel e políticos em Belo Horizonte**. 1932. Fotografia. Disponível em: <https://museudepatosdeminas.46graus.com/fotos/>. Acesso em: 1 out. 2025.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 9 – Olegário Maciel e correligionários em Belo Horizonte**. 1930. Fotografia. Disponível em: <https://museudepatosdeminas.46graus.com/fotos/>. Acesso em: 1 out. 2025.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 10 – Sepultamento de Olegário Maciel com presença de Gustavo Capanema.** Fotografia. Disponível em: <https://museudepatosdeminas.46graus.com/fotos/>. Acesso em: 1 out. 2025.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 11 – Desfile cívico de 7 de setembro em Patos de Minas.** Final da década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). **Fotografia 12 – Parada militar na Rua Major Gote, esquina com Rua Olegário Maciel.** Década de 1930. Fotografia. Acervo do Museu de Patos de Minas.

IMAGENS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Imagem 1 – Tabela de Instrução Pública.** In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v. 23: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 291.

GAZETA DE PATOS. **Imagem 2 – Cabeçalho da primeira página do jornal Gazeta de Patos.** Patos de Minas, 1929. Acervo do Museu de Patos de Minas.

FOLHA DE PATOS. **Imagem 3 – Anúncio publicado em 1º de julho de 1945.** Patos de Minas, 1945. Centro de Documentação e Memória (CDM) – UNIPAM.

GAZETA DE PATOS. **Imagem 4 – Propaganda do Colégio Municipal Dom Lustosa de Patrocínio.** Patos de Minas, 24 nov. 1929. Acervo do Museu de Patos de Minas.

GAZETA DE PATOS. **Imagem 5 – Propaganda do Colégio São Geraldo.** Patos de Minas, 1 dez. 1929. Acervo do Museu de Patos de Minas.

FOLHA DE PATOS. **Imagem 6 – Propaganda do Ginásio Municipal Benedito Valadares.** Patos de Minas, 12 fev. 1943. Centro de Documentação e Memória (CDM) – UNIPAM.

FOLHA DE PATOS. **Imagem 7 – Propaganda da Escola Nossa Senhora de Lourdes.** Patos de Minas, 28 fev. 1943. Centro de Documentação e Memória (CDM) – UNIPAM.

QUADROS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quadro 1 – População de Patos de Minas entre 1937 e 1945.** In: *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1937–1945.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quadro 2 – Distribuição da população de Patos de Minas segundo os ramos de atividade (1950).** In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v. 23: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 290.

FONSECA, Geraldo. **Quadro 3 – Escolas de Patos de Minas entre 1867 e 1943.** In: *Domínios de Pecuários e Enxadachins*. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974. p. 142–153.

FONSECA, Geraldo. **Quadro 4 – Jornais impressos em Patos de Minas (1905–1945).** In: *Domínios de Pecuários e Enxadachins*. 1. ed. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974.